

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

Início da sessão: 21,15 horas

Términos da sessão: 02,30 horas

Membros que compareceram à sessão:

José Manuel Dias Custódio
Nuno Ricardo Ribeiro de Carvalho de Azevedo Sampaio
David M. Margarido (substituiu Ana Maria Teodoro Jorge)
Joaquim Manuel Nunes Barbosa
António Alberto de Carvalho Santos
Teresa Maria Farto Faria de Sousa
José António da Costa Tomé
José Celestino Arnaut Monroy
Júlia Maria Fernandes Alfaiate
Joaquim Simões dos Santos
João José Dias Ferreira
Paula Cristina dos Santos Andrade da Silva Teixeira Marinho
Mário Ferreira Gonçalves
Duarte Nuno de Sousa Parente e Fonseca da Conceição
Helena Maria Rodrigo Máximo da Costa
Jorge Augusto Farto Faria de Sousa
Luis António Marteleira Marques
Ana Catarina Bernardo Amaro Caixaria
José Manuel Levy da Silva Soeiro
Alexandre Manuel de Jesus Maurício
Maria Filomena de Jesus Miranda Frade

E os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de:

União de Freguesias Lourinhã e Atalaia:

Pedro Manuel Marques Margarido

União de Freguesias de Miragaia e Marteleira:

Edgar Ferreira dos Santos

União de Freguesias de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo:

Zita Maria Leitão da Silva

Moita dos Ferreiros:

Maria do Rosário Prazeres Silva Bento

Reguengo Grande:

Vítor Jorge Henriques Príncipe

Ribamar:

Dina Martins, Secretaria da Junta de Freguesia de Ribamar, substitui na presente reunião o Presidente da Junta de Freguesia de Ribamar, Pedro Alexandre Rato

Santa Bárbara:

Sérgio Dionísio Costa Ferreira

Vimeiro:

Rui Miguel Martins Santos

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

-----**ABERTURA DA ACTA**-----

----- Aos 27 dias do mês de fevereiro do ano de 2015, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município de Lourinhã, pelas 21,15 horas, reuniu a Assembleia Municipal de Lourinhã, em sessão ordinária, anunciada a todos os membros da Assembleia Municipal.

Estiveram presentes os membros da Assembleia Municipal: José Manuel Dias Custódio, Nuno Ricardo Ribeiro de Carvalho de Azevedo Sampaio, David M. Margarido (substituiu Ana Maria Teodoro Jorge), Joaquim Manuel Nunes Barbosa, António Alberto de Carvalho Santos, Teresa Maria Farto Faria de Sousa, José António da Costa Tomé, José Celestino Arnaut Monroy, Júlia Maria Fernandes Alfaiate, Joaquim Simões dos Santos, João José Dias Ferreira, Paula Cristina dos Santos Andrade da Silva Teixeira Marinho, Mário Ferreira Gonçalves, Helena Maria Rodrigo Máximo da Costa, Jorge Augusto Farto Faria de Sousa, Luis António Marteleira Marques, Ana Catarina Bernardo Amaro Caixaria, José Manuel Levy da Silva Soeiro, Alexandre Manuel de Jesus Maurício e Maria Filomena de Jesus Miranda Frade.

E os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de:

União de Freguesias Lourinhã e Atalaia: Pedro Manuel Marques Margarido; **União de Freguesias de Miragaia e Marteleira:** Edgar Ferreira dos Santos; **União de Freguesias de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo:** Zita Maria Leitão da Silva; **Moita dos Ferreiros:** Maria do Rosário Prazeres Silva Bento; **Reguengo Grande:** Vítor Jorge Henriques Príncipe; **Ribamar:** Dina Martins, Secretaria da Junta de Freguesia de Ribamar, substitui na presente reunião o Presidente da Junta de Freguesia de Ribamar, Pedro Alexandre Rato; **Santa Bárbara:** Sérgio Dionísio Costa Ferreira e **Vimeiro:** Rui Miguel Martins Santos.

Pela Câmara Municipal da Lourinhã estiveram presentes: Sr. Presidente da Câmara, João Duarte Anastácio de Carvalho, e os Srs. Vereadores Sérgio Fontes (substituiu Hernâni Santos), Fernando Oliveira, António Augusto Antunes, Carla Custódio, António Gomes e Vital do Rosário.

Verificada a existência de quórum, foi aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e quinze minutos.

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

CORRESPONDÊNCIA: O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento da seguinte correspondência:

REGISTO DE ENTRADA Nº:	ENTIDADE:	ASSUNTO:
ANO DE 2014:		
176/2014	PURIFICAÇÃO TRINDADE E CARLOS S. TRINDADE	Petição da população da Freguesia de Santa Bárbara contra o alargamento e/ou implantação do atual cemitério da Freguesia, para o local projetado
ANO DE 2015:		
01/2015	OBRANA, SA	Pedido de certidão de extrato da ata da sessão da AML de 20/12/2014 – Período de isenção dos Imposto Municipais
02/2015	FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES	Convite para lançamento do livro “Mário Soares na construção de democracia. Seis entrevistas históricas (1972-1993) e Um Epílogo (2014)” (15/01/2015)
03/2015	CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ	Convite para a cerimónia de assinatura do Plano de Atividades Operacional Civil – PAOC 2015 (16/01/2015)
04/2015	CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ	Convite para acompanhar a visita do Secretário de Estado do Ambiente, Dr. Paulo Lemos às praias do Concelho (16/01/2014)
05/2015	ASSOCIAÇÃO DE FREGUESIAS DA LOURINHÃ	<i>Solicita agendamento de reunião/encontro de reflexão sobre a Reforma Administrativa das Freguesias.</i>
06/2015	FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES	Convite para homenagem a Natália Correia (22/01/2015)
07/2015	ANMP	Convite para Debate público sobre “Os Municípios, a reestruturação e o futuro modelo organizacional dos serviços de água e saneamento em Portugal” (12/02/2015)
08/2015	ANMP	XXII Congresso da ANMP (Envio de Programa, instruções e Regulamento) – (27 e 28 de março de 2015, em Tróia – Grândola)
09/2015	CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ	Convite para a cerimónia de entrega de Bolsas de Estudo a alunos do ensino superior (30/01/2015)
10/2015	FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES	Convite para homenagem a Jaime Cortesão (29/01/2015)
11/2015	AMAL	Convite para as comemorações do 137.º aniversário da Banda da AMAL (08/02/2015)
12/2015	ANMP	XXII Congresso da ANMP – Solicita contributos na redação de relatórios.

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

13/2015	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA LOURINHÃ	Instalações desportivas da nova Escola de Miragaia
14/2015	JUNTA DE FREGUESIA DE RIBAMAR	Comunica ausência do Sr. Presidente da Junta de F. de Ribamar, Pedro Alexandre Rato, de 18/02 a 04/03. Indica como sua substituta a Secretária da Junta de Freguesia, Dina C. Fonseca Martins.
15/2015	FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES	Convite para homenagem a Maria Lamas (12/02/2015)
16/2015	FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES	Convite para homenagem a Bento de Jesus Caraça (19/02/2015)
17/2015	CENTRO SOCIAL DE ABELHEIRA	Convite para o almoço do 31.º Aniversário (01/03/2015)
18/2015	CPCJ LOURINHÃ	Remete Relatório de Atividades de 2014
19/2015	ASSOCIAÇÃO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE SETÚBAL (AIA); E ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS P/ A GESTÃO DE ÁGUA PÚBLICA NO ALENTEJO (AMGAP)	Convite para Encontro/Debate “A Autonomia do Poder Local Democrático na Defesa da água Pública” (12/03/2015)
20/2015	FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES	Convite para homenagem a Maria Isabel Aboim Inglez (26/02/2015)
21/2015	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS E JARDINS DE INFÂNCIA D. LOURENÇO VICENTE	Convite para “Dia da Cidadania” – Um olhar para o futuro da Lourinhã (13/03/2015)
22/2015	ANA MARIA TEODORO JORGE	Justificação de falta à sessão da Assembleia Municipal de 27/02/2015. Substituição.
23/2015	GRUPO PARLAMENTAR “OS VERDES”	Contratos de Emprego – Inserção nas Escolas Públicas / Envia respostas do Governo
24/2015	FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES	Convite para lançamento do livro: “Spínola e a Revolução”, de Francisco Bairrão Ruivo (06/03/2015)
25/2015	FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES	Convite para homenagem a Mário Azevedo Gomes (06/03/2015)

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

Foi transmitido ainda que a correspondência estava à disposição dos Membros, numa pasta e, posteriormente, no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal.

Constituição da Mesa da Assembleia: Presidente: José Manuel Dias Custódio; 1º Secretário: António Alberto de Carvalho Santos e 2º Secretário: Júlia Maria Fernandes Alfaiate.

-----**PERÍODO DA ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS:

Presidente da União de Freguesias de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo:

Após ter apresentado os seus cumprimentos, referiu que: *“Como é do conhecimento do Sr. Presidente da Câmara Municipal da Lourinhã, existe na União de Freguesias de S. Bartolomeu dos Galegos e Moledo algumas zonas onde o esgoto se encontra a céu aberto. Esta situação por si só, já é uma situação quase impensável nos dias de hoje e ainda se torna mais obsoleto quando se encontram em zonas onde houve uma preocupação de embelezamento paisagístico, e quando se vira a cara se encontram dejetos a olho nu que fluem em águas residuais ou não e com um cheiro que lhe é sui generis. Sendo o saneamento básico uma situação de extrema importância para a saúde pública e sabendo que é uma condição essencial para melhorar a vida e a saúde das populações, impedindo que fatores físicos de efeitos nocivos possam prejudicar as pessoas no seu bem-estar físico, psíquico e social. Venho desta forma apelar a V. Exa. que em conjunto com a empresa Águas do Oeste se mobilize e dignifique a finalmente dar termo a esta situação que se pode dizer completamente retrograda. Desde que presido a minha freguesia já participei em várias reuniões onde o Sr. Presidente esteve presente, assim como responsáveis pela empresa Águas do Oeste e também responsáveis pelo sector do saneamento da Câmara Municipal da Lourinhã. Destas reuniões ficou a promessa de Vossa Excelência e da empresa supracitada de se avançar e concluir as zonas em questão, tendo já sido estudados e avaliados os procedimentos possíveis para a resolução deste problema que a minha freguesia tanto anseia e com que me debato desde o início do meu mandato.”*

José Soeiro:

Após ter apresentado os seus cumprimentos, referiu que irá apresentar duas questões diretas ao executivo camarário e que têm um ponto em comum, mais concretamente, o tempo de espera por uma resposta. Num dos casos foi de 8 meses e no outro vem desde junho de 2013. Este último caso levantou-lhe uma questão mais premente. Portanto, trata-se de um alargamento de uma estrada para o bem público. Retiraram uma porção significativa de terreno

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

para o alargamento da respetiva estrada a um dos proprietários, morador na Lourinhã. O mesmo queixa-se dos compromissos que foram assumidos e que não foram cumpridos. Assim, analisou a questão das expropriações que a Câmara levou a cabo e chegou a uma conclusão que pensava que já não existia nos dias de hoje, nomeadamente, a não alteração das áreas com base no terreno que é retirado à posse dos proprietários. Portanto, parece ser prática comum, no Concelho da Lourinhã, que quando se faz uma expropriação não se faça depois uma medição da área do terreno para posteriormente se fazer uma escritura correta com as novas áreas e uma alteração à caderneta predial. O que quer dizer é que em determinados casos estas pessoas, para além de dar o terreno, pagam o IMI, numa altura em que o IMI vai ser um problema grave no concelho, dado ter acabado a cláusula que limita. Deste modo, as pessoas não só dão o terreno como depois vão pagar impostos relativamente a uma área de terreno que já não possuem, face à expropriação que foi feita. Assim, o município quando faz uma expropriação deve corrigir a área e assumir a responsabilidade por isso que aconteceu. Está convencido que há uma série de hectares que foram utilizados pelo município e que os proprietários já não possuem, mas continuam a pagar impostos sobre eles ou têm problemas no futuro quando pretenderem fazer algo coisa com os respetivos terrenos. A outra questão é parecida, mas é ainda mais complicada. Portanto, há um empresário da Lourinhã que quer alargar a sua área de influência e adquire um armazém. Cria 7 postos de trabalho (no caso da Obrana fizeram-lhe uma série de perdões, designadamente de IMI, porque iam criar postos de trabalho que, depois, não criaram), portanto, este cidadão alarga a sua área de atividade, cria 7 postos de trabalho, mas tem que esperar 8 meses por um parecer. Isto para alguém que tem uma atividade profissional, na área comercial, ter que esperar 8 meses por uma resposta, não é, decerto, muito agradável. Depois é-lhe cobrada uma taxa por uma licença de construção por uma edificação que tinha sido feita em 1999. Este munícipe compra o edifício em 2014, construído em 1999, que, inclusivamente, esteve alugado à Lourisumos. Portanto, o munícipe quando comprou uma coisa usada, em segunda mão, teve que pagar a licença de construção, salvo erro, de 2.600,00 €, sem ter construído nada. Assim, solicita que lhe esclareçam esta situação. Depois, se for necessário, diz quem é o empresário em causa e também lhe esclareçam por que razão teve que pagar uma licença de construção de uma obra construída. É estranho! A terceira questão tem a ver com uma notícia que saiu no jornal "Alvorada" (já estão habituados a estas notícias deste jornal e ao tipo de intervenção política que o mesmo faz). Portanto, a notícia refere descentralização comprometida. Isto tem a ver com o Decreto-Lei 130, onde a descentralização é comprometida, mas o Sr. Secretário de Estado, Leitão

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

Amaro, diz que se trata do maior passo de confiança dado ao poder local. Na sua opinião, esta matéria da descentralização é complexa, pois já perderam o tribunal; os centros de saúde estão na situação que estão; a segurança social vai ficar sem empregados. Uma coisa que passa por ser uma contratualização, mas fala-se em descentralização. Era bom que o Executivo da Autarquia estivesse com alguma atenção à perda de serviços públicos, porque, efetivamente, vão ficar praticamente sem resposta para dar às populações nas áreas que identificavam a Lourinhã como serviço público.

Paula Marinho:

Após ter apresentado os seus cumprimentos, referiu que o Sr. Presidente da Câmara, não contando com o seu 1º ano de mandato, em que toda esta Assembleia lhe concedeu o benefício da dúvida, que, verdade seja dita, recordando a posição que ocupou no anterior executivo e, como tal, a experiência que em campanha alardeou ter, não deveria ter tido ou precisado. E, apesar de nestes últimos meses, já arrecadar um conjunto de incongruências, das quais podem mencionar os seguintes casos: Pisoeste; Uma Carta Educativa, que não questionando a sua importância, foi atribuída por adjudicação direta com um custo de 25.000,00 €; ou a questão do Planalto, em que alegou desconhecimento. Esta bancada gostaria no entanto de se debruçar sobre duas das suas últimas tomadas de posição. Portanto, foi tornando público que o Sr. Presidente da Câmara e, pelo menos, outro membro do seu executivo, ou seja, eleitos pelo povo, com capacidade de decisão, tendo ganho por maioria de votos, subentenda-se então que eram já considerados amigos do povo da Lourinhã, por ventura acharam que isso não seria suficiente para serem mais eficazes nas suas funções. E integram a Associação dos Amigos do Planalto das Cesaredas. Aqui também, ao que tudo indica, com poder de decisão! Não deixa também de ser estranho que todo este chamamento e preocupação somente tenham surgido depois do CDU, CDS e do ex-Presidente da Junta de Freguesia do Moledo, para além de um grupo de cidadãos da mesma localidade, terem trazido a questão a esta Assembleia. Questionam: O que é que o Sr. Presidente da Câmara espera conseguir fazer agora como “amigo do Planalto” que já não devesse ter tentado fazer como vice-presidente, pelo menos desde, por exemplo, 2008. E depois como Presidente da Câmara em que alegou que nunca tinha tido conhecimento do que por lá se passava! E, no pressuposto que esta Associação mantenha a sua independência nas tomadas de posições. Se a mesma alguma vez tiver que reivindicar contra a Câmara, qual será a sua posição? Mas diga-se, desde já, qual seja a posição que tome, para um dos lados não vai estar a cumprir a sua função! Para quê então a necessidade de fazerem parte da Direção da mesma? Mudando de assunto, quer

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

começar, antes de mais, por dizer que ninguém tem nada a ver com a sua vida pessoal, mas por outro lado também não podem esquecer que é o Presidente da Câmara! Não se deixa de registar que na Lourinhã, nada se tenha feito no Carnaval, mas regista-se ainda que se deixou mostrar na televisão a participar no Entrudo de Torres Vedras! Afinal de contas, se até é um “Carnavalesco” porque não fez nada cá? E recorda-lhe que na proposta que o CDS lhe apresentou numa reunião já então muito solicitada pelo Grupo do CDS, em Abril de 2013, estavam lá propostas para eventos. O Sr. Presidente da Câmara já desabafou, nesta Assembleia, que por vezes se sente magoado com algumas críticas da oposição por só criticarem por simples demagogia. Mas não diz nada de quando elementos da oposição, como foi o caso do CDS, se predispõem a trabalhar em conjunto, e o Sr. Presidente da Câmara, apesar de dizer que o próximo passo seria pô-los em contacto com o Vereador do Pelouro, para se começar a trabalhar, uma vez que lá estavam realmente boas propostas, mas nada aconteceu. Hoje, 22 meses depois, apesar de nos termos sempre mostrado disponíveis, continuamos à espera! E termina com esta reflexão: O Presidente de Peniche dinamizou o Surf; o Bombarral vai ter parque de diversões e é conhecido pela pêra rocha; Óbidos já se tornou numa imagem de marca nacional; e Torres Vedras irá propor o seu Carnaval a Património Mundial e até, na Paleontologia, começam a destacar-se, o que os faz cogitar a possibilidade de, daqui há alguns anos, lá poder vir a surgir o Parque Jurássico. Não falando no que estão também, em Torres Vedras, a trabalhar, no que se refere ao Centro Interpretativo das Linhas de Torres. O Sr. Presidente da Câmara já vai no seu 2º ano de mandato e qual é a força, a visão, a mais-valia ou imagem da Lourinhã? Qual o fator diferenciador que atrai novos munícipes, indústria e turismo para a Lourinhã? Como se posiciona a Lourinhã enquanto concelho de destino?

Alexandre Maurício:

Após ter apresentado os seus cumprimentos, referiu que gostaria de focar um assunto que não é nada contra ninguém, nem contra a forma como apresentaram na assembleia de 21 de novembro de 2014 e que já foi focado por outros membros no passado. Portanto, tem a ver com a inscrição da Câmara na Associação Amigos de Pedro e Inês e da cota no valor de 500 euros que se pagou. Quando falam nesse assunto parece que é dinheiro deitado à rua e que a Lourinhã e as localidades deste concelho não beneficiam nada. Parece que há um desprezo por aquilo e que não interessa a ninguém. Mas gostava de informar esta Assembleia (e não está aqui com azedumes para ninguém) que foi recentemente promovido, por membros da respetiva associação, um roteiro de Pedro e Inês. Foi uma empresa que lançou em fevereiro,

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

alusivo ao dia dos namorados, onde se pode ver o Moledo com as suas esculturas e a falarem da Lourinhã, etc. Assim, gostava de saber se tudo isto não valoriza a Lourinhã. Se isto não tem interesse? Depois podem ver que vai haver um colóquio internacional interdisciplinar de literatura de viagens e turismo cultural. Cá está, outra vez, a falar da Lourinhã, com base em Pedro e Inês. Assim, podem explorar isto tudo, nomeadamente, as pessoas passam e conhecem a Lourinhã e o Moledo, assim como outras aldeias do concelho. Isto é tudo aproveitado, ao contrário de que muitos membros querem fazer passar. Assim, 500 euros é uma insignificância para o dinheiro que se gasta em tantas outras coisas e nas quais não se tira tanto benefício. Gostava muito que até o Executivo da Câmara olhasse duma outra forma para isto para se poder desenvolver e fazer algo mais atrativo sobre aquilo que têm.

Ana Caixaria:

Após ter apresentado os seus cumprimentos, referiu que gostariam de falar de alguns pontos que acham importantes, e sobre os quais gostariam que o executivo se pronunciasse. Em primeiro lugar desejam saber sobre o ponto de situação no que se refere à elaboração do PDM, que devido ao *timing* que se tem, merece a devida atenção. Mas também quer saber se neste novo PDM existem medidas preventivas, medidas de controlo ou preocupações com as cheias. Esta semana saiu no Alvorada um artigo que muito os preocupa, mais concretamente: “Lourinhã fora das listas de risco de cheias”. Não sabem quais foram os critérios utilizados para que a Lourinhã tenha ficado de fora das listas. No entanto, a realidade é que a Lourinhã tem cheias. Não seria prudente que neste novo PDM houvesse a preocupação ao nível das cheias? Sabe que o Executivo Municipal tem na ideia medidas preventivas e esta seria a melhor solução, nomeadamente, a prevenção. Embora, na realidade, ninguém consiga garantir que será a solução. A elaboração de um plano poderia em muito ajudar a compreender as zonas mais afetadas, como prevenir e pôr fim ou resolver. A nível de medidas preventivas, gostariam de sugerir ações de sensibilização dirigidas aos agricultores, no sentido de os sensibilizar que o rio tem características muito particulares e que a sua manutenção é de grande importância.

João Ferreira:

Após ter apresentado os seus cumprimentos, referiu que em primeiro lugar queria agradecer ao Sr. Presidente da Câmara pela possibilidade que deu ao Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados de ter reunido aqui, neste salão nobre. Foi uma reunião bastante importante ao nível do Conselho Distrital. Quer, sobretudo, agradecer o apoio logístico que a Câmara deu. Também o Sr. Presidente da Câmara esteve presente e fez uma divulgação do Concelho da

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

Lourinhã, sobretudo em relação à costa e a alguns produtos locais, tais como a aguardente. Os seus colegas gostaram e ficaram com uma boa ideia da Lourinhã. Observaram, ainda, o interesse que o Sr. Presidente da Câmara demonstrou na promoção deste concelho a nível turístico e não só. Em relação às obras de limpeza do Rio Grande, tratou-se de uma obra bastante importante para a regularização do leito e, sobretudo, para a limpeza das motas e das margens do rio. Agora o rio está limpo, mas não basta ter o rio limpo é preciso mantê-lo assim. Portanto, aos agricultores interessa que o rio esteja limpo, e assim não se pode dizer que os agricultores são os culpados da pouca limpeza que o Rio Grande às vezes apresenta, pois não é verdade. Se há alguém que interessa que o rio esteja limpo são os agricultores. Deste modo, a Câmara deve sensibilizar todos os confinantes para manter, sobretudo, as motas do rio limpas. Vão começar a surgir novamente aqueles caniços, as motas vão começar a ser limpas e, sobretudo, a ser reduzidas, porque a maquinaria que procedeu à limpeza do leito do rio utilizou a mota e, de certa forma, alargou a mesma exponencialmente. Não é necessário uma mota tão alta, basta apenas alguma proteção para proteger as várzeas das inundações e da subida do caudal. Sabem que agora os agricultores vão começar a reduzir as motas, mas também é necessário que mantenham as motas limpas de caniços. Portanto, seria importante que a Câmara sensibilizasse todos para que mantivessem as motas dos rios limpas, de modo a que não voltasse a acontecer os níveis de sujidade que se verificou.

Presidente da Câmara:

Após ter aparentado os seus cumprimentos, em relação à intervenção da Presidente da União de Freguesias de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo, referiu que tem conhecimento que as Águas do Oeste estão para a iniciar as respetivas obras. Têm em programação no segundo trimestre de 2015. Tinham a garantia que era para ter iniciado no final do ano passado, mas tem conhecimento que ocorreram alguns problemas técnicos, e não foi possível iniciá-las. A “Águas do Oeste” já esteve no terreno, e vai buscar todo o saneamento a São Bartolomeu dos Galegos, Moledo e à Feiteira e também ligar a Pena Seca. Ir-se-á ligar ao emissário com a estação elevatória junto ao Paço. Trata-se de obras prioritárias, com a garantia, inclusive, do próprio Presidente da Águas do Oeste. No entanto, irá reunir brevemente com o Eng.^o Arménio de Figueiredo, da Águas do Oeste, e nessa altura também irá perceber se esta calendarização se mantém ou se houve alguma alteração. Em relação à intervenção do membro José Soeiro referiu que não tem conhecimento das questões que este membro levantou, mas se tais situações se verificam fica pasmado que estejam a acontecer. Relativamente às áreas que são cortadas para estradas, é um facto que muitas situações não estão atualizadas. Por outro lado,

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

há muitas situações que já foram atualizadas. Mas é de todo o interesse e o município irá tomar essa responsabilidade de atualizar todos estes cadastros. Não só porque houve, de facto, uma cedência de terreno para o domínio público, mas há todo o interesse para a Câmara e para o município que cedeu. Em relação à questão do empresário referiu que gostaria que o membro José Soeiro lhe desse mais alguns elementos. Não conhece a situação, mas irá pegar neste assunto e averiguar a situação relatada. Não é normal uma situação destas acontecer, portanto, reitera que irá averiguar esta matéria. Em relação à notícia veiculada pelo jornal Alvorada, também concorda com o membro José Soeiro, obviamente que a descentralização que se faça para as Juntas de Freguesia é fundamental, pois é um trabalho de equipa. O Governo está a descentralizar coisas para as câmaras, mas não está a dar as respetivas participações financeiras. Pensa que isto vai ser devidamente regulamentado brevemente. Em relação à intervenção da membro Paula Marinho, referiu que todos os vereadores têm conhecimento sobre o ponto de situação da matéria relacionada com a Pisoeste. Não têm qualquer dúvida do que se está a passar. Já contestaram a situação e esperam que em breve existam notícias, sobre esta matéria, para transmitir aos membros. Em relação à Carta Educativa, a mesma custou, de facto, 20 mil euros mais IVA. É um instrumento fundamental para se definir a estratégia educativa para o Concelho da Lourinhã. Esta questão foi aprovada na Câmara e esperam que as primeiras projeções apareçam no decorrer do mês de março. Sobre a Associação dos Amigos do Planalto das Cesaredas, referiu que não faz parte da Direção, é Presidente da Assembleia Geral. Portanto não faz parte do Órgão de decisão desta Associação. Mas, enquanto Presidente da Assembleia Geral, está empenhado em acompanhar a respetiva associação. Sabe que no próximo Quadro Comunitário irá haver diretrizes para estas situações. Também pode dizer que os 4 municípios que estão envolvidos no Planalto das Cesaredas tinham uma ambição e um projeto para congregar toda aquela estratégia. Mas não foi possível inserir no atual Quadro Comunitário do QREN. Existem, no entanto, condições no próximo Quadro para poder avançar com o referido projeto. Sobre o Carnaval de Torres Vedras, referiu que, em primeiro lugar, esteve no Carnaval da Lourinhã, esteve em Ribamar e gostou muito. Agora, de facto, na terça-feira esteve no Carnaval de Torres Vedras. Há perspectiva que, no próximo ano, haja um trabalho diferente em volta destes festejos na Lourinhã. Mas, oportunamente, falar-se-á sobre esta situação. Sobre as atividades a desenvolver no concelho, de facto reuniu com a membro Paula Marinho e reconhece que esta membro tem algumas ideias, tem projetos que se podem aproveitar e que têm interesse para o município. Mas, esta membro ficou de enviar para o seu gabinete um documento escrito,

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

contudo até agora ainda recebeu nada. Desconhece a razão, mas esta é a verdade. Assim, não pode abordar este assunto ao vereador do pelouro, pois não tem matéria para o fazer. Em relação a projetos para o concelho da Lourinhã, afiança que tem muitos projetos para o concelho. Não irá focar o seu programa eleitoral, porque muitas vezes as necessidades ultrapassam os programas eleitorais, mas tem intenções de realizar projetos para o Concelho da Lourinhã, de acordo com as necessidades que existem. Esse trabalho irá ser desenvolvido no âmbito do novo Quadro Comunitário. Em relação à intervenção do membro Alexandre Maurício sobre a inscrição do município da Associação de Pedro e Inês, referiu que esteve recentemente em Alcobaça e foi abordado pelo Dr. Jorge Sampaio, responsável do Mosteiro. O mesmo disse que irá haver verbas para esta temática de Pedro e Inês e transmitiu que oportunamente ir-se-á reunir com os representantes do Moledo e da Câmara para analisarem as ações a desenvolver neste âmbito. Em relação à membro Ana Caixaria e à questão que colocou sobre o PDM, referiu que será o Vereador Vital do Rosário a responder. Em relação ao membro João Ferreira, sobre a reunião da ordem dos advogados, referiu que para a ordem dos advogados ou qualquer entidade que solicite a salão nobre, para qualquer ação, a Câmara tem muito gosto em ceder o respetivo espaço. Em relação à limpeza do Rio Grande, referiu que têm agendadas reuniões com os agricultores, em várias freguesias. É preciso alertá-los para esta situação e que é preciso manter a limpeza, é preciso manter as motas limpas. O dinheiro que a Câmara já gastou com as respetivas limpezas ronda os 50 mil euros. Por isso, este dinheiro não pode ser desperdiçado pelo que os confinantes com o Rio, doravante, têm que ter mais cuidado com a limpeza do rio.

Vereador Vital do Rosário:

Em relação ao PDM, referiu que o mesmo está entregue à Comissão de Acompanhamento para efeitos de apreciação no âmbito do artigo 75º do Regime Jurídico. E, obviamente, que foi um PDM completo, devidamente ponderado e com uma equipa que esteve especificamente a trabalhar a temática dos riscos. Uma equipa que foi liderada pelo professor Luís Zêzere, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. É reconhecidamente um técnico com provas dadas nesse domínio e, portanto, têm segurança que os estudos vêm devidamente fundamentados. O artigo que a membro Catarina Caixaria referiu trata-se de um estudo que foi realizado por uma entidade que não tem nada a ver com a Câmara. Os critérios que essa empresa seguiu deram como a Lourinhã não tendo problemas com cheias. Mas, isso, quem fez o estudo, obviamente terá que justificar, porque as evidências são diferentes do resultado do

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

referido estudo. Mas, no que toca ao PDM, estão seguros relativamente ao trabalho realizado pela equipa que fez os estudos sectoriais.

Presidente da Câmara:

Em relação à intervenção da membro Ana Caixaria, sobre a APA, referiu que esteve presente no lançamento do mapa de medidas preventivas, relativamente às cheias. Mas o programa começou há muito pouco tempo. É a nível nacional e abrange os 900 quilómetros de costa.

Filomena Frade:

Após ter apresentado os eus cumprimentos, referiu que falou-se já da limpeza de rios e a sua intervenção articula-se com as dos seus colegas, porque também é no mesmo sentido. Participou em duas ações das que a Câmara tem organizado no que concerne à ação de sensibilização para limpeza das linhas de água nas freguesias. Mas, ficou surpreendida (embora não tenha participado na primeira) por não encontrar presença de elementos do Executivo em nenhuma destas ações. Principalmente por não haver um suporte político para o técnico. Aquilo que aconteceu nestas ações (participou em duas) foi observar um técnico municipal a prestar informação à população de cariz mais técnico, mas sujeito a uma série de questões de posições da população, que são mais do foro político do que propriamente técnico. Isto aconteceu principalmente na Freguesia do Vimeiro, onde as pessoas participaram nesta ação. Depois de tudo o que aconteceu, obviamente, não iam para ser sensibilizadas, iam para ouvir outro tipo de respostas, iam para se queixar. Não é um técnico municipal que deve dar este tipo de respostas e que tem competência para ouvir a população neste sentido, pois está para prestar informação técnica. Pensa que deixa também o técnico numa situação de maior insegurança. Ele apresentar-se-ia à população com outra segurança, com outro suporte, se tivesse um apoio político. Quanto às questões técnicas de limpeza das linhas de água e da informação que tem sido dada, é preciso que esta informação seja bastante detalhada e pormenorizada, nomeadamente a obrigação dos proprietários é a limpeza das margens e das motas do rio, não do leito do rio, como tem sido referido nesta intervenção. Portanto, para a população pode não ser explícito que a obrigação que tem daqui para a frente será de limpeza apenas da margem, que não vai intervir dentro da linha de água, porque isso pode trazer outro tipo de alterações. Por outro lado, e aproveitando o bom trabalho que tem sido feito em termos de limpeza, embora tenha alguns pormenores técnicos com os quais discorda, pensa que a Câmara deveria aproveitar esta situação e elaborar, quase, um pequeno caderno de recomendações técnicas, com algum detalhe e deixar esta informação com todos os proprietários, arriscar até a fazer a renaturalização de algum troço do rio. O rio se não tiver

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

vegetação em breve as margens acabam por se deteriorar, porque não tem nada que ajude a consolidá-las. O que estava a consolidar as margens eram os caniços, mas estão a ser cortados. A aplicação de herbicidas é outro problema para a qualidade da água. Portanto, o normal seria que a Câmara pudesse renaturalizar uma parte do rio. Claro que é uma intervenção com outra dimensão, com outra estrutura, mas poderia aproveitar esta situação para fazer um troço de ensaio. Esse troço serviria para ajustar o modelo de manutenção, de estabilização das margens, que poderia ser depois repetido pelos proprietários. A verba que os proprietários já têm que investir nesta limpeza, passaria a ser investida na renaturalização. Há diversas soluções de engenharia natural que hoje ajudam a consolidar margens e a voltar a ter uma vegetação natural no rio. De certeza que haverá proprietários disponíveis a poder desenvolver um ensaio e ter um modelo de teste e de ajuste.

Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara:

Após ter apresentado os seus cumprimentos, referiu que pretende prestar esclarecimentos sobre o ponto de situação do cemitério da freguesia de Santa Bárbara. Trata-se de um assunto do conhecimento de todos, dado que já foi abordado anteriormente nesta Assembleia. Tem também em conta que todos receberam atempadamente uma carta enviada por habitantes de Casais de Porto Dinheiro a demonstrar algum descontentamento, relativamente à possível ampliação do cemitério. É também do conhecimento público que o cemitério da freguesia de Santa Bárbara está praticamente lotado e que é necessário, com brevidade, resolver este problema e expandir a sua área. Posto isto, foram realizados contatos com os proprietários dos terrenos contíguos ao cemitério tendo a Junta de freguesia de Santa Bárbara chegado a um acordo com os proprietários de um terreno. Estes desenvolvimentos também já são do conhecimento público. A aquisição deste terreno ainda não foi realizada. Relativamente à carta recebida da Sr.^a Purificação Trindade e do Sr. Carlos Trindade, com uma petição contra o alargamento do cemitério da freguesia de Santa Bárbara, é importante esclarecer os seguintes pontos: 1º - Ainda não existe um projeto para o alargamento do cemitério, uma vez que ainda estão na fase de aquisição de terreno para esse fim; 2º - O cemitério terá sempre que cumprir com toda a legislação em vigor; 3º - O cemitério existe há mais décadas do que a maioria das casas envolventes, o que por si só não dá mais direitos ao equipamento cemitério, mas também não dá aos proprietários das habitações envolventes. Mas, uma vez mais, afirma que toda a legislação em vigor é para cumprir, independentemente deste espaço temporal; 4º - Não existe nenhuma alternativa viável que permita a expansão do cemitério da freguesia de Santa Bárbara sem confrontar com parcelas de terreno onde existam edificações; 5º - É também

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

importante salientar que esta petição foi assinada por 26 fregueses, no universo de 1943 habitantes, segundo os censos de 2011 e de 1588 eleitores. A Junta de Freguesia de Santa Bárbara tem interesse e está empenhada em resolver esta e qualquer divergência, ouvindo os moradores e fregueses. Estão a encontrar a melhor data, em conjunto com os moradores, para se realizar uma reunião de esclarecimento (aberta a toda a população e aos membros da Assembleia, se quiserem estar presentes) sobre este tema e ouvir a respetiva proposta dos assinantes da referida petição. Planeiam realizar a reunião no decorrer do mês de março. É importante ainda salientar que para qualquer intervenção, no sentido de ampliação do cemitério, a mesma necessita de estar prevista no PDM. Em reunião com o Chefe da Divisão do Ordenamento do Território, Urbanismo e Atividades Económicas, Dr. Luis Gomes, a Junta de Freguesia identificou esta questão, no sentido de ser contemplada, na Revisão do PDM. Não sabem neste momento qual é o ponto dessa situação. Estará sempre disponível para esclarecer quaisquer dúvidas que possam surgir.

José Tomé:

Após ter apresentado os seus cumprimentos, começou por fazer uma saudação especial pela renovação do Executivo, por parte do grupo do PSD, e deu as boas vindas. De seguida, referiu que iria apenas aflorar duas ou três questões. Uma prende-se ainda com o Jornal Alvorada e, à semelhança daquilo que o membro da CDU disse, tem a ver com a descentralização comprometida. Portanto, pede que o Sr. Presidente da Câmara esclareça esta Assembleia se houve ou não houve algum contacto, por parte do Poder Central, para o município integrar o projeto-piloto da descentralização da educação. Também quer dizer que, com isto tudo, este processo, na sua opinião, tem tido algumas questões menos bem resolvidas, nomeadamente o seu início e, até no tocante à educação, estranha-se que o Ministério da Educação não esteja envolvido neste processo. Portanto, é o Secretário de Estado e o Ministro que Tutela a Administração Local que estão única e exclusivamente neste processo. Trata-se de um processo de delegação de competências com um governo que tem feito o esmagamento do poder local. Veja-se os cortes sistemáticos, as imposições que são feitas às autarquias, até ao ponto da legislação definir como devem ser as estruturas orgânicas, o número de vereadores a tempo inteiro, enfim, uma série de coisas que branda aquilo que é autonomia. Portanto, vêm fazendo este processo e depois querem transferir mais tarde estas competências. Assim, chama a atenção do Executivo para que tenha algum cuidado naquilo que são estas ações do Governo, nomeadamente com delegações de competências, que não são mais do que contratualizações que querem fazer. Por outro lado, recorda que já há um contrato de

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

execução na área da educação com o Ministério da Educação. Assim, ter-se-á que verificar se poderá existir alguma colisão neste novo processo e, portanto, as coisas não podem ser conduzidas desta forma. Permitam-lhe, então, que faça aqui esta nota de atenção para todo este processo. Acresce, como disse o Secretário de Estado da Administração Central, no mesmo jornal (Jornal Alvorada), que a ideia é que não haja um aumento da despesa do Estado. Obviamente, porque a intenção é mesmo essa. Querem fazer isto também à custa do orçamento da Câmara, não sacrificando muito o orçamento do Estado. Têm assistido que o que tem havido, por parte do Governo, é cortes. Veja-se também a questão da saúde, nestes últimos tempos, o que tem vindo a público relativamente a esta matéria. Até julgava que a membro Paula Marinho iria falar nisso, porque manifestou sempre aqui alguma preocupação relativamente à problemática da saúde e, perante esta panóplia de situações que aconteceram em Portugal, hoje não disse nada. Lamenta, mas, se calhar, continua ainda à espera do visto Gold para a nova coligação do partido governamental. Vai-se ver, estarão cá para ver! Bom, mas não queria falar mais mal do Governo, até porque o Sr. Vereador Sérgio Fontes refez essa referência no artigo que escreveu. Parabéns! Está bem escrito e pela referência que lhe fez, agradece. Embora tenha havido outros que ficaram tristes por não terem sido referidos, mas sabe que está atento e que irá fazê-lo no próximo trabalho. Portanto, uma outra questão, a Escola de Miragaia. Já vai sendo usual terem que falar nisto, mas também prende-se com um artigo, neste caso do membro Nuno Sampaio, que o intitulou por “erro histórico”. Reconhece, obviamente, o direito de cada um manifestar à sua opinião. Mas quer dizer ao membro Nuno Sampaio que daquilo que tem ouvido deste membro, nalguns discursos em que se revê nalgumas pontas (não na totalidade, obviamente) e até no cuidado que põe na elaboração dos mesmos, depois de ler o referido artigo, de facto, considera que não está muito condizente, porque o artigo está inócuo. Por um lado, é redutor, pois só faz ali uma observação, levando-o a dizer que o membro Nuno Sampaio esteve mal assessorado nesta parte da escrita, relativamente à educação. Percebe que não se pode saber de tudo, embora, obviamente, é-se livre de falar de tudo, mas não é parece correto reduzir isto, exclusivamente, ao erro no contexto global da educação no Concelho, à questão da escola. Assim, lembra o membro Nuno Sampaio que até se pode depreender das palavras deste membro que escolas que não estão na Vila são más. O que há para além da Vila, sede do Concelho, é deserto, é um degredo! Ora, acha que esta questão dos territórios e a valorização deles e o combate à sua desertificação só se faz mesmo quando colocam lá mais recursos, mais infraestruturas, que, efetivamente, melhorem a qualidade de vida. E, são as crianças, de facto, que os socialistas deste concelho

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

têm tido em atenção e querem uma escola para todos. Não é só para aquelas cujos pais podem os vir trazer de carro à Vila da Lourinhã, é para todos! Quanto mais próximas estiverem as infraestruturas melhor estão a fazer às crianças. Já agora lembra este membro que num ranking de escolas que saiu há pouco tempo a escola de Ribamar até apareceu em primeiro lugar, em relação a duas escolas da Vila. Podem, se calhar, deduzir aqui alguma coisa. Portanto, há coisas que não podem extrapolar assim numa forma muito rápida. Continua a achar que não há erro nenhum nesta matéria, mais concretamente a construção da nova escola em Miragaia. O futuro o dirá e está convicto que um dia será ele (José Tomé) a escrever outra vez, porque já escreveu sobre isto, cujo título pode ser este: “Como eles se enganavam”. Vai-se ver! A Rede Escolar não se reduz só à questão da infraestrutura, porque a escola tem que se fazer com todos. Há o respeito pelas comunidades e têm que ter confiança em todos os parceiros nestas ações. Até vê agora algum plágio, numa coisa que era dita por si (José Tomé) muitas vezes e pelo Sr. Presidente da Câmara de então, atual Presidente da Assembleia Municipal, que era: A Educação para eles é um investimento e não uma Despesa. Já viu isso num outro documento escrito por outra pessoa. Acha interessante, mas admite, perfeitamente, este plágio, porque é bom plagiar aquilo que é bom, parabéns por isso também. É ótimo que se faça. Depois, o membro Nuno Sampaio no seu artigo não escreveu nada sobre os erros que este Governo faz. Sabe que têm dificuldades, mas ele (José Tomé) não tem, mesmo que almoce com chineses, não tem problema nenhum em assumir aquilo que menos de bom se faz. Não tem problemas desses, quem o conhece sabe que é assim. Agora, não assumir que o que está a estrangular a educação, o ataque direto à escola pública, são estas atitudes deste Ministro, com um corte brutal nas verbas para a Educação, com a falta de apoios para os alunos de educação especial, situação que a membro Teresa Faria tem, decerto, conhecimento. Enfim, uma série de constrangimentos nesse trabalho, que tinha avanços muito positivos. O aumento de alunos por turma, prejudica a qualidade de ensino, é reconhecido por todos. Seria importante que assumissem estas situações.

Jorge Sousa:

Após ter apresentado os seus cumprimentos, começou por dizer ao membro José Tomé que a bancada do PSD defende e aplaude a descentralização das competências para os municípios, como aliás deve acontecer também a nível intermunicipal, para que as CIM funcionem doutra maneira. Por outro lado, queria fazer aqui uma referência em relação ao projeto do Parque Jurássico, nomeadamente, este tema já veio aqui e o Sr. Presidente da Câmara já respondeu dizendo que não tem grandes novidades sobre isso. Mas quer recordar que o projeto Parque

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

Jurássico é um projeto vital para o futuro da Lourinhã. É uma das marcas mais distintivas da Lourinhã, em relação aos municípios que rodeiam este concelho. Como tal gostavam de obter aqui algumas respostas, tais como: - a previsão de um prazo para haver decisão; - estão a procura de investidores ou não; - qual é o ponto de situação. Este é, de facto, um projeto vital para o futuro da Lourinhã. Têm turismo, têm campo, têm agricultura, têm inúmeras características enquanto município que se distingue de outros, mas o Parque Jurássico tem que ser uma realidade, porque vai trazer mais pessoas à Lourinhã, vai criar postos de trabalho e é um projeto absolutamente vital. No dia 28.09.2013, o Jornal Público noticiava que o Parque Jurássico iria avançar na Lourinhã, isto na véspera das eleições autárquicas. No dia 30.09.2014, o semanário Sol dizia que o projeto tinha sido adiado. Acha que esta Assembleia e os Lourinhanenses querem respostas e, sobretudo, querem que o projeto se torne numa realidade para bem dos Lourinhanenses e da Lourinhã.

Nuno Sampaio:

Após ter apresentado os seus cumprimentos, referiu que há pouco o Sr. Presidente da Câmara disse que os Srs. Vereadores sabiam o que se passava com a Pisoeste. Pois já fez diversas intervenções nesta assembleia municipal, escreveu uma carta com uma série de questões dirigidas ao Executivo, da qual recebeu uma resposta muito amável, agradece terem respondido, no entanto, as questões que se colocaram não foram respondidas. Portanto, pede que se sejam claros. Ainda há pouco tempo o Jornal Alvorada, numa notícia que lhe pareceu pouco informada, dava a entender que a situação da Pisoeste estava resolvida. Os cidadãos, os contribuintes do concelho da Lourinhã, têm o direito de saber o que se passa com um assunto que representa 680 mil euros e que se chama Pisoeste. Assim, esta bancada ou tem respostas nesta assembleia (já vão na quarta assembleia a tentar obtê-las) ou, certamente, não podem abdicar do dever enquanto membros e tentarão que este assunto seja esclarecido. Também queria agradecer ao membro da Assembleia José Tomé, não só na sua intervenção demonstrar que teve a amabilidade de ter lido o seu artigo (sabe que é natural que este membro se interesse por estas questões, não só porque é professor, mas também pelas responsabilidades que exerceu), mas também pela forma correta como colocou a questão ao nível de debate das opções políticas. Pois, dito isto, quer dizer que estão em desacordo e também tem prestado atenção às crianças, desde logo porque tem 3 crianças em casa, todas elas frequentam escolas públicas do Concelho da Lourinhã. Uma frequentou a pré-escolar na Praia da Areia Branca, duas frequentaram a pré-escolar no Seixal, e, neste momento, duas frequentam a escola do primeiro-ciclo da Lourinhã e outra a Escola Dr. João das Regras. Fez

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

12 anos de escola pública no Concelho da Lourinhã. Não considera que as escolas do Concelho da Lourinhã possam ser menos consideradas. Aliás, a Escola Dr. João das Regras (a tal que irá para Miragaia) de certa forma foi uma das suas primeiras escolas, porque foi aonde, em 1975, a sua mãe começou a dar aulas. Portanto, tem todo o apreço. Agora não percebe, não compreende esta opção. O que estava à espera de ouvir hoje era a estratégia para a educação no Concelho da Lourinhã, porque é exatamente para defender uma escola para todos, para defender uma escola pública para todos. É exatamente para que não haja aqueles que podem vir de carro para a Lourinhã ou para o Bombarral, ou para Torres Vedras ou para Peniche; e aqueles que só têm transportes escolares para Miragaia. A interioridade, claro que a questão da interioridade é um problema em Portugal. Ainda há pouco tempo estive em Penamacor e interioridade é aquilo. E ainda bem, com todo o respeito por Penamacor, que a Lourinhã não tem os problemas para resolver que existem no interior de Portugal. Aqui têm que criar um Pólo que seja competitivo, estão no litoral, têm que competir com Torres Vedras pela atração dos melhores professores, têm que fixar os alunos na Lourinhã, atrair famílias. E, sinceramente, se se tivesse construído um Pólo Escolar de qualidade junto à Escola Secundária Dr. João Manuel Delgado, teria sido uma melhor opção. Ainda por cima houve os censos, houve imenso tempo para decidir sobre esta situação. Foi um bocadinho como fazer o totobola e, mesmos assim, tomar a decisão errada. É esta a sua posição, mantém aquilo que escreveu e, certamente, espera que possam a continuar, de forma correta, cordial e informada, este debate em prol do desenvolvimento da Lourinhã, e discutindo aqui e no espaço público de forma aberta as opções que são tomadas.

Mário Gonçalves:

Após ter apresentado os eus cumprimentos, referiu que queria reforçar as palavras proferidas pelo membro José Tomé, em relação à bancada do CDS-PP. Parece-lhe que a bancada do CDS-PP ultimamente tem exercido um direito reivindicativo um pouco fora do comum e de uma forma despropositada. Tem a sensação, inclusive, que trazem serviços encomendados. Hoje fala nisto e não está cá a sua camarada Ana Jorge, mas não se pode esquecer da maneira como intervieram nesse debate e nas acusações que fizeram à Dr.^a Ana Jorge, que para si foi de uma forma desrespeitosa, pondo em causa o profissionalismo da referida membro. Claro, a Dr.^a Ana Jorge como é uma pediatra, respondeu com toda a calma. Ele (Mário Gonçalves) pessoalmente não teria respondido assim. Aquilo ter-lhe-ia caído muito mal. Mas, a Dr.^a Ana Jorge, como pediatra, está habituada a tratar de certos casos, compreendeu a ligeireza como respondeu à situação. Por outro lado, queria também saber se as ditas cunhas, aqui tão

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

defendidas pelo CDS-PP, trouxeram algum benefício ao Concelho da Lourinhã, no tocante à saúde. Essas cunhas trouxeram algumas melhorias? O que já trouxeram, de visível, à Lourinhã? Se trouxeram alguma coisa, não se apercebeu! Gostaria que lhe explicassem. Também ficou chocado com o limite de liberdade ao Sr. Presidente da Câmara da Lourinhã. Então o Sr. Presidente da Câmara não pode ir ao Carnaval de Torres Vedras, entre outros eventos ou lugares? Agora acham mal que o Sr. Presidente da Câmara tenha estado num evento num concelho limítrofe, com o qual existem, inclusive, boas relações e aonde muitos Lourinhanenses também vão? Fica pasmado com estas afirmações!

Presidente da Câmara:

Em relação à intervenção da membro Filomena Frade, sobre a limpeza do rio, concorda com aquilo que esta membro referiu no tocante à sensibilização que se tem que fazer perante os agricultores. O técnico que esteve presente nas 3 sessões que já ocorreram é uma pessoa de inteira confiança e possui capacidade técnica para o efeito. Tinha algumas lacunas mas retirou, através do Eng.º Castro da APA. Portanto, têm estado a trabalhar em parceria. Obviamente, que quer estar presente em próximas sessões, pois, por questões de agenda, não pôde estar presente nas que já se realizaram. Mas, concorda que deverá estar alguém da área política para dar mais confiança e segurança ao técnico, que merece a devida confiança face aos seus conhecimentos técnicos. Em relação às recomendações, referiu que já estão a trabalhar nessa matéria. Têm estado a realizar reuniões com os Presidentes de Junta e já têm o levantamento de todos os agricultores que confinam com o Rio Grande, para, regulamente, desenvolver as necessárias ações. Sobre a aplicação dos pesticidas, é, obviamente, uma situação complicada. Neste momento, estão a certificar pessoas para que possam aplicar os respetivos pesticidas. Estão, assim, a trabalhar nessa área. Em relação à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara, sobre a ampliação do cemitério, referiu que também lhe chegou um abaixo-assinado. Assim, quer reunir-se com a Junta de Freguesia de Santa Bárbara para verificarem as ações concretas a desenvolver ou as alternativas que possam existir. Em relação à intervenção do membro José Tomé, sobre a descentralização, referiu que a Câmara nunca foi convocada para o processo de descentralização do projeto-piloto para a educação. Sabe que há escolas-piloto no país, mas a Câmara Municipal da Lourinhã não foi comprometida com isso. Sobre a delegação de competências concorda com o membro José Tomé. Sobre a escola de Miragaia concorda, igualmente, com o membro José Tomé, pois há mais de 20 anos, aquando da construção da escola em Ribamar, também ouviu falarem do erro histórico. Hoje a escola é um sucesso. No ranking das escolas da Lourinhã, segundo lhe foi

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

transmitido, é a escola que está melhor posicionada. Isto, obviamente, deve-se a vários fatores, que vão desde as instalações, aos professores, etc. No passado foi dito que era um erro construir ali uma escola, hoje já ninguém diz que foi um erro. Espera que, em relação à escola de Miragaia, se possa dizer, daqui a alguns anos, que não foi um erro. Por outro lado, lembrou que também não poderia ser construída noutro lado, sob pena de não existir verbas para a sua construção, conforme foi alertado pelos responsáveis que gerem a verbas dos fundos comunitários (situação, inclusive, que já foi sobejamente explicada), contrariamente a algumas publicações que têm surgido nas redes sociais e que são pura mentira, pois, reitera, não haveria verbas para esse fim no novo quadro comunitário. Haverá, eventualmente, para o 1º Ciclo, mas não para EB 2,3. Portanto, considera que estão a insistir numa situação que não é possível voltar a atrás. Em relação à intervenção do membro Jorge Sousa, sobre a descentralização, referiu que é importante que venha a descentralização. A Câmara está disponível desde que haja o correspondente apoio financeiro. Sobre o Parque Jurássico, referiu que já estiveram na Região de Turismo de Portugal e o projeto tem condições para avançar no próximo Quadro Comunitário. Existem contatos com uma empresa que tem uma ligação muito próxima às candidaturas, e existem conversações no sentido de a mesma criar uma parceria com a empresa alemã. Faltam 2 milhões de euros, portanto, se houver iniciativa à candidatura para este projeto e se houver um ou mais empresários da região que tenha condições de investir, terão as condições todas e apoiarão completamente esta situação. As coisas estão praticamente definidas como irão avançar, só falta aqui, em relação a 6,5 milhões de investimento total, os referidos 2 milhões. Em relação à intervenção do membro Nuno Sampaio, sobre a Pisoeste, referiu que esteve na reunião de Câmara a advogada do município, Dr.^a Joana Roque Lino, tendo a mesma prestado as devidas informações, sobre esta matéria, de forma clara. Portanto, como é sabido esteve na CLF há 7 meses. Só passados 6 meses é que receberam alguma coisa. O que receberam, na opinião de executivo, é uma contestação ao processo que vinha. Não têm dúvidas que o problema que está aqui em causa é um problema legal. Do resto não têm quaisquer dúvidas em assumir esta situação, nunca esconderam nada. Portanto, o que querem é salvaguardar a situação da Câmara, a defesa da Câmara. Agora, o processo em si não está conforme os trâmites exigidos por lei e, logo que esteja de acordo, resolverão. Não querem demitir-se das responsabilidades, querem sim resolver a situação.

Paula Marinho:

Referiu que reparou que, durante a sua intervenção, a bancada do PSD, eventualmente, teve alguma dúvida quando disse que outras entidades trouxeram a questão das Cesaredas à

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

Assembleia. Mas, pode ter-se explicado mal, no intuito de poupar tempo. Portanto, estava a referir-se à sessão da Assembleia de setembro, que, segundo as suas notas, deduz que eles não interferiram, e foi nessa assembleia que a questão das Cesaredas passou a ter mais relevância. Se, por caso, intervieram é óbvio que estão incluídos nesta alínea. Também não colocou em causa a importância da Carta Educativa, mas sim a adjudicação direta. Relativamente à Associação dos Amigos do Planalto das Cesaredas pede, desde já, desculpa ao Sr. Presidente da Câmara pela informação incompleta que lhe deram, mas, de qualquer das formas, acha sempre que membros do Executivo numa associação limitam o poder de decisão ou de ação dessas associações. Quanto aos projetos que o Sr. Presidente da Câmara possa ter, até acredita e quer acreditar que os tenha, mas a verdade, como disse, é que num segundo ano de mandato não se veem no concreto. Relativamente à reunião que tiveram, fica cada um com a sua razão, porque não vai ter a deselegância de desmentir um Presidente de Câmara, como é óbvio. Quer, no entanto (e isto vem precisamente de encontro ao construtivo) reiterar que estão sempre dispostos a trabalhar de forma construtiva. Em relação à intervenção do membro José Tomé, não sabe se este membro lhe disse que tinha que trazer sugestões, portanto, sempre que foi convidada para os grupos de trabalho deu as respetivas sugestões. Aqui não lhe parece que seja o sítio para trazer sugestões. Quanto aos vistos Gold também não lhe parece que seja relevante trazer para aqui, até porque o próprio líder do PS diz que está tudo muito bom e que venham para cá. Portanto, os vistos Gold até são bons se forem falar da política central. Relativamente a ofensas pessoais, se há coisa que nunca fez foi ofensas pessoais a ninguém. Quem não souber ler ou entender português qualquer idade é sempre boa para aprender. Voltaria a dizer o que disse na altura, só fala nas atitudes profissionais, e que algumas delas prejudicaram o concelho. Pode ter sido contra a vontade, mas foi o que aconteceu. Portanto, nunca cometeu ataques pessoais contra ninguém, quem não souber fazer a separação ou ler ou ouvir português, qualquer idade é boa para aprender.

Nuno Sampaio:

Referiu que queria só informar esta Assembleia que, face às declarações do Sr. Presidente da Câmara, continuando sem esclarecimento e tendo o Sr. Presidente da Câmara reconhecido que pode haver situações de ilegalidade, é dever desta Assembleia Municipal fazer com que essas situações sejam devidamente encaminhadas. Uma das perguntas que fez à Câmara é se já tinha levantado algum relatório, algum inquérito interno sobre esta matéria. Não o fez, assim os membros da Assembleia do PSD assumirão essa responsabilidade.

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

Duarte Conceição:

Após ter apresentado os eus cumprimentos, referiu que, em relação à PDL, continuam à boa maneira portuguesa, que é esperar sentado para que apareçam 2 milhões, para que apareça um empresário. Não pode ser assim, um Presidente de Câmara tem que ser um vendedor também, tem que vender a imagem do Concelho e tem que ir a procura de investimento.

Filomena Frade:

Referiu que queria só esclarecer o seguinte: não pôs em causa a competência técnica do funcionário municipal, embora nalguns casos discorde de algumas opções técnicas, mas isso é totalmente diferente. Portanto, disse que um técnico municipal apresenta-se com uma outra legitimidade se tiver o suporte e o apoio político. Quanto ao esclarecimento do trabalho que está a ser feito, em termos de aplicação de herbicidas e do investimento que está a ser feito em formação, discorda totalmente e pensa que esse investimento era mais profícuo se fosse noutro tipo de soluções. Não se esqueçam que estão a tratar com herbicidas as margens de um rio, cuja água rega as hortícolas na várzea um quilometro à frente e das quais se alimentam.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO DO PÚBLICO

Paulo Ribeiro:

Referiu que não é a primeira que se dirige à Assembleia. Portanto, às vezes são feitos alguns apartes, relativamente a artigos que são publicados no jornal Alvorada. Hoje houve uma referência direta a um trabalho que fez como jornalista. É jornalista profissional há 35 anos, tem carteira profissional e os seus artigos não são artigos políticos. Pode-se não concordar com o conteúdo, pode-se não concordar com as opiniões que pessoas entrevistadas são veiculadas nas reportagens e nas notícias. É um direito que assiste a qualquer um. Assim, agradece que quem não concordar com o conteúdo dos seus artigos faça um artigo de opinião, uma carta que envie para o jornal, como muitas pessoas desta Assembleia Municipal já fizeram. Isto dignifica a comunidade e também a comunicação social. Pensa que não é adequado culpar “o Carteiro pelo conteúdo da carta”. Todos têm que assumir os seus erros, mas quer que fique bem claro que não faz política por ninguém e assume inteiramente aquilo que escreve. Não está a falar pelo jornal, mas a nível individual. Mas pode dizer que o Jornal tem mais de 50 anos e é bem visto fora do concelho. Não é oriundo deste concelho e procura dar o seu melhor, assim como os colegas que trabalham no jornal, para dignificar este Concelho. E, talvez não tenha sido por acaso que hoje o Jornal Alvorada foi eleito para a

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

Direção da Associação Nacional de Inspiração Cristã, que representa mais de 200 títulos de todo o país e das ilhas autónomas. Pensa que é um orgulho para o Concelho e um orgulho para o Jornal.

Luís Raposo:

Referiu que queria falar sobre o PDM. Entretanto, já foi respondido pelo Sr. Vereador Vital do Rosário sobre o ponto de situação e quais os procedimentos que no futuro irão ser feitos. Portanto, sobre esta matéria, tem estado atento às atas da reunião de Câmara e fica com a sensação (outras pessoas que tenham lido as atas, se calhar, também ficam) que na oposição é sempre o mesmo vereador a falar e a fazer perguntas sobre a revisão do PDM. Acha que não está correto, tendo este vereador um gabinete de arquitetura, pois poderá usufruir de informação privilegiada, em relação aos outros concorrentes. Irá ficar atento nos próximos passos, no que se refere ao debate que irá existir à volta do PDM e espera que o Executivo também esteja atento sobre esta situação.

Luís António F. Costa:

Referiu que esteve presente na última reunião de Câmara por causa de um assunto que já dura há 10 meses. Portanto, tem a ver com a colocação de um contentor de lixo no Reguengo Pequeno, num local escolhido por todo o Executivo e que, para o efeito, deslocou-se ao local. Inclusive publicou editais a comunicar o local escolhido. Entretanto, houve alguma oposição já fora de prazo, pois o Edital previa um prazo legal para o devido pronunciamento e no respetivo prazo nada foi dito. Assim, já poderia estar colocado o respetivo contentor no local escolhido. Mas até hoje não foi colocado. Já confrontou todo o executivo sobre este assunto. A última vez que aqui esteve foi-lhe dito que no final da reunião iria ser tomada uma posição. Como nada lhe foi dito, aqui está para ouvir o que lhe têm a dizer sobre esta matéria, embora já adivinhe o que seja. Mas, como estão presentes quase todos os intervenientes neste processo, está aqui presente para obter as devidas informações.

Fernanda Marques Lopes:

Referiu que nem de propósito que a sua intervenção hoje versa a questão da liberdade de expressão em democracia. Desconhecia e, como pensa, todos os presentes, que o Paulo Ribeiro iria ter a intervenção que teve. Mas de facto a pedra de toque é essa: liberdade de expressão em democracia não é libertinagem. Portanto, considera-se, pessoalmente, uma pessoa bastante ácida e corrosiva em muitas intervenções que faz, em relação a muitas atitudes e a muitas tomadas de posição no concelho. Mas acha que se pode ser ácido, crítico e construtivo, sem se ser deselegante. Pode-se fazer com lisura e com correção qualquer tipo

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

de crítica. O Jornal Alvorada tem sido muito debatido, nesta sessão, tendo, inclusivamente, o Paulo Ribeiro falado sobre isso, mas quer-lhe parecer que o Jornal Alvorada não tem sido suficiente para este concelho. Diz isto porque parece que têm um Alvorado “Hebdo”. Têm aí uma espécie de folhetim de facebook, que se dedica (provavelmente feito por pessoas que nada farão ou que pouco terão que fazer) a caricaturar não só questões políticas, como questões pessoais. Acha isso extremamente lamentável. Acha que a postura correta é dirigir-se a quem de direito, é vir aqui a esta sala, é ir a uma reunião de Câmara, é fazer as coisas como elas devem ser feitas. Sinceramente gosta muito de se rir, gosta muito de humor, todos eram “Charlie” há algum tempo, mas acha que “Charlie” também tem algum limite. Pessoalmente, já está um pouco farta da “Anita”. O Jornal Alvorada está à margem ou está à borda deste tipo de intervenção, mas pessoalmente está um pouco cansada da “Anita”. Deveriam passar, por exemplo, para a “Mafaldinha”. A “Mafaldinha” era muito mais gira, era diferente. O que quer dizer com isto, com este sarcasmo e com este humor, é que tudo é permitido desde que não se passe os limites do bom senso. Não lhe interessa onde o Sr. Presidente da Câmara andou, se esteve no Carnaval de Torres Vedras ou em Paris. Acha isso absolutamente irrelevante para a construção da democracia e para os passos que esta casa deve dar na construção de um Concelho melhor. Entrou para esta casa como autarca há 10 anos pela mão de duas pessoas que considera um exemplo como autarcas, que são o Raul Jorge Leitão e o Filipe Santos. E não foi isto que estes dois autarcas lhe ensinaram. Ensinaram-lhe a debater ideias, ensinaram-lhe a discordar, muitas vezes teve com o Mário Gonçalves, com o José Tomé, com o João Ferreira Dias e com tantos outros e não foi deste ponto de vista. Portanto, acha que é bom existir liberdade de expressão, é bom virem para aqui, é assim que deve ser feito, mas não é com folhetins no facebook, escondendo a cara, caricaturando, chacoteando as pessoas, humilhando-as, naquilo que têm na sua reserva pessoal. Não se revê nisto, e queria aqui manifestar a sua posição neste sentido.

Luis Gomes da Cruz:

Começou por referir que todos os seus discursos serão enviados pelo seu advogado Ricardo Sá Fernandes, em carta registada e com aviso de receção para o Ministério Público. De seguida, referiu que iria falar sobre “erro histórico da escola de Miragaia”. Referiu, assim, que leu o respetivo artigo no jornal Alvorada. Acha que o mesmo não esclarece os Lourinhanenses totalmente, porque é necessário conhecer a sua génese, mais concretamente, a jogada política que houve por debaixo da mesa e pela cumplicidade de autarcas do PSD menos avisados. Portanto, Miragaia tem uma área de cerca de 13 mil metros quadrados, fica a 6 km

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

do centro da Vila, a sua população em 2011 regrediu quase para metade e os acessos à escola são caríssimos. Deste modo, a coincidência da escola cair naqueles terrenos específicos da família de um autarca é deveras curioso. Existia uma alternativa intuitiva, barata, inócua, com terrenos gratuitos, perto do centro da Vila, mas não serviram, não foi equacionado. Os autores da decisão disseram que a escolha para Miragaia foi considerada a melhor solução, é uma tese em que ninguém acredita, até porque foi tomada contra ventos e mares, a atirar poeira para o ar. Só os incautos, distraídos e os otários acreditam nesta tese maquiavélica. Todo o processo está repleto de inúmeras irregularidades. Mas esta situação não pode ser denunciada em tribunal porque os prazos já foram ultrapassados. Contudo, agora estará sempre em alerta, para que outras situações semelhantes não voltem a acontecer. Também considera que este processo do ponto de vista ético e moral é um hino à hilaridade regional.

Zeferino Nascimento:

Referiu que queria falar de dois artigos do jornal local, que é a bota e a perdigota. Gostou de ler e tira o seu chapéu ao Sérgio Fontes, porque escreveu bem, coisa que às vezes, vindo daquelas bandas, nem sempre acontece. Escreveu politicamente correto, pena foi que nem todos tenham a capacidade e a inteligência que o Sérgio Fontes tem para alcançaram, mais concretamente, que o partido que está no poder na Lourinhã faz a mesma coisa ou pior ainda do que faz o governo nacional. Fazem exatamente a mesma coisa! Por isso, costuma dizer que em Portugal têm o PS sem “D” e um PS com “D”. Isto é quase um baile nos Bombeiros, e, de vez em quando, põem uma terceira na cadeira, onde, às vezes, se senta o CDS-PP. Também gostou do artigo do “Erro Histórico”, do seu colega de curso, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Nuno Sampaio. Gostou por duas razões. Portanto, verificou que ele, até que em fim, subscreveu o artigo como líder do Grupo do PSD. Ótimo, estão as águas devidamente separadas. Agora, dirigindo-se ao membro Nuno Sampaio, referiu que sua Excelência o Presidente da República (de quem o Dr.^a Nuno Sampaio é assessor) talvez tenha tido um esquecimento, pois condecorou agora 15 presidentes de Câmara e esqueceu-se do Presidente da Câmara Municipal da Lourinhã, que, por acaso, no lote dos 15, era o segundo mais antigo. Portanto, quer se queira, quer não se queira, o Sr. José Manuel Dias Custódio, com todos os seus defeitos e tem muitos, é um homem que vai ficar na história deste concelho. Deve dizer que está perfeitamente à vontade, porque não nasceu aqui, veio para cá, tem discordado com ele, também o apoia, mas acha que este eventual esquecimento é também um erro histórico. Mas, em relação ao Sr. Presidente da República, os erros históricos

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

têm sido muitos. Só alguns exemplos: o BPN, o BPP, o BES, os CTT, o “apadrinhamento” que dá à coligação do PSD e CDS, com ou sem os submarinos, com ou sem os pinheiros para os lados de Benavente, com ou sem os doadores das verbas aos partidos. Isto na verdade necessita de uma grande volta. Essa volta passa, em primeiro lugar, que nas próximas eleições esta coligação seja tirada do poder. Agradece ao Presidente da Assembleia por lhe ter concedido a palavra e acha que também o atual Presidente da Assembleia merecia ter sido condecorado.

Inês Assunção, representante de um grupo de cidadãos do Moledo:

Referiu que, face à apatia e ao desprezo que a maioria dos elementos da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo e o Executivo da mesma Junta têm vindo a demonstrar, em relação ao que se passa no Moledo, este grupo de cidadãos Moledenses apela a todas as forças políticas presentes na Assembleia Municipal que olhem para esta aldeia, que até há pouco tempo foi um território alternativo, destacando-se no concelho e que lentamente se sente morrer. Se o abandono dos espaços físicos e desprezo pela dinâmica desta aldeia é desrespeitoso, pior é a discriminação, é a desconsideração que este Executivo tem demonstrado pelas pessoas, exemplo disso é o famoso concurso a “brincar” para o lugar da funcionária do edifício da Junta em Moledo, onde os currículos vitae apresentados foram simplesmente ignorados, tendo o lugar sido ocupado por alguém do agrado da presidente, que nem o currículo vitae apresentou. Mais informam que está decorrer um abaixo-assinado para que possam ver esta situação resolvida. Ainda que pudessem continuar com as queixas não o farão aqui, uma vez que não têm intuito de ocupar demasiado tempo a esta assembleia. Como tal a população está disposta a reunir com quem estiver disposta a ouvi-la, para melhor esclarecer o que sente face a toda esta problemática.

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que se sentiu satisfeito pela forma como o grupo de cidadãos se dirigiu a esta assembleia e pela forma de como apresentou o problema.

Associação de Desenvolvimento da Lourinhã:

A representar da ADL, o munícipe Pedro Quintas, fez uma apresentação, através de power point, do trabalho desenvolvido, no âmbito da iniciativa promovida por esta Associação, denominada por Expo Lourinhã, do qual se destaca o seguinte:

“ A Associação de Desenvolvimento Local da Lourinhã – ADL, com base na experiência dos anos anteriores na organização do evento “Distinções ADL” e incentivada pela adesão que se tem verificado, quer do público, quer das empresas / instituições participantes, e pela dinâmica

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

de crescimento que o evento tem tido, apresenta para 2015 um novo formato, denominado Expo Lourinhã. A Expo Lourinhã será uma mostra de atividades económicas, dos sectores com representatividade no concelho. O evento é dedicado às empresas / instituições do concelho da Lourinhã, mas aberto à participação de empresas externas ao concelho. Realiza-se entre 30 de abril e 3 de maio 2015, no Pavilhão José António dos Santos - Hóquei Clube da Lourinhã, e áreas exteriores adjacentes.

O evento terá a seguinte estrutura:

Área Empresarial – destinada a empresas de comércio e serviços, atividades industriais e agrícolas, stands de automóveis e de equipamentos agrícolas;

Área de Gastronomia – destinada ao serviço de restauração / tasquinhas, dinamizado por associações concelhias parceiras do evento;

Área de Artesanato – destinada a artesãos incluindo doçaria tradicional;

Área Institucional – destinada a instituições concelhias e entidades parceiras convidadas para o evento;

Área de Diversões – destinada a equipamentos lúdicos (pistas, carrosséis, insufláveis).

A área expositiva terá diferentes tipologias, consoante a atividade. Para a área empresarial será instalada uma tenda exterior, que permitirá disponibilizar stands adequados à promoção das empresas e seus produtos.

O evento terá um programa de animação diversificado com as atuações de bandas filarmónicas, ranchos e grupos musicais, demonstrações e workshops, e incluirá a Gala das Distinções ADL.”

Foi arquivado no maço de documentos da minuta da presente ata o trabalho acima referido, que pode ser devidamente consultado.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

“CONVOCATÓRIA

*“Nos termos do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 30.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com a alínea b), do n.º 2 do art.º 8º do Regimento, convoco a Assembleia Municipal para uma sessão ordinária, a realizar no próximo dia **27 de fevereiro de 2015 (sexta-feira)**, pelas **21.00 horas**, no Salão Nobre dos Paços do Município, sito na Praça José Máximo da Costa, da Vila da Lourinhã, que se iniciará com os Períodos de Antes da Ordem do Dia e de Intervenção do Público, seguidos da apreciação da Ordem de Trabalhos.*

Lourinhã, 16 de fevereiro de 2015.

O Presidente da Assembleia Municipal

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

(José Manuel Dias Custódio) ”

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA LOURINHÃ, A REALIZAR NO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2015, SEXTA-FEIRA, PELAS 21,00 HORAS, NO SALÃO NOBRE DOS PAÇOS DO MUNICÍPIO, COM A RESPETIVA:

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO I – **Intervenção da Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Lourinhã;** (* Classificação – D);-----

PONTO II - **Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente do Executivo**, acerca da atividade municipal, apresentada em cumprimento do disposto na alínea c), do nº. 2, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e da alínea c) do nº 2 do artigo 3º do Regimento da Assembleia Municipal da Lourinhã; (* Classificação – B); -----

PONTO III – **Proposta 01** - Apreciação da proposta do Grupo Municipal do PSD, datada de 12/12/2014, relativa à **”Realização de Assembleia Municipal Temática, sobre o PLANALTO DAS CESAREDAS”**, nos termos da proposta em anexo;(* Classificação – D); -----

PONTO IV – **Proposta 02** – Apreciação da proposta relativa ao **” Relatório Semestral de Execução do Plano de Saneamento Financeiro, referente a Junho 2014”**, nos termos da proposta em anexo; (* Classificação – D); -----

PONTO V – **Proposta 03** – Discussão e votação da proposta relativa ao **”Aditamento ao Protocolo de Colaboração, celebrado com a Junta de Freguesia de Santa Bárbara, para a manutenção e beneficiação do Parque de Fonte de Lima ”**, nos termos da proposta em anexo; (* Classificação - D); -----

PONTO VI – **Proposta 04** – Discussão e votação da proposta relativa à **” Celebração de Protocolo de Colaboração com a Associação de Freguesias do Concelho da Lourinhã, para aquisição de tout-venant, destinado à beneficiação dos caminhos rurais das oito freguesias associadas e para o corte de caniços”**, nos termos da proposta em anexo; (* Classificação - D); -----

PONTO VII – **Proposta 05** – Discussão e votação da proposta relativa ao **”Modelo da Estrutura Orgânica da Câmara Municipal da Lourinhã ”**, nos termos da proposta em anexo; (* Classificação - D); -----

PONTO VIII – **Proposta 06** – Discussão e votação da proposta relativa ao **“Plano de Ação para a Sustentabilidade Energética, SEAP (Sustainable Energy Action Plan)”**, nos termos da proposta em anexo; (* Classificação - D); -----

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

PONTO IX – Proposta 07 – Discussão e votação da proposta relativa à ” **Contratação de 2 assistentes operacionais (1 pedreiro e 1 auxiliar de ação educativa)** ”, nos termos da proposta em anexo; (* Classificação - D); -----

PONTO X - Proposta 08 – Discussão e votação da proposta relativa ao ”**1.º Aditamento aos Acordos de Execução de Delegação de Competências para a concretização da delegação legal de competências, celebrados com as 8 Freguesias do Município**”, nos termos da proposta em anexo; (* Classificação - D); -----

PONTO XI – Proposta 09 – Discussão e votação da proposta relativa à ”**Contratação de um empréstimo a curto prazo, no montante de 900.000,00 €** “ nos termos da proposta em anexo; (* Classificação – C); -----

PONTO XII – Proposta 10 – Discussão e votação da proposta relativa à ”**1.ª Revisão ao Orçamento da receita, relativo ao Ano Financeiro de 2015**“, nos termos da proposta em anexo; (* Classificação - D); -----

PONTO XIII – Para Conhecimento - Informação n.º 05/2015, de 03/02 da Coordenação Financeira - relativa à ”**Posição de compromissos plurianuais, assumidos de 01 a 31 de dezembro de 2014**”, nos termos da Informação em anexo; (* Classificação - D); -----

-----**ELEIÇÕES**-----

PONTO XIV – XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses – Eleição de dois presidentes de Freguesia/União de Freguesias (1 efetivo e 1 suplente), nos termos da circular n.º 131/2014, de 18/12, da ANMP, que se anexa. (* Classificação - D). --
Lourinhã, 20 de fevereiro de 2015.

O Presidente da Assembleia Municipal,

(José Manuel Dias Custódio)

***Nota:** Classificação de Tempo.”

PONTO I – **INTERVENÇÃO DA PRESIDENTE DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DA LOURINHÃ:**

Após uma apresentação, por parte da Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Lourinhã, Enfermeira Emília Bártole, através de power point, de um trabalho desenvolvido, no âmbito da CPCJ (o respetivo trabalho encontra-se arquivado no maço de documentos da minuta da presente ata, podendo, dessa forma, ser devidamente consultado), o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** tomou a palavra para dizer que os membros que desejassem intervir, poderiam fazer a sua inscrição. Verificaram-se as seguintes inscrições:

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS:

Teresa Faria:

Referiu que, antes de mais, quer dizer que corrobora com o trabalho que foi apresentado. Também, antes de apresentar as suas questões em relação à CPCJ, quer dizer que hoje sentiu que está a cumprir os seus deveres como autarca, porque esta Assembleia está a ser extremamente rica, com as intervenções que se registaram, com a colocação de problemas, com a apresentação de uma proposta pela ADL que visa o engrandecimento concelho e com este contacto com a CPCJ. Isto é de facto ser autarca. É prestarem atenção a todas estas variáveis. Assim, estão a cumprir o seu dever e estão a merecer o respeito dos Lourinhanenses que os elegeram. Posto isto queria apresentar algumas questões sobre a CPCJ. Portanto, estive na CPCJ durante 6 anos e aprendeu muito na referida Comissão alargada. Por isso saúda esta iniciativa. Limitou-se a pedir, durante muito tempo, que fosse presente o relatório anual, pois é uma obrigação legal, mais concretamente, que o mesmo seja enviado à autarquia. Ficou, desde que estive na CPCJ e face à experiência que que angariou, com a noção que o Concelho da Lourinhã não é aquilo que pensam dele. Concomitantemente é professora de educação especial há 25 anos (ou 26 anos) e tem lidado com muitas situações muito complicadas, porque, muitas das vezes, junta-se os problemas da criança com os problemas da família. Isso dá resultados muito complicados, em todos os graus de ensino. Portanto, pediu o respetivo relatório e a situação veio muito mais positiva, nomeadamente, com a intervenção da Presidente da CPCJ, Emília Bártolo, que apresentou um trabalho excelente. Acha que os autarcas não podem ignorar estas realidades e a intervenção mais próxima é dos Presidentes de Junta de Freguesia. Por fim, quer dizer que o apoio a menores em risco e em perigo é uma tarefa urgente, que cabe, sobretudo, aos autarcas que estão mais próximos das famílias. A denúncia é a atitude mais correta, não é encobrir. Todos são responsáveis pelas respostas numa perspetiva de trabalho de equipa multidisciplinar. Quer também deixar a seguinte ideia: todas as crianças, adolescentes ou jovens que forem recuperados e valorizados no presente, decerto que no futuro haverá menos adultos a depender dos serviços sociais e podem vir a ser cidadãos ativos na sociedade. Portanto, é dever dos autarcas ajudar a recuperar e não estigmatizar. E, de facto, o tecido social da Lourinhã (já o disse mais do que uma vez) está a modificar-se, os níveis de pobreza estão a aumentar e, sobretudo, têm muitas situações de mulheres que são abandonadas e ficam com filhos a cargo e, muitas das vezes, com situações complicadas para o menor. O número de

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

processos que a Presidente da CPCJ mencionou fala por si, ainda que o juiz da Comissão Nacional gostasse que isto diminuísse, mas não é por milagre.

Helena Máximo da Costa:

Começou por agradecer as informações que a Presidente da CPCJ prestou no relatório que elaborou. De seguida, referiu que o trabalho feito pela Comissão previne situações sociais e minora, também, situações psiquiátricas no futuro. Gostava de obter informação em relação a novos casos que apareceram, pois, nos números que foram apresentados, não foi possível saber que novos casos apareceram. Portanto, nos mais de 160 casos, que estão mencionados neste ano, quantos são os que já transitaram? Pergunta isto porque, por exemplo, pode ter a ver com isto: se diminuiu foi porque as situações se resolveram ou porque saíram do concelho. Gostava de saber um pouco mais sobre esta matéria.

Presidente da CPCJ:

Referiu que do ano anterior transitaram 73 casos. Portanto, os casos de reaberturas é que também estão a aumentar, tanto a nível nacional, como local. Também preocupa porque a situação não fica resolvida. Às vezes dura 3 anos, outras vezes dura (tiveram um caso ou dois no último ano) um ano, que volta a reincidir. Pode não ser a mesma coisa, a mesma problemática, mas são reaberturas e esse dado é preocupante. Foram 60 reaberturas, que são muitos casos.

José Tomé:

Começou por felicitar a Presidente da CPCJ, Emilia Bártolo, pela disponibilidade que teve em abraçar este projeto. Apresenta o devido reconhecimento, em termos pessoais e do grupo do Partido Socialista. Também, obviamente, por aquilo que a Presidente da CPCJ aqui apresentou, em termos informativos e por se disponibilizar para este contacto direto, que é muito mais enriquecedor, do que a leitura que fazem dos documentos que lhes chegam, sobre estas matérias. Crê que é claro nesta situação (e é defensor da prevenção) que é muito prejudicial tirar recursos a entidades, como por exemplo, às escolas, pois tais recursos permitiriam um trabalho de proximidade com os encarregados de educação, com os pais, com os tutores e seria uma situação muito benéfica para o efeito. Permitiria, se calhar, que muitos processos não tivessem que subir até ao limite. E há pessoas que têm essa disponibilidade, mas acha que não tem havido a devida atenção, por parte da maioria dos governos, sobre estas matérias, mais concretamente, em relação ao trabalho direto de apoio às crianças e às famílias. Portanto, seria uma situação que deveriam fazer vingar. Fê-lo sempre que lhe foi possível quando desempenhava as suas funções de autarca, em contactos que estabeleceu

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

com responsáveis da Comissão Nacional da CPCJ e membros do governo com influência nestas matérias. É importante que o façam e para quem está no desempenho destas funções acha que vale a pena. Depois, também existia uma dificuldade enorme que se sentia (oxalá que já não se sinta tanto), mais concretamente com os processos circulares, isto é, andava à volta e ninguém agarrava como devia as situações, desde os tribunais à segurança social. Portanto, há uma série de entidades que também devem olhar para estas situações numa forma muito clara e encontrarem em conjunto (porque isto também se faz com parcerias e com a vontade) as melhores soluções, porque é dessa partilha de saberes e de experiências que conseguem encontrar as melhores soluções. Também lembrava que há limites de mandatos para muita gente, mas para o Presidente da Comissão Nacional não existe, com o devido respeito pela pessoa, mas acha que a renovação também vale a pena, porque já foi reconduzido 4 vezes, enquanto que um Presidente da Câmara, por exemplo, só pode fazer 3 mandatos.

José Soeiro:

Referiu que este tema devia levá-los a pensar do que estão efetivamente a tratar, até porque têm participação, como representantes da Assembleia Municipal, na CPCJ. Atualmente, andam muito com estatísticas e transições, de ano para ano, e o que isto significa na realidade? Portanto, em relação aos números para o concelho e para a sinalização do concelho, têm que pensar que é elevado em termos percentuais. Depois quando se diz assim: transitou! Se pensarem bem no problema, que já chegou a um determinado nível e que, por isso, passou por muito para já estar referenciado daquela forma. Por outro lado, quantos não foram sinalizados? Quantos não há sensibilidade para sinalizar? Esteve numa reunião, na qual esteve um representante do juiz, que, por acaso, era sua colega na segurança social. Nessa reunião ele (José Soeiro) levantou algumas questões. A primeira foi logo a seguinte: quem é colocado onde? Quando passou pela CPCJ não encontrou lá uma técnica de serviço social. Encontrou uma auxiliar ou uma técnica de apoio à creche/infantário. Pensa que a responsável técnica de serviço social do serviço da Lourinhã tinha que estar presente. Teve o cuidado de dizer que têm que ter muita atenção, porque iam dar muito mais trabalho a um senhor que também lá estava sentado, mais concretamente, o senhor sargento da GNR. Portanto, tendo a Assembleia representação na CPCJ, tendo a Assembleia a rede das juntas de freguesias, com os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, a quem acha que cabe fundamentalmente ter uma análise correta das situações sociais e de risco que têm nas suas freguesias, julga que era um tema prioritário de trabalho desta Assembleia e do Executivo da Câmara e não só da CPCJ,

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

que, na sua opinião, têm meios extremamente deficientes e escassos para o trabalho que têm pela frente e que não tende a melhorar, mas sim tende a piorar, porque basta pegar nos rácios de pobreza a nível nacional, na situação concreta que as pessoas estão a viver, para pensarem que têm um trabalho pela frente extremamente complicado e não é por um ano ou dois, é por décadas.

Filomena Frade:

Referiu que ficou com uma dúvida e que se centra apenas num gráfico, designadamente, no gráfico dos processos sinalizados aparecem alguns que diz processos de artes e espetáculos.

Presidente da CPCJ:

Referiu que é obrigatório, embora isto seja uma coisa que as pessoas, eventualmente, acham estranho. Portanto, qualquer criança/jovem, até aos 18 anos, para poder participar em anúncios, espetáculo musicais, entre outros, tem que se pedir autorização à CPCJ do respetivo concelho. É um processo como um outro, tem que obedecer aos devidos trâmites legais. As empresas deveriam saber disso, porque é obrigação delas alertar que tem que se abrir o respetivo processo na CPCJ. Há muitos riscos associados a isto, há muita exploração associada, muito negócio, mas as coisas não estão a ser sinalizadas e estão a deparar-se com isto. Portanto, estes casos também têm que passar pela CPCJ.

Presidente da União de Freguesias de Lourinhã e Atalaia:

Começou por agradecer à Presidente da CPCJ o excelente trabalho que apresentou e referiu que está sempre disponível para colaborar. De seguida, referiu que também é muito preocupante estar a surgir casos de filhos maltratarem os pais. Existe um caso sinalizado em concreto, que o preocupa bastante, e pensa que, até á próxima semana, tem que ser resolvido. Assim, pergunta se a CPCJ também intervém nesta área ou não? Portanto, preocupa-lhe a parte das crianças e dos jovens com todos os problemas associados, mas está também a aparecer casos onde os filhos ficam, por exemplo, com a reforma dos pais e depois os pais passam mal por causa desta situação. Como disse tem conhecimento de um caso concreto que o preocupa e que já alertou. Mas também gostaria de saber se a CPCJ toma conta destes casos ou se reencaminha para alguma entidade que trate destas situações, que também são muito graves.

Presidente da CPCJ:

Referiu que, em relação a estas situações, se a criança ou o jovem está a maltratar os pais e se tem menos de 18 anos, é com a CPCJ, pois está a assumir um comportamento de risco. Portanto, tem que ser sinalizado e é para terem a devida intervenção. Está em perigo, porque

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

está a maltratar os pais, os avós ou outro. Se tiveram mais de 18 anos, quando lhes chegam essas situações, reencaminham ou para a segurança social, ou Centro de Saúde, entre outras entidades.

Jorge Faria de Sousa:

Referiu que a bancada do PSD-PPD há, julga, duas assembleias atrás, apresentou ao Executivo uma recomendação para a criação de uma Comissão de Proteção de Idosos, justamente por causa da situação que o Presidente da União de Freguesias de Lourinhã e Atalaia mencionou. A CPCJ já desenvolve um trabalho muito meritório na sinalização de casos, em articulação com autarcas e com outras forças do município. Por outro lado, em relação aos idosos, no ano passado, ocorreram vários casos envolvendo idosos, que foram encontrados mortos, abandonados, sobretudo em Lisboa e nos grandes centros urbanos. Nesse contexto, os Presidentes de Junta têm também um papel fundamental na sinalização destes casos, quer dos idosos, quer das crianças. Queria só deixar esta nota pois acha que é bastante importante existir mecanismos para também proteger os idosos.

Presidente da Assembleia:

Agradeceu a disponibilidade da Sr.^a Enfermeira Emilia Bártolo, Presidente da CPCJ, por ter estado presente, assim como pela apresentação que fez e pelas informações que prestou.

PONTO II - Apreciação da **INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO**, acerca da atividade municipal, apresentada em cumprimento do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e da alínea e) do n.º 1 do artigo 2º do Regimento da Assembleia Municipal da Lourinhã.

Após uma explanação, por parte do Sr. Presidente da Câmara sobre este assunto, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** tomou a palavra para dizer que os membros que desejassem intervir, poderiam fazer a sua inscrição. Verificaram-se as seguintes inscrições:

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS:

Ana Catarina Caixaria:

Referiu que não têm acesso a todo o historial e o intervalo de tempo da entrega dos documentos para as assembleias impossibilita a análise detalhada de todos os dados. Assim, com o que conhecem não têm grandes questões. Gostariam, somente, de sugerir, porque tiveram essa curiosidade, que o executivo apresentasse uma coluna onde pudesse detalhar qual é a previsão das receitas por rubricas e IMI. Também não viram nenhuma rubrica referente ao projeto 20/20 de apoio e aconselhamento ao tecido empresarial e comercial da Lourinhã.

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

Filomena Frade:

Referiu que o Sr. Presidente da Câmara já aqui referiu nesta Assembleia que tinha vários projetos para o município da Lourinhã, na área do turismo, entre outros. Na Informação Escrita há também uma informação sobre o ter acompanhado a aprovação do Portugal 20/20 e a divulgação das ações. Também já foi aqui referido que estão a iniciar, mas, já com alguns meses de segundo ano de mandato, é normal que comece a haver projetos concretos, nomeadamente, para poder aproveitar candidaturas para o 20/20. Portanto, que projetos é que o município tem para apresentar, dado que as ações na área da agricultura já começaram a abrir, e outras começarão a abrir brevemente? O que este município vai apresentar? Por outro lado, também tem sido notícia, esta semana, os agrupamentos ou as candidaturas que os municípios têm estado a fazer para as candidaturas da orla costeira. No jornal de Peniche têm algum destaque as parcerias que foram criadas com várias associações para gerarem uma entidade gestora destes fundos costeiros. Mas souberam que a Lourinhã optou por outro caminho. Assim, gostariam de perceber os fundamentos e o porquê dessa decisão, quando, aparentemente, há mais semelhanças com Peniche, do que com Torres Vedras. Em questões de fundos também já veio a esta assembleia alguns projetos, na tentativa de aproveitar as verbas que sobraram de outros quadros comunitários. Pensa que ainda existem algumas verbas disponíveis e que ainda é possível aproveitar essas sobras. Deste modo, pergunta que projetos a Câmara vai apresentar ou se vai apresentar, para poder beneficiar do que ainda sobrou do quadro anterior.

Presidente da Junta de Freguesia de Moita dos Ferreiros:

Referiu que, através da Informação escrita do Serviço Municipal de Proteção Civil, verificou que foram realizadas reuniões com entidades, nomeadamente a EP- Estradas de Portugal. Perante isso coloca o seguinte: ao longo da Estrada Nacional 361, na extensão da freguesia de Moita dos Ferreiros, não existe qualquer placa indicativa de localidade, excetuando a Vila. Por solicitação da autarquia foi efetuada em maio de 2014 uma visita de trabalho à freguesia pelo técnico da Proteção Civil onde foram referenciadas, entre outras situações, a ausência das referidas placas indicativas, com a finalidade de efetuar os procedimentos necessários, com as Estradas de Portugal, para a colocação das mesmas. Portanto, questiona se em algumas dessas reuniões com as Estradas de Portugal não teria sido oportuno agendar este assunto. Referencia também a avaria nos semáforos da EN 361, dentro da Vila, em dois locais de extrema necessidade, junto ao Centro de Saúde e no acesso à escola. Os mesmos encontram-se inativos, desde novembro do ano anterior, apesar da firme insistência desta autarquia.

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

Quanto ao processo de religação da iluminação pública reconhece o empenho do Eng.º Daniel e do Executivo Municipal. Finalmente, na Freguesia, depois de longo tempo de espera, estão suprimidas algumas necessidades que eram deveras preocupantes. No entanto, ainda ficaram alguns casos por resolver, tanto de religação como de colocação de focos. Gostaria de poder confiar na resolução em menor espaço de tempo, pois está em questão o bem-estar e a segurança da população.

Alexandre Maurício:

Em relação à iluminação pública, relativamente às freguesias, perguntou, de acordo com as informações existentes na Informação Escrita, se o concelho fica com este processo completo ou se ainda vão continuar a religação noutras freguesias. Também, nas freguesias do interior, mais concretamente, Reguengo Grande e União de Freguesias de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo, a Câmara tem muitas propriedades. Isto quer dizer também que tem muita floresta e muito mato. No entanto, os respetivos terrenos encontram-se sujos e a época de verão está a aproximar-se, pelo que merecem a devida limpeza. Consta da informação a preparação de documentação e a articulação com as entidades. Assim, questiona se a Câmara pensa em fazer a limpeza dos seus terrenos, uma vez que exigiu aos particulares que essa limpeza fosse feita ou se os terrenos vão ficar, de alguma forma, abandonados, como têm estado, para depois acontecer as desgraças que aconteceram há 3 anos atrás. Outro assunto, que, infelizmente, não está escrito nesta Informação Escrita, refere-se ao asfalto naquela parte do Concelho. Quem lá anda sente muito o estado de degradação em que algumas estradas se encontram, desde a Freguesia do Reguengo Grande até à Freguesia da União de Freguesias de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo. Aproveitando a presença de tantas pessoas da União de Freguesias de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo nesta Assembleia, talvez o Sr. Presidente da Câmara possa esclarecer esta situação hoje, para a população ficar esclarecida e não apresentar esta questão tão incisivamente à Sr.ª Presidente da União de Freguesia. Outro assunto que o preocupa e a muitas pessoas é a falta de sinalética na aldeia do Moledo, mais propriamente na zona das esculturas. Não é preciso estar a falar outra vez no desenvolvimento que está a ter aquele projeto. Mas têm observado muitas pessoas perdidas na aldeia do Moledo, que vêm para visitar as esculturas e depois chegam ali e não sabem por onde andar. Desde o início que se pensou na sinalética e que seria uma das responsabilidades da Câmara e não da Junta de Freguesia. Que isto fique claro, a sinalética compete à Câmara, assim como a ligação das esculturas aos trilhos pedestres, que existem na União. Alguém que queira fazer uma caminhada perde-se completamente, e não sabe por onde andar.

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

Teresa Faria:

Referiu que queria apresentar uma sugestão. Portanto, o Sr. Presidente da Câmara esteve em formação no âmbito das candidaturas Europa 20/20, como está aqui descrito. Acha que o papel da autarquia não é só fazer candidaturas, mas também colaborar em candidaturas doutras instituições e dar apoio, através do Gabinete de Apoio ao Empresário da Lourinhã, a candidaturas de privados e empresas. Portanto, uma situação já foi falada com o Sr. Vereador responsável pela área da Cultura e da Educação, mais concretamente, a possível candidatura para a construção, na Lourinhã, do Museu de Pintura Antiga, propriedade da Santa Casa da Misericórdia. Talvez se consiga agora abrir essa porta. A segunda situação é a seguinte: Foi notícia a doação de terreno à ADAPECIL, para a construção de um Lar residencial, para os utentes da instituição que vão envelhecendo, assim como os seus familiares. Alguns desses utentes não têm qualquer apoio familiar. Assim, julga que esta instituição também se poderá candidatar às verbas da Europa 20/20 para se construir esta estrutura na Lourinhã. Por fim, queria só mencionar o seguinte: relativamente ao Orçamento Participativo, saúda a iniciativa porque acha que é importante pôr a sociedade civil a participar, a ter ideias, a candidatar-se, etc, porque as autarquias não existem para se substituir aos cidadãos, as autarquias existem para ser serviços abertos à comunidade, para que a população funcione e arranje novas perspetivas para organizar a sua vida. É uma visão diferente do que concentrar tudo em si, porque é impossível dar resposta a tudo e têm os cidadãos e as instituições com capacidade de procurar as suas respostas. Portanto, julga esta bancada que, face à divulgação que ocorreu no âmbito do Orçamento Participativo, a verba atribuída poderá ser muito limitada. Percebem que é um esforço. Ir-se-á ver como vai correr este ano, mas é uma questão que querem deixar em aberto, porque pode existir, realmente, situações de mais-valia e que vão ficar por apoiar, julga esta bancada.

Joaquim Simões:

Perguntou qual era o ponto de situação, relativamente à revisão da Carta Educativa. Para quando está prevista a análise prospetiva que vai sustentar as opções para o futuro, sobretudo ao nível da rede? E, também, para esta Assembleia ficar a saber, pretende saber se houve, de facto, um nível elevado de participação dos munícipes nos contributos que lhe foram pedidos.

Duarte Conceição:

Referiu que ressalva o trabalho apresentado nestas informações do Presidente da Câmara. No entanto, acha que existe algo incompleto. Deveria constar nestas informações a promoção da Quinzena Gastronómica no certame da BTL; a participação no 1º Encontro de Helicultores de

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

Portugal na Lourinhã, bem como também o acompanhamento da visita do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, já em campanha eleitoral, aquando do carnaval de Torres Vedras, este evento gera para a economia local cerca de 10 milhões de euros. Conta com cerca de 300 mil visitantes. A Lourinhã, um concelho ao lado, nada vê. Onde o Presidente da Câmara vai ou não vai, pouco ou nada lhe interessa, é a vida pessoal dele. No entanto, a Lourinhã interessa-lhe, sendo assim no futuro e com as boas relações que o Presidente da Câmara tem com o edil desta Câmara vizinha, no próximo carnaval, aconselhava então que, em vez de ir acompanhar o curso da campanha eleitoral, elaborasse antes um Plano de Atividades e de promoção do Concelho neste evento, para que fosse possível capturar algo para a economia local da Lourinhã, que houvesse algum proveito. Já agora, soube que o Sr. Presidente da Câmara costuma ir ver o Sport Lisboa e Benfica, então que o mesmo traga algum evento deste Clube para o Concelho da Lourinhã, para que seja possível gerar receita. Em relação ao Parque Jurássico não vai questionar nada, já sabe que nada existe, já vão cerca de 3 ou 4 assembleias municipais em que nada existe. Mas questiona um ponto que tem a ver com a Startup Lourinhã, portanto, qual é o ponto de situação desta situação.

Presidente da União de Freguesias de Lourinhã e Atalaia:

Referiu que depois da visita do Sr. Secretário de Estado, Paulo Lemos, ao concelho da Lourinhã, gostaria de saber qual é o ponto de situação sobre a orla costeira. Espera que a referida visita dê frutos. Relativamente à ponte entre a Praia da Areia Branca e o Areal, esta é uma situação que o preocupa, pois o verão está a chegar e é importante que, em breve, esta questão seja resolvida. E, já agora, no que se refere à ligação entre a ponte e o Areal Sul, compreende que a APA está a complicar, mas têm que lutar contra a máquina burocrática do Estado, que os deixa pendurados com aquele troço, entre a ciclovia e a Praia da Areia Branca. Relativamente às massas asfálticas, informou que a sua Freguesia, tanto no interior, como no litoral, está muito degradada. Quem vai ao interior vê estradas muito degradadas e com uma camada de massas asfálticas quentes resolvia muito o problema de futuro. Sobre o programa 20/20, quer aqui dizer que é importante que a Câmara esteja atenta, é importante que as associações também estejam atentas e aqui deixa um repto, no âmbito da Associação de Regantes, mais concretamente, que a Câmara também colabore com esta Associação, para uma futura candidatura ao regadio aqui na zona da Praia da Areia Branca, para que a água da ETAR da Zambujeira seja reaproveitada e não seja tão introduzida na Foz do Rio Grande. Referiu também que a Estradas de Portugal fez algumas obras na EN 247 e na EN 8-2. Sabe que chegaram à Marteleira, mas espera que os separadores que foram feitos, aquando da Park

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

Oeste, duma vez por todas, sejam resolvidos. Volta a referir que espera que não haja ali nenhum acidente, e que depois culpem a Câmara ou a União de Freguesias de Lourinhã e Atalaia, pois têm lutado para que aquela zona seja iluminada e seja terminada. Referiu ainda que também leu no jornal Alvorada e que alertou aqui para a situação da Colonia de Castelo Branco. Portanto, ficou um pouco chateado, embora não esteja no domínio da Câmara, mas já está a ver que a Comunidade Intermunicipal de Castelo Branco e arredores querem ficar com aquele edifício. Espera que a Câmara esteja atenta, mas dentro das suas possibilidades. É um edifício que seria bem entregue à área geográfica do Concelho da Lourinhã. Relativamente ao estacionamento junto à Escola Secundária da Lourinhã (do qual já falou aqui uma vez) também o preocupa, atendendo a que os Bombeiros passam ali todos os dias. A situação concreta é o projeto de estacionamento que se falou para dentro da escola secundária para, sobretudo, os professores porem lá os carros. Falou-se nisso, mas depois não se concretizou. Assim, queria obter informação sobre o ponto de situação. Aqui deixa as suas preocupações. Não são todas, são algumas, face à dimensão da sua Freguesia.

José Tomé:

Referiu que sublinhava a certificação do setor da educação. É de relevar porque é o primeiro serviço, relativamente aos 12 municípios do Oeste, a conseguir esta certificação. Assim, felicita aqui o trabalho desenvolvido, quer pelo setor da modernização administrativa, quer por todos aqueles que trabalham na Coordenação de Educação, sabendo a implicação que tem todo este trabalho, com uma dedicação e um empenho muito grande para conseguirem alcançar estes objetivos. Já agora felicita também a intenção da desmaterialização de documentos. Crê que é um processo ao qual valerá a pena dar continuidade e concluir esse desígnio para que haja uma maior rentabilização dos serviços. Relativamente ao Plano de Apoio Operacional de 2015, em relação à parceria com o Exército Português, queria, se houver possibilidade, que lhe informassem sobre o valor dispensado pela Câmara em todo este processo, para perceberem que não é totalmente suportado, nem pelo exército, nem no âmbito daquele acordo ou protocolo que presenciaram a sua assinatura. Permitam-lhe que volte de novo à área da saúde. Portanto, embora o Presidente da Câmara tenha informado que a questão da médica para a Lourinhã está resolvida, quer dizer que a questão da saúde, no concelho da Lourinhã, não se resolve só com isto. Também, do seu ponto de vista (pede que o corrijam se estiver errado) houve neste processo (a médica já cá está alguns meses, mas só agora conseguiu iniciar as suas funções), da parte do Presidente do ACES Oeste Sul existiu algum laxismo na condução deste processo, porque o tempo para a devida certificação foi muito longo. A não ser que haja

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

uma explicação muito plausível. Mas, reafirma que não fica o problema resolvido, em relação às questões da saúde neste concelho. Assim, pergunta: que perspetivas existem para que as coisas melhorem?

Presidente da Câmara:

Em relação à intervenção da membro Ana Caixaria, referiu que têm o respetivo mapa de trabalho para poderem trabalhar, isto é, terem conhecimento relativamente aos fundos disponíveis; as receitas que possuem e aquilo que podem investir; e a despesa que têm. Assim, em relação à solicitação da membro Ana Caixaria, poderá a enquadrar, não tem qualquer problema e poderão fazê-lo rapidamente. Em relação à intervenção da membro Filomena Frade, o Vereador Frenando Oliveira falará sobre o projeto ECOMAR e quais os motivos que levaram o Município a trabalhar com Torres Vedras. Sobre o Portugal 2020 informou que haverá uma ação, no âmbito da OesteCIM, onde se explicará pormenorizadamente esta questão. Assim, logo que tenha dados concretos informará todos os membros para estarem presentes na referida ação. Sobre os projetos que a Câmara irá desenvolver, referiu que o município tem projetos feitos, tais como: os acessos à escola de Miragaia e a Ciclovia. Estão a analisar toda esta temática, pois vão apresentar estes projetos e ver se conseguem pelo menos 85% destas verbas. Em relação à intervenção da Presidente da Junta de Freguesia de Moita dos Ferreiros sobre a Proteção Civil, referiu que irá apurar o que se passa com as placas. Hoje já emitiu uma requisição que visa a aquisição de sinalética, com um custo de 6.143 €. Agora, ir-se-á ver quando e como vai ser feita a distribuição. Relativamente às Estradas de Portugal têm que verificar a razão de ainda não ter sido resolvido, uma vez que já foi identificado. Sobre os semáforos vão verificar o que se está a passar. Em relação à iluminação Pública, referiu que está uma candidatura a decorrer. Têm todos os indicadores que a respetiva candidatura vai ser aprovada, mais concretamente, a iluminação Led. Para a colocação deste tipo de iluminação que visa uma boa economia, na ordem de 60% a 70%, ir-se-á envolver as juntas de freguesia. Em relação à limpeza de terrenos, está um técnico da Câmara a fazer um levantamento das situações que oferecem mais perigosidade, como por exemplo, que se encontram junto de habitações. Portanto, a mata tem que ser limpa, estando-se a desenvolver ações para suprir esse problema. Também concorda com o membro Alexandre Maurício, em relação à sinalização e aos trilhos, pois é fundamental efetivar essa situação. Em relação à intervenção da membro Teresa Faria, referiu que gostaria de a ver também presente na ação que irá acontecer no âmbito do Portugal 2020, na Oeste CIM, onde vão ser prestadas informações detalhadas sobre esta matéria. Em relação

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

à intervenção do membro Duarte Conceição, referiu que as informações serão prestadas pelo Vereador Fernando Oliveira. Em relação à intervenção do Presidente da União de Freguesias de Lourinhã e Atalaia, sobre as massas asfálticas, referiu que estão a seguir o programa, isto é, a consumir as respetivas 150 toneladas/mês. Houve um período com bastante chuva, por isso não se pôde fazer nada, mas pretendem recuperar rapidamente esse tempo. Sobre a Colónia de Castelo Branco, informou que já pediu uma reunião com o Presidente da Câmara Municipal de Proença-a-Nova e espera que haja uma resposta rápida ao seu pedido. O projeto relativo ao estacionamento na Escola Secundária, está-se a aguardar a aprovação por parte do Ministério da Educação. Em relação à intervenção do membro José Tomé sobre a certificação dos Serviços de Educação, trata-se de um trabalho que começou pelo membro José Tomé, quando exerceu funções de Vereador neste pelouro e ao qual este executivo deu continuidade. É um trabalho meritório por parte dos técnicos que trabalham naquele serviço. Sobre a desmaterialização dos documentos, é um trabalho que já encetaram e querem dar continuidade. Sobre a questão da saúde, hoje falou com o Diretor do ACES Oeste Sul e existe intenção de colocar na Lourinhã, pelo menos, mais dois médicos. Também, foi-lhe dito pelo respetivo diretor que o Dr. José Monroy tem demonstrado empenho para que se crie a segunda Unidade de Saúde familiar.

José Monroy:

Referiu que após ter ouvido falar o Presidente da União de Freguesias de Lourinhã e Atalaia sobre as massas asfálticas na sua freguesia, sentiu-se confortado porque vão ter, realmente, quem defenda a resolução dos problemas da falta de asfalto na freguesia. Isto assume aspetos aflitivos em vários locais do Concelho. Na Lourinhã, por acaso, tem azar, porque à frente dos locais onde trabalha e onde vive não tem asfalto, tem restos de asfalto e são pontos de passagem de muitos carros. Acha que deveria haver, realmente, um esforço, um bocadinho mais musculado, para tentar resolver algumas situações no Concelho da Lourinhã. Envolve algumas despesas, que não sabe se serão possíveis concretizar, mas, de qualquer maneira, que se justificam. Gostava também de dizer que, ao avançar-se com o asfaltamento em algumas zonas, as coisas têm que ser feitas com algum planeamento. Não se pode andar a tapar buracos e terem o resultado que existe atualmente. Na Praia da Areia Branca são buracos a seguir a buracos, ali não há problemas de excesso de velocidade, porque, realmente, já lá estão as “lombas” e, portanto, nesse aspeto têm a situação, de alguma forma, resolvida. Mas transmite a quem visita a Lourinhã e sendo a Praia da Areia Branca, julga, o ex-libris da Lourinhã, uma má imagem. Portanto, cai mal a quem visita ver a Praia da Areia Branca

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

naquelas condições. Assim, agradecia que houvesse, em relação à Praia da Areia Branca um estudo e não fossem só lá colocar asfalto para tapar aquilo. Será necessário primeiro resolver algumas situações, nomeadamente com os esgotos. Nessa medida tem que ser feito um projeto, com algum planeamento, não se limitando a ir colocar alcatrão e passado um mês, como é costume, haver uma rotura. É um projeto que tem que ser a médio prazo, mas que é urgente e é uma das situações importantes para resolver no Concelho, isto é, primeiro arranjar o que está por debaixo e que não se vê e depois, então, colocar o alcatrão de forma definitiva. Em relação à situação do estacionamento na Escola Secundária, referiu que tiveram oportunidade de defender essa solução, mais concretamente, de criar um parque de estacionamento dentro da Escola Secundária. Aliás, como acontece, por exemplo, no estacionamento dentro da escola Madeira Torres. Ali não houve problemas com o Ministério da Educação e fizeram o parque de estacionamento para os professores e para os alunos dentro da escola. O respetivo parque não está no exterior, como acontece com a escola Secundária da Lourinhã. Portanto, é urgente resolver aquele estacionamento em frente à escola, que põe em causa a passagem das ambulâncias. Em relação ao estacionamento à frente do Centro de Saúde, referiu que, duas vezes por semana, foi permitido a alguns feirantes, venderem ali fruta e hortícolas. Acha muito bem, vendem fruta e hortícolas de boa qualidade, inclusive, até lá vão alguns funcionários do Centro comprar. Contudo, depois não há lugares de estacionamento para os carros dos utentes do Centro de Saúde. Até porque, a outra zona de estacionamento foi encerrada, dado que o proprietário resolveu fechar aquilo. Isto porque, julga, tinha solicitado não pagar o IMI, em troca de ceder temporariamente aquele espaço para estacionamento. Em relação ao que disse o membro José Tomé sobre a médica, referiu que a questão com a médica e com os médicos cubanos, independentemente de ser discutível o negócio que foi feito, o que aconteceu na realidade foi: a própria Ordem dos Médicos foi a Cuba fazer exames, fizeram 3 exames, dos 140 foram escolhidos 49, que vieram para Portugal. Entretanto, era preciso que a Ordem dos Médicos desse a certificação para poderem e terem autonomia para passarem as receitas. Portanto, nem o Diretor Executivo, nem ninguém, tem nada a ver com esta situação. Portanto, tem a ver com a Ordem dos Médicos, que de alguma forma protelou a situação. E, nesse aspeto, quer de alguma forma agradecer a paciência do Sr. Presidente da Câmara, que aguentou este tempo todo, até a médica ser certificada, tendo pago a renda do apartamento.

Vereador Fernando Oliveira:

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

Em relação à pré-candidatura da DLBC Costeiros, referiu que a razão para, neste quadro comunitário, terem optado por uma alteração substancial, tem a ver com a análise daquilo que foi o passado e o passado não foi brilhante. Não tiveram grandes resultados, diria pouquíssimos. A informação, aliás, que tinham inicialmente era de zero, mas, depois, parece que houve uma ou duas pequenas ações, que se prendeu com formação, através da Fundação João XXIII. Portanto, dessa análise constaram, exatamente, isso. Tinha havido pouco aproveitamento, tinha havido pouca condição de apresentação de candidaturas. Num contexto maior, poderá ser porque elas não estavam bem-feitas, ou não estavam bem enquadradas, ou que o quadro de referência era outro. Seja qual for a razão, a realidade é que não houve aproveitamento. E, aquilo que perspectivaram era que ia acontecer a mesma coisa. Portanto, a ADEPE quando apresentou a sua pré-candidatura, apresentou-a sem perguntar nada a ninguém e aquilo que observaram do documento que foi apresentado era que o município da Lourinhã aparecia em segundo plano. Ora, quando se quer ser um parceiro e quando se quer desenvolver uma parceria entende-se, realmente, que tem que se ouvir as pessoas. E foi isso que aconteceu com o município de Torres Vedras. Começaram a conversar, eles sentiram também a mesma situação. Começaram a conversar, começaram a identificar, começaram a dialogar com todos os parceiros e, de facto, construíram uma proposta denominada de “ECOMAR”, que não pretende ser concorrencial com a DLBC Costeiros, apresentada por Peniche. Pelo contrário, pretendem ser diferenciadores e, por isso, nem sequer foram bater à porta dos representantes da Lourinhã na pesca, que têm os seus barcos e os seus trabalhos sediados em Peniche e que desenvolvem o seu trabalho e que foram contactados (e muito bem!) pela ADEPE para continuar a ser. Portanto, nem sequer bateram à porta, respeitaram isso. Assim, entendem que há aqui dois patamares que possibilitam 2 apresentações de DLBC. E, nessa perspectiva, construíram com Torres Vedras, com o apoio da Universidade Nova, um caminho diferente, que visou, fundamentalmente, ter uma atenção particular à costa, ter uma atenção particular ao tipo de pesca que se realiza nesta costa, ao tipo de pequenos investimentos que podem ser feitos nesta costa, tendo em vista a sustentabilidade, o ambiente, a melhoria das condições efetivas de quem retira do mar o seu sustento. Mas também do ponto de vista do lazer e do conhecimento científico, que também, por exemplo, pode abranger a atividade subaquática. Portanto, nesse contexto foram desenvolvendo, numa forma gradual, este trabalho, que assenta, só para sintetizar, em 4 quatro grandes objetivos estratégicos: 1º - Diversificação da economia de base pesqueira e costeira; 2º - Promoção da inovação e do conhecimento em espaço marítimo; 3º - Proteção e valorização dos recursos e do ambiente; 4º

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

- Afirmação da náutica de recreio e desporto. Portanto, aquilo que dizem é o seguinte: Entendem que há espaço para a apresentação de duas pré-candidaturas. A DLBC de Peniche refere que vem desde a Lourinhã até lá cima, enfim, é um vício de forma, porque, realmente, estão a apresentar uma própria candidatura. De qualquer maneira, mesmo que, por qualquer motivo, a decisão da entidade que valide estas situações opte só por uma, não lhe repugna pensar que, eventualmente, possa ser Peniche. No entanto, quando tiverem que conversar sobre o englobar mais dois municípios naquela DLBC, vão dialogar com um levantamento exaustivo, com uma programa exaustivo de ações, de atividades, de projetos de investimento, de situações que estão aqui sugeridas. Portanto, não vão bater à porta a pedir que os aceitem, se houver uma decisão que implique só uma DLBC, têm o trabalho de casa feito e poderão, então, discutir numa forma muito mais séria aquilo que entenderem que tem que ser o reajustamento que deve ser feito para integrar estes dois municípios. Mas, repete, não pretendem competir com Peniche, o que pretendem é, exatamente, apresentar uma proposta diferenciadora e que seja mais atraente para os operadores do concelho, para os intervenientes da Lourinhã nesta ação. Tiveram o cuidado de falar com todos, nomeadamente, com as atividades piscatórias, com as atividades de recreação, enfim, com todos. Têm 64 parceiros, dos quais 10 são públicos e 54 são privados. Portanto, fizeram várias reuniões, tiveram aqui reuniões globais onde solicitaram essa parceria e foi, numa forma espontânea e com a vontade, que concordaram com esta proposta. Relativamente à pré-candidatura da DLBC Costeiros, estas são as razões que os levaram a optar por esta via. Em relação ao membro Teresa Faria, obviamente que têm conversado várias vezes e têm trabalhado em conjunto. Portanto, para a Câmara é extremamente importante que haja esta possibilidade de encontrar uma janela de oportunidade para a criação do Museu de Pintura Antiga. Será para a Câmara muito bom. Estão a trabalhar no sentido da preservação dos quadros do Mestre da Lourinhã e o Gabinete de Apoio ao Empresário está, obviamente, preparado e disponível para dar todo o apoio à preparação de todas as candidaturas que lhe possam ser apresentadas. Também, inclusivamente, com a parceria que está a ser desenvolvida no âmbito da Startup, pela empresa Filipe Sares Franco (empresa escolhida para dar apoio às empresas da Startup) terão um bom parceiro para responder numa forma atempada e encaminhar bem essas iniciativas empresariais. Em relação ao membro Joaquim Simões, sobre o ponto de situação da Carta Educativa, referiu que a empresa está a trabalhar na respetiva revisão. Pensam que até final de março aparecerão as primeiras projeções feitas pela respetiva empresa. Em relação aos contributos, informou que registaram-se 41 contributos, até ao dia 06.02.2015 (prazo

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

estabelecido). Alguns individuais e outros coletivos, tendo sido todos canalizados para a empresa que está a trabalhar na revisão. Mas, quando a mesma apresentar as respetivas projeções ainda haverá espaço e tempo para se apresentar sugestões, para rebater os dados que a empresa possa apresentar. Portanto, têm vindo a desenvolver, em várias situações, a apresentação daquilo que são as propostas enquanto Executivo e enquanto trabalho desenvolvido com as Direções dos Agrupamentos. Ainda esta semana esteve na Escola Secundária numa reunião com todos os docentes e não docentes do Agrupamento de Escolas da Lourinhã. Na próxima semana haverá um novo Conselho Geral, também no Agrupamento de Escolas da Lourinhã. Trata-se de um processo que var ser, com certeza, desenvolvido com toda a normalidade. Pensa que não vale a pena repetir que tem sido um processo transparente, aberto, onde têm solicitado sempre a participação de todos os intervenientes. Portanto, se alguém, eventualmente, insinuar o contrário não é verdade, pelo que fica, desde já, registado caso tal vier acontecer. Em relação ao membro Duarte Conceição, sobre o ponto de situação da Startup, referiu que também gostariam que a mesma já estivesse em funcionamento. Para a aquisição do equipamento teve que se desenvolver os procedimentos internos, que são normais e necessários. Contudo, quando os mesmos finalizaram e houve condições para a devida aquisição, os referidos equipamentos já não estavam disponíveis no IKEA. Assim, esta empresa teve que mandar vir nova remessa. Deste modo, vai demorar mais algum tempo. Enfim, são constrangimentos que sentem também no âmbito da atividade que desenvolvem. Mas, reitera, estava tudo pronto e em ordem, contudo a requisição chegou ao IKEA, mas o equipamento já não estava disponível. Agora, para manter a mesma requisição e o mesmo equipamento, o IKEA está a trabalhar para fornecer a encomenda rapidamente. Os outros equipamentos paralelos também irão, numa forma gradual, avançar. Portanto, a seu tempo irá funcionar. Como já referiu foi já escolhida a empresa que irá dar, em parceria com a Caixa de Crédito Agrícola, o respetivo apoio financeiro. Assim que tenham todo o material e todo o equipamento lá, têm intenção de fazer uma visita aos potenciais candidatos, que neste momento já estão pré-inscritos, no sentido de apresentarem as condições que têm. Com a empresa Filipe Soares Franco estão a trabalhar no sentido de criar já um evento de carácter económico e de carácter empreendedor, para chamar ainda mais a atenção para essa situação. Também, no que se refere à estratégia de comunicação, estão a preparar o reforço dessa estratégia de comunicação, não só no âmbito da Startup, como também no âmbito da Marca Lourinhã.

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

Vereador Vital do Rosário:

Em relação à questão do Litoral referiu que no 16.01.2015 foram visitados pelo Sr. Secretário de Estado do Ambiente. Tratou-se duma visita que, julgam, correu bem. Percorreu-se todo o litoral e alertaram para todas as situações que tinham pendentes. Algumas, obviamente, de resolução mais difícil. Outras situações meramente burocráticas e de opção política. Ficou o compromisso de enviarem um relatório da Visita. Assim o fizeram e, há cerca de um mês, estão à espera dos respetivos desbloqueamentos de algumas situações. Não obtiveram mais respostas. Portanto estão, ansiosamente, à espera que aquela visita tenha resultado em mais alguma coisa do que propriamente alguns discursos definidos para a comunicação social dizer que vai haver muito dinheiro para resolver as situações. Há questões que não dependem de dinheiro, dependem sim de alguma agilidade política para desbloquear situações, para as quais, reitera, não é preciso dinheiro. É preciso, isso sim, decisão política para ultrapassar algumas burocracias. Portanto, este é ponto de situação. No entanto, vai deslocar-se, na próxima quarta-feira, à APA para reforçar novamente a necessidade de obterem a suspensão parcial do POOC, nalgumas situações, muito pontuais, para conseguirem desbloquear 3 situações em concreto, que se arrastam há vários anos. Portanto, julgavam que conseguiriam influenciar alguma coisa com a visita do Sr. Secretário de Estado. Pareceu-lhes que o mesmo ficou mais ou menos elucidado da premência das situações, mas até agora, passado um mês, não aconteceu nada. Relativamente à questão da Ponte entre o Areal e a Praia da Areia Branca, obviamente que o Presidente da União de Freguesias de Lourinhã e Atalaia está tão dentro do assunto como ele, mas é uma oportunidade de esclarecer esta matéria. Portanto, já contactaram duas empresas. Ao fazer agora a reposição da ponte vão aproveitar para fazer o alargamento do tabuleiro dos 2,20 metros atuais para os 3 metros, para depois fazer já a ligação àquele que será o passadiço futuro, por cima da antiga pista de ultraleves. Portanto, é um processo que está a decorrer, e estão duas empresas a dar cotação, relativamente àquela que será a solução futura. Vão tentar avançar para uma solução que não tenha pilares a meio, para não voltar a ocorrer a situação que se verificou. Assim, julgam que nos próximos meses, seguramente antes do verão, a situação será resposta.

Vereador Fernando Oliveira:

Referiu que, em relação à questão do Carnaval, às vezes dá a sensação que, realmente, a Câmara não faz nada. Às vezes não é bem assim. De facto a Lourinhã não tem uma tradição muito forte em relação ao Carnaval. Mas a Câmara quis e tentou fazer algo. Estiveram aqui numa reunião com todo o comércio, exatamente, para discutir uma forma e enquadrar alguma

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

possibilidade, conjugando com o dia dos namorados, de ter o comércio ativo na sexta-feira dia 13. A reunião que tiveram aqui foi extremamente positiva e pensaram que desta vez iria avançar alguma coisa. Depois, quando foram ao terreno perguntar sobre esta matéria, os comerciantes disseram que tinham refletido melhor e que era Carnaval, depois vinham mascarados e a coisa poderia não dar certo. Portanto, tiveram que aceitar esta argumentação, no modelo que tinham discutido com os comerciantes. Tinha a ver, de facto, com a possibilidade do comércio estar aberto, à noite, nessa sexta-feira dia 13, convidando-se a população para participar, numa forma ativa, nessa tarde e noite, possibilitando a compra e o consumo, enquadrado em algumas ideias que tinham. De facto não foi possível concretizar, tiveram que abandonar a ideia quase em cima da hora, quando constataram que realmente não era possível. De qualquer maneira, na sequência do trabalho que está a ser feito com o comércio, está, neste momento, identificado uma segunda tentativa. Aí sim, esperam que possa ser concretizada no dia 13.06.2015, dia de Santo António. Também não é muito comemorado aqui na Lourinhã, mas também estão a desenvolver com o comércio o seu envolvimento nessas atividades, com um conjunto de animações e com um conjunto de intervenções, para possibilitar a comemoração do Santo António aqui no Concelho da Lourinhã, portanto, na sexta-feira dia 12.06.2015.

Secretária da Junta de Freguesia de Ribamar:

Solicitou que, em relação a asfalto, a Câmara tenha em atenção quando existe um rebentamento de tubos da água ou a nível do saneamento, que os buracos que advém dessa situação sejam logo tapados, porque criam algum desconforto e já houve situações que ofereceu perigo para os automobilistas.

Duarte Conceição:

Referiu que a Câmara pensou em atividades para o Carnaval. Portanto, o que diz agora é que está na altura de se pensar nas atividades para o Carnaval de 2016. E, quem fala nas atividades do Carnaval, fala também noutra tipo de atividades. Não é preciso aproveitar-se só o Santo António, pois pode-se aproveitar também outras sextas-feiras ou outros sábados. Em relação à questão da Startup, entende que existam processos internos, que muitas das vezes são morosos, mas os processos também têm que ser acelerados. Em relação a esta questão do IKEA, entende que o IKEA é barato, não é mau, embora não seja muito bom. Mas não se pode estar dependente de uma empresa para se arrancar com um projeto na Lourinhã. Questiona ainda aqui um assunto que tem a ver com a empresa Filipe Soares Franco, qual foi

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

o custo de aquisição dos serviços para esta empresa e qual foi o molde de adjudicação dos serviços, foi concurso público ou adjudicação direta e em que montantes.

Vereador Fernando Oliveira

Referiu que é evidente que quando escolhem um fornecedor de equipamento às vezes têm azar e aqui tiveram azar. Nada lhes faria prever que quando lá chegassem não houvesse, até porque a casa, com a dimensão que tem, normalmente não teria esse problema. Paciência, foi assim! Mas estão a trabalhar noutros eventos. Estão a trabalhar em várias vertentes, assumiram com algumas empresas a parceria no desenvolvimento de um conjunto de atividades. Por outro lado, as Juntas de Freguesia têm neste momento já um conjunto exaustivo de programas, de ações, de eventos e, portanto, não querem sobrepor-se para realizar coisas, ultrapassando tudo e mais alguma coisa. Há Juntas de Freguesias ou Associações que têm calendários bem definidos, com um conjunto de ações, às quais o município irá dar o seu apoio, desenvolvendo uma parceria efetiva, como o caso da ADL, que apresentou aqui a Expo Lourinhã. É óbvio que o município, enquanto parceiro, vai apoiar esta iniciativa. A União de Freguesias de Lourinhã e Atalaia tem um conjunto vasto de eventos para realizar este ano. A Junta de Freguesia de Ribamar tem também já o seu Festival do Peixe a querer dar os seus primeiros passos. Também outras Juntas têm os seus eventos, como, por exemplo, o Festival da Água; o Festival da Abóbora, etc. Portanto, existem várias iniciativas em que a Câmara vai, claramente, dar apoio. O município não tem que estar numa primeira linha a criar só por criar, ou ocupar todos os espaços. Têm que ir também com alguma calma. Há dois eventos muito claros que o município da Lourinhã assume como peças fundamentais e nas quais está a trabalhar, uma é os dinossauros. Mas aqui, por entenderem que é prudente, têm que fazer um compasso de espera, até perceberem bem como as situações avançam nos outros domínios, sob pena de estarem a desenvolver um conjunto de ações sem a devida concretização. Por um lado, pode ter um aspeto positivo, porque mantém viva a chama, mas depois se não se concretizar fica sempre esta espera permanente. Mas naquilo que estão, de facto, a trabalhar seriamente é nas comemorações da Batalha do Vimeiro, numa perspetiva de evento turístico, pois pretende-se trazer, efetivamente, turistas à Lourinhã. Estão a trabalhar numa tripla perspetiva, mais concretamente, a comemoração em si, a recriação histórica da Batalha do Vimeiro e uma Feira Oitocentista no apoio a toda esta situação. Portanto, estão a trabalhar com calma, e com prudência. Neste momento, foi criada uma Associação para a Memória da Batalha do Vimeiro. Esta Associação vai ser um elemento chave de ligação, quer com a Junta de Freguesia do Vimeiro, quer com o município, no sentido de agilizar também a

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

forma de como estas coisas se podem fazer. A escritura de constituição desta Associação foi feita esta semana. Ainda esta semana tiveram uma reunião (mais uma) no Vimeiro, com os elementos desta da Associação. Estes elementos já têm um conjunto de elementos que vão começar a trabalhar, ou seja, vão começar a treinar ordem unida, para puderem ser soldados ou outros postos, no âmbito da recriação histórica que vão fazer. Já compraram as fardas, mas estão com um processo complicadíssimo em relação à compra das armas. De facto, há uma coisa curiosa, mais concretamente, têm um projeto de investimento e a autoridade não deixa comprar réplicas de armas atuais ou novas. Portanto, enquanto município não podem comprar, tem que ser uma Associação específica, isto é, colecionadora de arte. Mas, por outro lado, se pretenderem comprarem armas da época, que continuam a disparar, já podem fazer. Não percebe esta situação. Portanto, estão à espera de validar estes aspetos para poder avançar rapidamente com esta situação. Estão a trabalhar ativamente nesse sentido. Vão já começar os trabalhos de treino esta semana no Vimeiro. Nesse sentido, convida, desde já, a associarem-se à Associação para a Memória da Batalha do Vimeiro. Portanto, vão criar também uma equipa de trabalho, estando já uma reunião agendada para esse efeito, no sentido de definirem as respetivas funções, seja na feira oitocentista, seja na parte de envolvimento, locais, trânsito, etc. Obviamente, que este evento turístico tem que ter uma preparação séria e equilibrada. A data que estão a fixar, de acordo com a Associação Napoleónica e de acordo com outras recriações históricas do País, aponta para 17 a 19 de julho. Exatamente fora do dia 21 de agosto, que tem sido o dia normal de comemoração da Batalha, mas que é a uma semana de distância das comemorações de Almeida. Esta localidade tem uma forte tradição, no âmbito da recriação histórica, portanto, se se marcar para o dia 21 de agosto corre-se o risco que a recriação histórica do Vimeiro tenha pouca afluência de pessoas. Portanto, estão a fixar para 17 a 19 de julho. Este ano prevê-se que esta recriação não tenha ainda uma forte aceitação, por parte da comunidade, porque coincide com os 200 anos da Batalha de Waterloo e, portanto, este evento, decerto, que vai ter um forte impacto. Mas não deixa de ser positivo para o município, ou seja, ao pretenderem fixar esta data e quererem fazer este ano, pela primeira vez, ainda com poucas pessoas, a recriação histórica, permiti-lhes também trabalhar um pouco melhor e ver como as coisas se podem situar no terreno e corrigir, eventualmente, no próximo ano algumas situações. E, portanto, o objetivo é fidelizar esta data e todos anos terem um evento forte no Vimeiro, no âmbito da recriação da Batalha do Vimeiro. O outro evento, no âmbito dos Dinossauros, vai ser na Lourinhã. Também estão preparados para arrancar com ele, que tem várias etapas e vários processos. Mas, de facto, querem para já avançar com um

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

evento e depois avançar com outro evento. Também, a outros níveis, estão a organizar, por exemplo, num encontro de Coros do Oeste. Vão desenvolver este evento em vários locais do centro da Lourinhã. Trata-se de um encontro de Coros do Oeste, onde procurarão trazer também como evento turístico, fazendo-se a divulgação necessária. Ter-se-á o devido o apoio da restauração, que estará aberta ao domingo. Ir-se-á convidar muita gente para vir cá a assistir a várias interpretações de coros, em vários locais, que irão percorrer o centro da Lourinhã. Na quinzena gastronómica da Aguardente vão ter cá pela primeira vez (julga que ainda não tinha acontecido) um conjunto de jornalistas internacionais, convidados pelo município, através da Associação Internacional da Imprensa Não Diária. Os mesmos vêm visitar o Concelho numa dupla perspetiva. Numa perspetiva turística, portanto, vão levá-los a ver um pouco daquilo que é o Concelho, aquilo que de melhor existe, para eles poderem escrever e para poderem oferecer aos seus leitores. Depois, numa outra vertente, está inserida na Quinzena Gastronómica. Portanto, vão levá-los a degustar, no âmbito da gastronomia da aguardente. Irão visitar locais da aguardente, quer vinhas, quer envelhecimento e, inclusivamente, com *Show Cooking*. Portanto, são algumas situações, têm outras, mas são algumas situações que estão a desenvolver e a dinamizar.

António Alberto:

Referiu que apenas queria fazer uma observação, em relação à questão relacionada com o Carnaval e sobre a dinâmica que a Câmara pode imprimir ou não. Portanto, gostava de realçar aqui, em relação ao Carnaval, o esforço que é feito pela Vila de Ribamar e o grupo que dinamiza o Carnaval, assim como a União de Freguesias de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo. Portanto, sugere que, uma vez que não são um concelho muito virado para esta dinâmica do Carnaval e estão ao lado de um concelho que tem uma grande força nesta dinâmica, que aproveitassem a história das freguesias de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo e de Ribamar, que já possuem uma dinâmica muito própria, mas que vai caindo por falta de apoios, por uma série de circunstâncias. Também é entusiasta do Carnaval e teve oportunidade de se mascarar e ir a São Bartolomeu dos Galegos e Moledo e a Ribamar, no dia em que houve os corsos. Gostou de lá estar, observou movimento da população. E, viu também que o comércio estava a funcionar. Os cafés em Ribamar estavam cheíssimos, as lojas estavam abertas, o povo estava na rua. Pensa que não precisam de inventar muito mais, porque o Concelho não é a sede do Concelho, o Concelho é muito mais do que a sede do Concelho. Deixa aqui esta sugestão, numa forma construtiva e como entusiasta do Carnaval. Há 15 ou há 20 anos atrás todos as Associações organizavam bailes de Carnaval. Mas, face às

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

circunstâncias da força do Carnaval de Torres Vedras, essas atividades decaíram nas Associações. Não podem inventar muito mais do que isso, na sua opinião. Deixa esta perspectiva, mais concretamente, que a Câmara apoie estas freguesias, que já fazem alguma coisa e que precisam de apoio para poder dinamizar as suas atividades carnavalescas.

Duarte Conceição:

Começou por agradecer ao Sr. Vereador Fernando Oliveira a explicação em relação aos eventos. É bom que existam esses eventos, mas também têm que ser divulgados no seio desta Assembleia. Mas o Sr. Vereador Fernando Oliveira esqueceu-se de responder a uma pequena questão que colocou, mais concretamente, sobre o método de contratação direta, em relação à empresa que irá apoiar a Startup.

Vereador Fernando Oliveira:

Referiu que o método foi simples, designadamente, convidaram algumas empresas a apresentarem algumas propostas, no sentido de virem a estabelecer uma parceria. Não se tratou de um concurso público. Pretenderam pesquisar no Concelho quem poderia oferecer a melhor qualidade de serviço a custo zero. Tão simples quanto isso. Portanto, não há nenhum custo para a Câmara em relação ao apoio que a empresa vai dar às empresas instaladas na Startup. O que procuraram fazer foi perceber que tipo de apoios é que cada uma das empresas estaria disponível para dar, para organizar, que tipo de metodologias queria incentivar. Essa foi a análise feita. As empresas foram todas entrevistadas pelos serviços do GAEL. Foi feita uma análise de todas as propostas que foram aqui colocadas. Algumas delas só respondiam, por exemplo, a uma vertente, outras só respondiam a outra. Na reta final ficaram 2 ou 3 que tinham uma abrangência maior, em vários domínios e, dentro dessas procuraram, a escolha que está fundamentada pelos serviços. Portanto, a empresa Filipe Soares Franco foi a que melhor se associava à tipologia do tecido empresarial que têm na Lourinhã. Esta empresa parece-lhe extremamente dinâmica.

Teresa Faria:

Referiu que queria manifestar a sua satisfação, porque, finalmente, ouviu falar no dia de Santo António. Na Lourinhã não têm nenhum monumento ao São João, mas têm o Convento de Santo António, que é um monumento nacional. As marchas começaram, inclusive, com o objetivo de se angariar verbas para a recuperação do Convento de Santo António. Portanto, diz isto para todos pensarem, porque só podem ter a coragem para mudar alguma coisa de fundo, como é o caso da data do feriado municipal, se todos estiverem de acordo. É um desafio que lança. Porque não faz sentido, na Lourinhã, o São João ser feriado municipal. Está a dizer isto,

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

assim como o Sr. Rui Cipriano já disse, há muitos anos, num feriado municipal. Fica ainda mais contente pela relevância demonstrada ao acontecimento mais importante que têm, que é a Batalha do Vimeiro. Já foi feriado municipal, porque no Estado Novo os feriados municipais só eram autorizados se houvesse um acontecimento histórico que suportasse. Conhece a legislação porque já a estudou. Esta situação fê-la como autarca. No dia 24 de junho não têm nada. Tinham a abertura da Praia que era uma tradição. Faz sentido que o feriado municipal seja neste dia? Deixa esta pergunta para incomodar todas as cabeças.

Secretária da Junta de Freguesia de Ribamar:

Referiu que a sua intervenção vai ao encontro daquilo que a membro Teresa Faria disse. Portanto, já há algum tempo que vai sendo motivo de discussão o feriado municipal, por causa das marchas. Recorda-se que as marchas de Ribamar começaram quando na Lourinhã se festava o Santo António, para angariar fundos para recuperar o Convento de Santo António. Daí Ribamar ter começado com as marchas no São João. Portanto, as marchas de São João não começaram na Lourinhã, começaram em Ribamar. Assim, deixa para reflexão o seguinte: é de retirar o dia 23.06.2015, que é o dia das marchas, tendo sido Ribamar a dar vida a este feriado, com a atuação das marchas. E, todos, sabem perfeitamente que após esta situação criaram-se as marchas na Lourinhã, que duraram 2 ou 3 anos, no máximo. Assim, na sua pessoa, enquanto cidadã e agora autarca, não pode nunca estar de acordo que seja alterado o dia das marchas de Ribamar. Também gostava de saber para quando se perspetiva uma reunião para se apurar se há verba ou não para apoiar as marchas de Ribamar e do resto do concelho.

PONTO III – Proposta 01 - Apreciação da proposta do Grupo Municipal do PSD, datada de 12/12/2014, relativa à "**REALIZAÇÃO DE ASSEMBLEIA MUNICIPAL TEMÁTICA, SOBRE O PLANALTO DAS CESAREDAS**", que em baixo se transcreve:

“PROPOSTA DO GRUPO MUNICIPAL DO PSD
REALIZAÇÃO DE ASSEMBLEIA MUNICIPAL TEMÁTICA – O PLANALTO DAS
CESAREDAS

O Planalto das Cesaredas é uma unidade de paisagem cársica, que diferencia territorialmente o interior norte do concelho da Lourinhã. Formada sobre estratos calcários do Jurássico, com cerca de 140 milhões de anos, surge no prolongamento do eixo serras de Aire – Montejunto. Com uma área aproximada de 50 km², divididos por quatro concelhos (Lourinhã, Bombarral, Óbidos e Peniche), cerca de 80 % da área do planalto, com 40 km², pertence ao concelho da

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

Lourinhã. Tendo o concelho da Lourinhã 146 km², o planalto corresponde a 1/3 do território concelhio.

Pela sua natureza geomorfológica, é um espaço de elevado valor ecológico e interesse paisagístico. A sua característica dominante, comum aos territórios cársicos, é a sua capacidade de máxima infiltração de água, que alimenta uma rede hidrográfica subterrânea, assumindo-se como uma reserva natural de água, à escala do concelho.

Considerando as características naturais do planalto, nomeadamente:

1- a dimensão do planalto face à área concelhia, ao qual não tem correspondido a mesma proporcionalidade de investimento / atenção municipal;

2- a sua importância concelhia enquanto aquífero natural, responsável pela recarga de lençóis freáticos (que alimentam furos e minas), principal fonte de abastecimento de água da actividade agrícola;

3- o património natural, nomeadamente a diversidade biológica, e a vegetação autóctone de matos calcícolas com ocorrência de carvalho cerquinho, que surge como o último reduto concelhio de vegetação natural;

“A vegetação natural encontra-se na sua condição mais pura e representativa apenas num reduzido número de locais e neles ocupa uma superfície diminuta. É o caso (...) de pequenos núcleos dispersos no planalto de Cesaredas, (..)”

António Pena, Lourinhã, um Roteiro Natural do Concelho

4- a ocupação crescente de espécies florestais de crescimento rápido, em regime de monocultura intensiva, que tem substituído a componente silvo-pastoril do planalto, e com isso reduzido a diversidade ecológica, empobrecido o mosaico cultural e paisagístico, aumentado o risco de incêndio e permanecendo como ameaça à vegetação natural;

5- a importância e quantidade de património arqueológico existente no planalto, sendo que dos 25 sítios arqueológicos classificados no concelho, 11 situam-se em freguesias do planalto e destes, 8 são grutas;

6- a existência de cerca de 50 grutas, algares e cavidades conhecidas no planalto, alguns com vestígios de ocupação do paleolítico e neolítico, e por isso com elevado potencial arqueológico, e que estão fortemente ameaçadas pela proliferação da indústria extractiva;

Considerando os aspectos culturais diferenciadores, nomeadamente:

7- a temática de Pedro e Inês, e o seu potencial turístico;

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

8- os núcleos habitacionais tradicionais, a rede de caminhos rurais, os muros de pedra, as minas, as levadas de água para rega, as azenhas, as eiras, como testemunho de um uso sustentável do território;

Considerando a componente humana e as expectativas das comunidades locais, nomeadamente:

9- a utilização do planalto para despejo de resíduos gerando lixeiras ilegais, situação que se evidenciou em 2010 no Limpar Portugal, onde 35% das lixeiras identificadas no concelho estavam localizadas no planalto (32 lixeiras);

10- o aumento significativo da indústria extractiva, e que o PDM prevê 42 ha destinados a esta actividade, e que se verificava em 2013 que:

a área em exploração era de – 15 ha

a área de pedidos de expansão era de – 11,5 ha

o que totaliza uma área extractiva de 26,5 ha, mas destes apenas 6,5 ha se localizam em área classificada para o efeito;

11- as recentes manifestações populacionais sobre a temáticas das pedreiras e o impacte destas actividades, quer no planalto, quer na vida quotidiana das comunidades;

12- o potencial da indústria extractiva enquanto actividade económica geradora de emprego no concelho, e subsidiária de outras actividades económicas locais;

Considerando os instrumentos de gestão territorial em vigor, nomeadamente:

Plano Regional de Ordenamento do Território - Lisboa e Vale do Tejo (PROT-LVT)

13- que integra o planalto na rede secundária da Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental (ERPVA), sendo considerado área de “elevado valor ecológico, cujos limites e valor de conservação devem ser objecto de estudo detalhado e posterior classificação ao nível municipal ou intermunicipal”;

Plano Estratégico da Lourinhã

14- que prevê como um dos projectos estratégico para o concelho a “Valorização e Preservação do Património Natural do Planalto das Cesaredas” (projecto B14);

Plano Director Municipal

15- onde o planalto reúne a maior área contínua de Reserva Ecológica Nacional no concelho, com cerca de 10 km² (25% da área do planalto no concelho), e uma área de Reserva Agrícola Nacional de 2,8 km² (7% da área do planalto no concelho);

e

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

acreditando que o modelo territorial do Planalto das Cesaredas passará sempre por uma visão multidisciplinar de salvaguarda dos valores naturais e culturais, que se concretize numa estratégia clara e bem definida, com o envolvimento das populações e dos seus representantes;

e

conscientes de que todos estes aspectos são problemáticas municipais, que merecem ser reflectidas, discutidas e clarificadas quanto à suas opções de gestão territorial;

e

*pelo interesse manifestado por vários membros desta Assembleia Municipal, sobre este tema, **propomos a realização de uma Assembleia Municipal temática sobre o Planalto das Cesaredas**, com o objectivo de contribuir para uma reflexão global sobre um território único no concelho.*

Fontes:

Plano Director Municipal

Plano Estratégico da Lourinhã

Plano Regional de Ordenamento do Território – Lisboa e Vale do Tejo

Portal do Arqueólogo

“Lourinhã, um roteiro natural do concelho” de António pena, edição Câmara Municipal da Lourinhã

Lourinhã, 12 de Dezembro de 2014

O Grupo Municipal do PSD”

Filomena Frade:

Referiu que, no seguimento das preocupações sobre a indústria extrativa no Planalto das Cesaredas (e estas preocupações não são as que foram manifestadas na Assembleia Municipal de setembro, foram preocupações manifestadas em agosto de 2013, com os primeiros relatórios elaborados pelo Nabuc e pela Lourambi e que serviram de base à divulgação pública deste problema), reforça que o território do Planalto se reveste de particularidades que merecem uma reflexão alargada, quer nas suas componentes, quer nos intervenientes. Deste modo, o Grupo Municipal do PSD decidiu apresentar a proposta da realização de uma Assembleia Municipal temática sobre o Planalto das Cesaredas, para possibilitar o debate sobre a política municipal para este território. Os fundamentos da proposta, pensa, que estão suficientemente detalhados, não havendo por isso necessidade de a ler de novo, e pensa que evidencia as características do Planalto, o seu potencial e as

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

ameaças. E, sendo um território único e com características de conjunto, pensa, que é merecida esta atenção especial a esta parte do Concelho. Destaca alguns aspetos que reforçam esta diferenciação: a sua área territorial, que ocupa cerca de um terço do concelho da Lourinhã; o facto de ser um aquífero natural, que alimenta as reservas e as captações de água do Vimeiro; o património cultural existente no Planalto, nomeadamente, grutas e cavidades com interesse arqueológico, sendo que algumas já são sítios classificados; o património cultural como as aldeias rurais, como é o caso da temática de Pedro e Inês, que hoje já foi aqui referida várias vezes; os problemas latentes e emergentes nos últimos tempos, como a indústria extrativa e a reflorestação intensiva de eucaliptos, que tem alterado significativamente a paisagem do Planalto. Gostariam, por isso, que houvesse um debate aonde estas questões pudessem ser abordadas, pensadas em conjunto, como hoje até, felizmente, já tiveram aqui alguns exemplos de como esta Assembleia pode partilhar ideias, isto é, conversar e pensar sobre temas. O caso da apresentação da CPCJ foi um bom exemplo do que esta Assembleia pode fazer. Gostariam que nessa Assembleia pudesse haver a presença de entidades técnicas, com a atuação no Planalto, que pudessem ser convidadas a participar, para que também pudessem esclarecer dúvidas, deixar o seu contributo e, em conjunto, perceberem que estratégia é que o município tem para este território. Isto quanto ao teor da proposta apresentada e à intenção deste Grupo. Quanto à forma de como a Proposta é apresentada à Assembleia, tem uma questão a colocar. Portanto, a ideia que tem é que as informações vêm para ser apreciadas e as propostas para serem votadas. Mas esta Proposta vem com a indicação, na Ordem de Trabalhos, para apreciação. Gostaria que fosse esclarecido qual é o entendimento desta indicação. Também gostava de referir que foi enviado o relatório sobre a deslocação que este Grupo fez às Cesaredas e que já foi aqui mencionado algumas vezes. De facto, enviaram o respetivo relatório, no dia 14.01.2015, e parece-lhe que o mesmo não foi ainda distribuído aos membros da Assembleia, nem ao Órgão Executivo, conforme foi solicitado. Assim, na sua opinião, há critérios diferentes em relação à distribuição de informação. Dá como exemplo a petição sobre o cemitério de Santa Bárbara, o qual os membros receberam com alguma rapidez e o relatório elaborado por esta bancada aguarda para ser distribuído, desde 14.01.2015, a todos os membros da Assembleia Municipal e ao Órgão Executivo.

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** referiu que em relação à “apreciação” trata-se de um lapso, pois, esta matéria, é, efetivamente, para discussão e votação. Em relação ao Relatório, referiu que não tinham nenhum relatório para entregar, isto é, não foi

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

recepcionado o referido documento. Mas ir-se-á averiguar o que se passou. De seguida, colocou à consideração da Assembleia a continuidade da sessão, dado que passava das 01,00 horas. A Assembleia aprovou a continuação da sessão. Deste modo, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** referiu que os membros que desejassem intervir, poderiam fazer a sua inscrição. Verificaram-se as seguintes inscrições:

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS:

José Soeiro:

Referiu que, na sua opinião, não está em causa a importância que dão ao Planalto das Cesaredas e não está em causa apenas a questão da exploração de inertes. Já disse aqui uma vez o seguinte: o tripé de desenvolvimento do Concelho passa pelas Cesaredas, Orla Marítima e Vimeiro. Assim, ficou satisfeito por verificar agora a importância dada ao Vimeiro. Agora, em relação à proposta do Grupo Municipal do PSD, na sua opinião, estão em causa 2 ou 3 questões. Portanto, afere-lhe que poderiam ser esclarecidas algumas situações, no sentido de se atingirem os objetivos pretendidos. Muitas vezes é esquecido que este Órgão é um Órgão Deliberativo. Assim, um debate em sede de Órgão Deliberativo deve ter conclusões e deliberações e não apenas reflexões. Por outro lado, pensa que a preparação de um debate deste género deve ser precedido por uma audição direta dos principais interessados do Planalto, mesmo com aqueles com quem tem havido alguma conflitualidade, mais concretamente, os empresários que exploram inertes, ou seja, analisar com eles quais são os seus projetos, porque não estão contra os proprietários de pedreiras, mas sim quanto à forma de como essas pedreiras são exploradas no Planalto. Dito isto, e para não pensarem que é um fator apenas para pôr em causa a Proposta, sugere, como metodologia de trabalho, o seguinte: que as bancadas aqui representadas, com os partidos aqui representados, constituam um Grupo de Trabalho, que elabore um documento para ser apresentado a uma assembleia ordinária. Isto também punha logo de parte os custos previstos com a realização de uma assembleia extraordinária. Portanto, se isto fosse feito desta maneira não haveria custos, no que concerne à realização de uma reunião extraordinária. Esse Grupo de Trabalho teria um prazo relativamente curto para apresentar propostas. A apresentação de propostas pelo Grupo de Trabalho não põe em causa a diferenciação de propostas partidárias, ou seja, o Grupo de Trabalho pode apresentar uma proposta conjunta. Naquilo que houver de diferenciação ideológica ou de visão de desenvolvimento pode-se fazer constar pontos de votação diferenciados. Dava-se como prazo ao Grupo de Trabalho, por exemplo, 2 meses, no máximo. Isto implicaria que, não estando contra o PDM, dado que ainda haverá um debate

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

público sobre o PDM, que as decisões ou conclusões votadas implicassem necessariamente um projeto de desenvolvimento para o Executivo. Não quer dizer que tenham que ser consensuais em todas as áreas, mas o Plano das Cesaredas é muito mais do que pedras, arbustos e aquíferos. Tem muito mais para ser tratado. Alias, aquilo que está a propor não é um trabalho fácil. Teriam, necessariamente, que se rodear com pessoas com conhecimentos em áreas específicas para terem alguma qualidade no trabalho a apresentar.

José Tomé:

Referiu que, em primeiro lugar, concorda com o conteúdo desta proposta. A membro Filomena Frade já os habituou a este rigor, com os considerandos muito bem elaborados. Portanto, obviamente que há aqui, por parte deste Grupo, uma concordância relativamente à importância desta temática do Plano das Cesaredas. Deste modo, acha que este espaço do território do Concelho da Lourinhã merece todo o empenho dos autarcas. Mas concorda, de certa forma, com o que disse o membro José Soeiro quanto à questão da reflexão. Acha que têm que assumir, dum vez por todas, o que querem e definir situações precisas para o Plano das Cesaredas. Nesse sentido acha que valerá a pena fazer uma preparação muito cuidada sobre este processo, envolvendo as entidades que têm também, sobre esta matéria, alguma ação, pois têm consciência do conflito que tem havido com algumas decisões relativamente às pedreiras. Mas querem mais do que isso, como também foi dito pelo membro José Soeiro, e não tratar só a questão das pedreiras. Portanto, o Grupo do PS concorda com a Proposta agora feita pelo membro José Soeiro, mais concretamente, a criação de um Grupo de Trabalho, com um prazo restrito. O membro José Soeiro falou em 2 meses, mas poder-se-á analisar como podem operacionalizar e vir a esta Assembleia com questões e uma proposta muito concreta sobre esta temática, vinculando o Órgão Deliberativo e o Órgão Executivo para que se avance de acordo com essa decisão.

Paula Marinho:

Referiu que é inquestionável a importância da temática do Plano. É sem dúvida um tema de elevado interesse público para o Concelho. Não querem contribuir para que tudo continue na mesma e querem, acima de tudo, que as questões se resolvam. Não se questionam, obviamente, os pressupostos desta proposta, com a qual concordam, na sua génese. Depois de ouvir as intervenções anteriores, também considera que é inegável que a Assembleia é um Órgão Deliberativo. Portanto, depois de ouvir as intervenções anteriores e de ler novamente a proposta, propõe também, desde já, um debate global refletido. O mesmo deve ser agendado com a maior brevidade e realizar-se neste local, aberto à população, com a devida divulgação,

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

contando com a presença de todos os intervenientes, tal e qual como disse o membro José Tomé. Não só os partidos e os técnicos devem ter uma função ativa, mas também os próprios intervenientes do Planalto. Esta ação deve ser dinamizada e divulgada com a participação de todos os partidos e através de um Grupo de trabalho. Portanto, também concordam com a constituição de um Grupo de Trabalho. As conclusões mais pertinentes dever-se-ão levar, então, a uma assembleia municipal ordinária, para serem discutidas e votadas em ponto da ordem do dia. Também não têm a certeza se esse Grupo de Trabalho implicará despesas ou não. Assim, para não serem acusados que estão a criar despesas adicionais, este Grupo propõe, que a haver despesa, que todos possam doar a suas eventuais senhas a um fundo a favor do Planalto, ou para a sua recuperação ou para um boletim que contasse a história do mesmo. É uma ideia que ficar no ar.

Filomena Frade:

Referiu que não discorda, na totalidade, destas opiniões, como é óbvio. Mas pensa que cada Órgão, que cada entidade, também tem as suas funções. Portanto, aquilo que os membros que intervieram estão a sugerir, na sua opinião, sobrepõe-se muito àquilo que pode ser um trabalho associativo ou do âmbito mais da sociedade civil. A Assembleia Municipal terá outras competências, avaliará os assuntos com outra visão e poderá, realmente, deliberar. O seu objetivo não é só que seja um momento de reflexão. É uma reflexão com uma consequência que será a definição de uma estratégia. Será o assumir de um compromisso para o território. Isso só pode ser feito no âmbito de uma assembleia municipal. Também dará outra legitimidade ao tema. Permitirá a consulta direta e com alguma simultaneidade destas entidades. Portanto, permite, num único momento e perante todos os membros, poderem questionar, consultar entidades com interesse, com atividade no Planalto. A situação que estão a propor (restantes bancadas) é idêntica a uma comissão do ambiente. Já fez parte de uma, neste caso, uma coisa mais restrita. Da forma como estão a propor, o assunto poderá protelar-se e corre-se o risco de se perder o impacto necessário com eventuais contactos e pedidos, por exemplo, a Águas do Oeste ou CCDR, de pareceres e/ou informações, que depois não chegam. Portanto, continua a defender a realização de uma assembleia temática sobre esta matéria, pois permitiria, num curto espaço de tempo, ponderar e tomar decisões. Não será pela questão dos custos, pelo menos em relação a este Grupo, que a situação não se resolve, pois estão disponíveis para pensar numa solução sem custos.

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

Presidente da Junta de Freguesia do Reguengo Grande:

Em relação ao tema que está aqui a ser tratado é com bastante carinho que ouve falar do mesmo. No entanto, considera estranho o modo de como está a ser tratado. Portanto, há um levantamento do Planalto das Cesaredas feito através da Leader Oeste. Existe um folheto bastante elaborado, com as várias localidades, concelhos limítrofes e as várias freguesias. A Freguesia de Reguengo Grande possui grande parte deste Planalto, assim como Olho Marinho e o Pó. Assim, acha que este tema não deve ser abordado desta forma, pois quem mora no Planalto são os habitantes das respetivas freguesias. Deste modo, considera que têm que ser ouvidos em primeiro lugar, antes de aparecer qualquer proposta. Portanto, se representam aquela freguesia, se moram ali e sempre conservam aquele território, na sua opinião, deveriam ser os primeiros a ser ouvidos, antes de se vir para aqui com propostas, sabendo-se que Lei que o Governo fez acerca das pedreiras, permite que uma assembleia municipal aprove uma extração de inertes, numa reserva ecológica, acha esta situação estranha.

José Soeiro:

Em relação à intervenção da membro Filomena Frade, referiu que a ideia que apresentou é neste sentido: não se trata de uma espécie de comissão do ambiente. Considera, no entanto, que se forem debater uma coisa, com este âmbito, numa assembleia municipal, não vão chegar a conclusões. Se querem melhor exemplo têm o dia de hoje. Esta assembleia é o exemplo do que será uma Assembleia temática, onde cada um vai dizer o que bem entende. A sugestão que apresentou nem sequer prevê falar a Águas do Oeste ou a CCDR, ou outras entidades. Não é isso! Mas sim promover ações junto da população e junto de quem lá está a trabalhar. Estes são os primeiros que têm que ser ouvidos. Depois, de acordo com a sensibilidade que se apurar, traz-se as respetivas propostas. Haverá algumas que, necessariamente, ultrapassarão qualquer comissão emanada da Assembleia Municipal, a não ser que se tenham os técnicos suficientes, e então estão aqui 2 anos a tratar dessas matérias, pois envolvem muitas questões, como por exemplo, a geológica. Não é isso que se quer! Querem é uma visão para o Planalto, ouvindo as pessoas, envolvendo-se, necessariamente, os Presidentes das Juntas de Freguesia. Mas não se deve constituir um grupo, por exemplo, de 50, pois não funcionaria. Pensou num grupo mais restrito, com um membro de cada partido e com mais alguns elementos que se entenda. Assim, trabalhavam e apresentariam uma proposta. Agora, aquilo que na proposta for absolutamente claro será, então, um fator de implementação. Portanto, esta é a ideia, mas não tem nada contra um debate em plenário. Tem, no entanto, muitas dúvidas sobre os resultados práticos.

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

José Tomé:

Referiu que a tónica aqui é mesmo Grupo de Trabalho e que trabalhe à séria (desculpem a expressão). Depois da explicação dada pelo membro José Soeiro, acha que ficou claro que é mesmo um Grupo de Trabalho e faz todo o sentido. Depois, obviamente, tem que vir à Assembleia, onde se defina, então, aqui uma situação muito clara. Como está na Proposta não lhe parece que seja isso e que haja grandes ganhos.

Nuno Sampaio:

Referiu que queria agradecer todas as intervenções e todos contributos. Agradeceu ainda à população, que apesar do adiantado da hora ainda estava presente. Evidentemente, que esta foi uma proposta muito acarinhada pelo Grupo do PSD. Portanto, veem com muito interesse que todos os Grupos, como tem acontecido noutras assembleias municipais, queiram contribuir. O Grupo de CDS tem contribuído, o elemento do CDU tem contribuído e o Partido Socialista, também, nomeadamente o anterior Presidente da Junta de Freguesia do Moledo tem falado sobre estas temáticas. Parece-lhe que há aqui um amplo consenso sobre a abordagem destas temáticas. Ouvia aqui falar que se podia ouvir a população. Bom, tomaram a iniciativa de apresentar esta Proposta, diga-se, uma iniciativa parcelar, no âmbito do trabalho político desta bancada e daqueles que entendem que é trabalho cívico na assembleia municipal. Realizaram uma ação, promovida por este grupo municipal, onde, aliás, estiveram presentes a senhora deputada do CDS, o deputado da CDU, estiveram dezenas de pessoas das Cesaredas, que participaram. Portanto, já têm alguma experiência em ouvir as pessoas. Ouvia com satisfação a intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Reguengo Grande quando o mesmo falou na necessidade de se ouvir as pessoas. Portanto, quer dizer que a assembleia temática pode também ser, exatamente, um espaço para se ouvir os cidadãos. Inclusivamente até poderia ser realizada no Reguengo Grande ou nas Cesaredas. Portanto, a proposta que foi feita, formalmente, foi entregue há 2 meses, por este Grupo municipal. Se é uma proposta perfeita, certamente que não é, mas é, certamente, muito mais aquilo que os une, do que aquilo que os separa. Portanto, se a democracia é afirmarem aqui as divergências, também é, de vez em quando, darem um passo e assumirem compromissos. Deste modo, não vê nenhuma objeção de maior, após ter ouvido todas as intervenções, que não se possa fazer esta assembleia. Há outros grupos que querem apresentar outras propostas, serão bem-vindas quando apresentarem. Este Grupo apresentou esta proposta em dezembro de 2014. Não pôde ser agendada para a Assembleia Municipal de dezembro. Aguardaram até agora. Na altura, pensa que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal disse

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

que seria agendada agora, porque o Partido Socialista também iria apresentar uma proposta. Portanto, este Grupo irá aguardar as propostas dos outros grupos. Irão vê-las, certamente, com muito agrado. Registam o interesse e é esta a Proposta deste Grupo, pensa que vai ao encontro de muitas preocupações que foram mencionadas hoje e noutras alturas registadas.

Presidente da Câmara:

Em relação ao PDM, atendendo a que esta matéria foi abordada, referiu que a proposta da revisão do PDM foi entregue e submetida à Comissão de Acompanhamento, que vai ser presidida pela CCRLVT para efeitos de apreciação, nos termos do art.º 75º do Regimento Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial. Foram propostos no Plano e enviados para parecer o Regulamento, as plantas de ordenamento, as plantas de condicionantes, o relatório de fundamentação, o relatório ambiental e validação ambiental estratégica, a programação de execução, o plano de enquadramento regional, a planta da situação existente, a planta com os compromissos urbanísticos existentes, a carta de estrutura ecológica municipal e o zonamento acústico. Também a REN e a RAN foram reenviadas. Portanto, têm os respetivos timings e critérios que são extremamente importantes, relativamente à análise que se possa fazer deste trabalho. Têm já definido o respetivo cronograma. Portanto, até ao dia 20.03.2015: análise e emissão de pareceres da Comissão de Acompanhamento. Depois na 3ª semana de março têm reuniões de concertação. Entre o dia 23 e 31 de março têm a revisão da proposta do Plano, conforme pareceres. A Discussão Pública terá o seu início no dia 06.04.2014 e tem um período de 30 dias. A ponderação, a discussão pública e a versão final do PDM é na 3ª e 4ª semana de maio. Querem trazer a esta assembleia para aprovação na 1ª ou na 2ª semana de julho.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Proposta 01 – ” REALIZAÇÃO DE ASSEMBLEIA MUNICIPAL TEMÁTICA, SOBRE O PLANALTO DAS CESAREDAS”**, tendo a mesma sido reprovada, por maioria, com 19 votos contra e 10 votos a favor, num universo de 29 presenças.

PONTO IV – Proposta 02 – Apreciação da proposta relativa ao ” RELATÓRIO SEMESTRAL DE EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO, REFERENTE A JUNHO 2014”, que em baixo se transcreve:

“ASSUNTO: - *RELATÓRIO SEMESTRAL – REPORTADO A JUNHO 2014 / EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO.*

Nos termos do n.º 6, do artigo 59.º, da Lei n.º 73/2013, de 03/09, e em cumprimento da deliberação tomada pela Câmara Municipal, em sua reunião de 10/02/2015, remete-se para

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

apreciação desse Órgão Deliberativo O RELATÓRIO SEMESTRAL, REPORTADO A JUNHO 2014, SOBRE A EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO, devidamente aprovado pela Assembleia Municipal em sua sessão de 20/12/2008.

Lourinhã, 12 de fevereiro de 2015.

O Presidente da Câmara,

(João Duarte Anastácio de Carvalho)

Nota: A deliberação de Câmara foi tomada por maioria. Os Srs. Vereadores **Hernâni Santos, António Augusto Antunes e António Gomes** abstiveram-se.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento

PONTO V – Proposta 03 – Discussão e votação da proposta relativa ao **”ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO, CELEBRADO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA BÁRBARA, PARA A MANUTENÇÃO E BENEFICIAÇÃO DO PARQUE DE FONTE DE LIMA”**, que em baixo se transcreve:

“ASSUNTO: *ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PARA A MANUTENÇÃO E BENEFICIAÇÃO DO PARQUE NATURAL DE FONTE LIMA / JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA BÁRBARA.*

Em 2014 a Câmara celebrou com a Junta de Freguesia de Santa Bárbara um acordo de colaboração tendo em vista a atribuição de um apoio à manutenção e beneficiação do Parque de Fonte de Lima tendo em conta o interesse daquele espaço para a população do Município.

Embora tenha sido acordado que a verba a atribuir seria de 12.000 € (doze mil euros), por lapso, ficou a constar das propostas apresentadas à Câmara e à Assembleia Municipal uma verba de 10.000 € (dez mil euros), tendo desde logo ficado decidido que durante o ano de 2014, se iria elaborar um aditamento ao contrato, prevendo a atribuição da verba suplementar de 2.000 € (dois mil euros), anulando aquela diferença.

*Assim, considerando que o Município deve respeitar os seus compromissos, e em cumprimento da deliberação tomada pela Câmara Municipal, em sua reunião extraordinária de **13/02/2015,***

PROPONHO

Nos termos da al. j), do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que esse Órgão Deliberativo aprove o seguinte aditamento, que em baixo se transcreve, ao protocolo de colaboração celebrado entre:

1- A Câmara Municipal da Lourinhã devidamente representada pelo seu Presidente João Duarte Anastácio de Carvalho, como Primeira Outorgante;

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

2- E a Junta de Freguesia de Santa Bárbara, devidamente representada pelo seu Presidente Sérgio Ferreira, como Segunda Outorgante;

“1ª

(Objeto)

O presente aditamento tem por objeto atribuir uma verba suplementar à Junta de Freguesia de Santa Bárbara para a manutenção e beneficiação do Parque Natural de Fonte Lima.

2ª

(Obrigações das partes)

Compete à Primeira Outorgante:

- Transferir para a Segunda Outorgante uma verba de **2.000,00 €** (dois mil euros), referente à diferença da verba efetivamente acordada entre as partes e a verba atribuída no âmbito do protocolo.

- A verba será transferida até ao final do mês de abril do presente ano.

Paços do Concelho de Lourinhã,

O Presidente da Câmara

(João Duarte Anastácio de Carvalho)

O Presidente da Junta de Freguesia

(Sérgio Ferreira) ”

Lourinhã, 16 de fevereiro de 2015.

O Presidente da Câmara,

(João Duarte Anastácio de Carvalho) ”

Após uma explanação, por parte do Sr. Presidente da Câmara sobre este assunto, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** tomou a palavra para dizer que os membros que desejassem intervir, poderiam fazer a sua inscrição. Verificaram-se as seguintes inscrições:

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS:

Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara:

Referiu que o aditamento em causa retrata realmente aquilo que o Sr. Presidente da Câmara explanou. Mas queria frisar, embora tenha sido dito, que se trata do Protocolo do ano anterior e é uma atualização conforme estava acordado. Relativamente a este ano, já foi aprovado, nesta Assembleia, o respetivo apoio. Não há um Protocolo diretamente para o Parque de Fonte de Lima, pois receberam no âmbito do acordo de execução. Portanto, ressalva esta situação, pois não pretende que se pense que a Junta de Freguesia de Santa Bárbara está a receber verbas atrás de verbas.

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Proposta 03 – ” ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO, CELEBRADO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA BÁRBARA, PARA A MANUTENÇÃO E BENEFICIAÇÃO DO PARQUE DE FONTE DE LIMA”**, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade, com 29 votos a favor, num universo de 29 presenças.

PONTO VI – Proposta 04 – Discussão e votação da proposta relativa à ” CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A ASSOCIAÇÃO DE FREGUESIAS DO CONCELHO DA LOURINHÃ, PARA AQUISIÇÃO DE TOUT-VENANT, DESTINADO À BENEFICIAÇÃO DOS CAMINHOS RURAIS DAS OITO FREGUESIAS ASSOCIADAS E PARA O CORTE DE CANIÇOS”, que em baixo se transcreve:

“ASSUNTO: *Associação de Freguesias do Concelho da Lourinhã / Celebração de protocolo de colaboração para aquisição de tout-venant e corte de caniços.*

A Lei 75/2013 de 12 de Setembro prevê na alínea j), do n.º 1 do artigo 25.º que “compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações”.

Ora, considerando que os caminhos rurais do Município, face às intempéries ocorridas no presente ano e, especialmente nos últimos meses, se encontram em péssimas condições de circulação;

Considerando que, embora a competência para a manutenção e conservação dos caminhos pertença às Juntas de freguesia, por força da alínea ff) do n.º 1 do artigo 16.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estas não possuem os meios financeiros para o efeito.

*E, considerando, que sendo a manutenção dos caminhos um interesse próprio da população da Lourinhã, é, conseqüentemente, também responsabilidade do município a sua salvaguarda, a Câmara Municipal, em sua reunião extraordinária de **13/02/2015**, deliberou aprovar a celebração de um protocolo de colaboração com a **Associação de Freguesias do Concelho da Lourinhã**, para aquisição de tout-venant (para a beneficiação dos caminhos rurais das oito freguesias associadas) e o corte de caniços,*

PROPONHO

Que, nos termos do disposto na alínea j), do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, esse Órgão Deliberativo aprove a celebração de um protocolo de colaboração entre:

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

O **Município da Lourinhã**, representado pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal João Duarte Anastácio de Carvalho, no uso das competências previstas na alínea a) do nº 1 e na alínea f) do nº 2 do artigo 35º, como **Primeiro Outorgante**;

E

A **Associação de Freguesias do Concelho da Lourinhã**, representada pelo Exmo. Senhor Presidente do Conselho de Administração Fernando José Martins Ferreira, como **Segundo Outorgante**.

Que se irá reger pelas seguintes cláusulas:

“PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

1ª

(Objeto)

1 – Este protocolo tem por objeto a aquisição de tout-venant, para beneficiação dos caminhos rurais das oito freguesias associadas e o corte de caniços.

2 – Os trabalhos serão realizados com o apoio técnico a prestar pela Câmara Municipal da Lourinhã.

2ª

(Direitos e obrigações das partes)

1 - Compete à Primeira Outorgante:

- Acompanhar e fiscalizar as atividades a executar pela Segunda Outorgante mencionadas na cláusula primeira;
- Elaborar, através dos respetivos serviços, relatório sobre o exercício das mesmas atividades;
- Proceder à transferência do financiamento previsto neste protocolo.

2 – Compete à Segunda Outorgante:

- Elaborar um relatório final com identificação dos caminhos e vias onde foi aplicado o tout-venant;
- Responsabilizar-se por eventuais danos provocados quando os trabalhos não forem executados de forma regular e nos termos deste acordo;

3ª

(Regime de financiamento)

1 - Para prossecução das atividades mencionadas na cláusula primeira a Primeira Outorgante transferirá para a Segunda Outorgante, em 2015, o montante de 60.000€ (sessenta mil euros), distribuídos da seguinte forma:

Tout-venant – 50.000€ (cinquenta ml euros)

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

Corte de caniços – 10.000€ (dez mil euros)

2 - Esse montante será dividido em 10 mensalidades no valor de 6.000€ (seis mil euros) cada, pagas entre o dia 25 e o último dia útil de cada mês.

4ª

(Revisão do protocolo)

O presente acordo poderá ser revisto se ocorrerem alterações anormais e imprevisíveis, das circunstâncias que determinaram o seu clausulado.

5ª

(Resolução do protocolo)

1 - O incumprimento por parte dos Outorgantes das obrigações assumidas no âmbito do presente acordo poderá dar origem à sua resolução.

2- Qualquer das partes poderá resolver o acordo por deliberação devidamente fundamentada.

6ª

(Omissões)

Os casos omissos decorrentes da execução deste acordo serão decididos entre a Câmara Municipal da Lourinhã e a Associação de Freguesias do Concelho da Lourinhã.

Paços do Concelho de Lourinhã,

O Presidente da Câmara Municipal da Lourinhã (João Duarte Anastácio de Carvalho)

O Presidente do Conselho de Administração da Associação de Freguesias do Concelho da Lourinhã (Fernando José Martins Ferreira) ”

Lourinhã, 16 de fevereiro de 2015.

O Presidente da Câmara,

(João Duarte Anastácio de Carvalho) ”

Após uma explanação, por parte do Sr. Presidente da Câmara sobre este assunto, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** tomou a palavra para dizer que os membros que desejassem intervir, poderiam fazer a sua inscrição. Verificaram-se as seguintes inscrições:

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS:

Presidente da Junta de Freguesia de Moita dos Ferreiros:

Referiu que queria apresentar duas notas breves sobre este ponto, mas na qualidade de membro do Conselho da Administração da Associação de Freguesias do Concelho da Lourinhã. Portanto, relativamente ao Protocolo de tout-venant, as freguesias congratulam o Executivo Municipal por ter respondido favoravelmente à solicitação das freguesias, mais concretamente, ao ser atribuída uma verba específica para a manutenção da vasta rede de

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

caminhos rurais, muito degradada com a sucessão de intempéries que assolaram o município. Os 50 mil euros atribuídos, distribuídos pelas freguesias, com base em critérios objetivos de área e rede de caminhos, embora muito inferiores ao montante de 200 mil euros solicitado. Este apoio irá permitir a recuperação e a melhoria da acessibilidade nas situações mais prioritárias. De igual modo foi aceite a proposta da AFCL de atribuição de um pacote de horas de máquina corta-caniços, para uma gestão direta de cada freguesia, libertando equipamento municipal para a limpeza da rede viária, da sua competência direta, nas referidas freguesias. Também, neste caso, o número de horas a atribuir no Protocolo foi repartido, segundo critérios objetivos, pelas diferentes freguesias, o que permite ter menor preços, por hora, para esse serviço, que resulta em economia de custos para as freguesias. A atribuição destes protocolos é um ato de proximidade e de colaboração com as freguesias, que subscrevem e solicitam à Assembleia autorização para a celebração do Protocolo, que viabiliza a sua eficácia e entrada em vigor.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Proposta 04 – ”CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A ASSOCIAÇÃO DE FREGUESIAS DO CONCELHO DA LOURINHÃ, PARA AQUISIÇÃO DE TOUT-VENANT, DESTINADO À BENEFICIAÇÃO DOS CAMINHOS RURAIS DAS OITO FREGUESIAS ASSOCIADAS E PARA O CORTE DE CANIÇOS”**, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade, com 28 votos a favor, num universo de 28 presenças. Estava ausente, aquando da votação, 1 membro.

Vereadora Carla Custódio:

Referiu que queria agradecer à Presidente da Junta de Freguesia de Moita dos Ferreiros a intervenção que fez, porque, de facto, os Vereadores a tempo inteiro e o Presidente da Câmara, reveem-se, exatamente, nas palavras que a Presidente da Junta de Freguesia de Moita dos Ferreiros proferiu. No entanto, é pena que os outros colegas Vereadores sem pelouro não tenham tido esse entendimento e tenham achado que isto era muito pouco transparente.

Presidente da Junta de Freguesia de Moita dos Ferreiros:

Referiu que queria só esclarecer, pois não sabe se a Vereadora Carla Custódio entendeu e também não queria fazer destas as suas palavras, que o documento que leu foi emitido pela Associação e em nome de todos dos presidentes de junta e não só em seu nome pessoal.

Nuno Sampaio:

Referiu que queria fazer um ponto de Ordem à Mesa, porque já não é a primeira vez que isto acontece. Compreende que sejam feitas intervenções depois do ponto, quando há alguma

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

informação a dar. Agora intervenções de ordem política (reitera que já não é a primeira vez que acontece), depois do ponto ter sido votado, não é correto. Assim, pede ao Sr. Presidente da Mesa, que tem como obrigação conduzir os trabalhos, que no futuro tenha esta situação em consideração.

PONTO VII – Proposta 05 – Discussão e votação da proposta relativa ao "**MODELO DA ESTRUTURA ORGÂNICA DA CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**", nos termos da proposta em anexo, que em baixo se transcreve:

“ASSUNTO: *MODELO DA ESTRUTURA ORGÂNICA DA CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ.*

O modelo de estrutura orgânica aprovada pela Assembleia Municipal a 28 de dezembro de 2012, consubstanciado na organização da mesma, aprovada na reunião da Câmara Municipal realizada a 29 de dezembro de 2012, e posteriormente publicada a 11 de janeiro de 2013, foi desenvolvido tendo por base critérios restritivos previstos na Lei n.º49/2012, de 29 de agosto.

Considerando as necessidades organizacionais do presente, bem como as alterações legislativas, nomeadamente as enunciadas no artigo 62, da Lei n.º82-B/2014, de 31 de dezembro, é possível uma alteração do modelo de estrutura orgânica, de modo a torná-la mais adequada e flexível à estratégia implementada.

Por outro lado, determina o artigo 6.º do DL n.º 305/2009, que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, a aprovação do modelo de estrutura orgânica, de estrutura nuclear, definindo as correspondentes unidades nucleares, bem como o número máximo de unidades flexíveis, subunidades orgânicas, equipas multidisciplinares e equipas de projeto.

*Assim, face ao exposto, e em cumprimento da deliberação tomada pela Câmara Municipal, em sua reunião extraordinária de **13/02/2015**,*

PROPONHO

Que, ao abrigo do artigo 6.º do DL 305/2009 e respeitando os critérios previstos na Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, essa Assembleia Municipal:

- Aprove um modelo de estrutura orgânica hierarquizada;*
- Defina em 10, o número máximo de unidades orgânicas flexíveis, sendo 3 de 2º grau, e 7 de 3.º grau;*
- Aprove a criação de 7 unidades orgânicas de 3.º grau, com a definição das competências, área de recrutamento, e remuneração a fixar no regulamento em anexo;*
- Defina em 4 o número máximo de equipas de projeto*
- Mantenha em 4 o número de subunidades orgânicas;*

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

- Aprove o Regulamento dos Serviços Orgânicos da Câmara Municipal da Lourinhã.

Lourinhã, 16 de fevereiro de 2015.

O Presidente da Câmara,

(João Duarte Anastácio de Carvalho)”

Nota: A deliberação de Câmara foi tomada por maioria. Os Srs. Vereadores **Hernâni Santos**, **António Augusto Antunes** e **António Gomes** abstiveram-se.”

Após uma explanação, por parte do Sr. Presidente da Câmara sobre este assunto, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** tomou a palavra para dizer que os membros que desejassem intervir, poderiam fazer a sua inscrição. Verificaram-se as seguintes inscrições:

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS:

Paula Marinho:

Relativamente a este ponto o Grupo do CDS tem uma questão e uma sugestão. Portanto, a questão é que sendo o comércio um fator tão determinante para o desenvolvimento no Concelho, acham que deveria estar destacado e não lhes parece que esteja. A sugestão é que o *Benchmarking* a nível mundial aponta para um turismo de experiência. Portanto, não existe só Sol e Mar, o que, ainda por cima, não é o forte do Concelho da Lourinhã devido à incerteza climática, à temperatura da água e à imprevisibilidade do tempo no geral. Deste modo pergunta: A mais-valia do Concelho da Lourinhã não deveria de ser alavancar o Turismo com a Cultura e assim integrar estes dois temas numa mesma direção, numa mesma equipa, numa mesma Estratégia? Por exemplo, têm aqui o Centro de Interpretação da Batalha do Vimeiro, que está só na área do turismo. É um turismo cultural, não seria melhor estar junto? Também, no documento apresentado, acha que em alguns casos está muito detalhado no que concerne aos serviços, pelo que depois não se percebe muito bem, como é o seguinte caso: o Turismo e a Cultura poderiam estar mais simplificados.

Teresa Faria:

Referiu que a sua intervenção não se prende com este ponto, mas para registar o incidente que ocorreu no ponto anterior, nesta Assembleia, que põe em causa o que é a verdadeira democracia e o poder autárquico. O Sr. Presidente da Câmara autoriza os Vereadores em exercício de funções a intervirem e completarem os seus esclarecimentos, é um direito que lhe assiste. Os Vereadores que não têm pelouro foram mencionados numa intervenção da Vereadora Carla Custódio. Os mesmos votaram a favor o ponto anterior, em sede de reunião de Câmara. Assim, pediram para intervir, neste caso o Vereador António Augusto Antunes, e não lhe foi dada autorização para a defesa da honra. Isto não é democracia!

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

Filomena Frade:

Referiu que, em relação a esta Estrutura têm uma dúvida. Portanto, em novembro de 2014 aprovaram o mapa de pessoal para 2015. Em dezembro a abertura do concurso para 2 lugares de dirigentes, que estavam em regime de substituição. Agora estas duas situações não têm enquadramento nesta Estrutura Orgânica. Assim, perguntam se a respetiva Estrutura Orgânica serve mesmo o interesse do município ou se estarão em próximas assembleias a votar sucessivas alterações.

Presidente da Câmara:

Em relação à intervenção da membro Teresa Faria, referiu que não deu autorização para o Vereador António Augusto Antunes intervir para não se estar aqui a criar um diálogo desnecessário e nada abonatório para a imagem deste Órgão. Em relação à intervenção da membro Filomena Frade, referiu que isto não interfere com aquilo que está aprovado.

Vereador Fernando Oliveira:

Referiu que uma Estrutura é uma Estrutura. Portanto quando tomaram posse estava uma Estrutura em vigor. Podem, sempre que as razões se justifiquem, apresentar uma nova Estrutura. Podem fazê-lo quase todos os anos. Portanto, aquilo que se colocou adveio por força da cessão da comissão de serviço da Divisão de Intervenção Sócio-Cultural, em final de outubro, pelo que se impunha um processo normal. Assim, de acordo com a Estrutura que estava em vigor, previa-se integrar a Coordenação da Educação na DISC, passando a ter, eventualmente, a designação de DEISC. A expectativa era que no Orçamento Geral do Estado fosse consignado a possibilidade de adequarem uma Estrutura de acordo com o modelo que se pretendia, desde que ela não implicasse aumento de custos financeiros no tocante a gastos com pessoal. Portanto, paralelamente, desenrolou-se um processo que a Lei obrigou a executar, mas, simultaneamente, aguardaram, até ao dia 01 de janeiro, a publicação em Diário da República do Orçamento Geral do Estado, para verificar se existia ou não a contemplação dessa possibilidade. Assim, existiu, de facto, essa possibilidade, pelo que o Executivo trabalhou uma Estrutura Orgânica de acordo com as expectativas deste Executivo, no sentido de otimizar e de melhorar a capacidade de resposta de alguns serviços que estão no âmbito da estrutura. Assim sendo, subiram uns serviços a Coordenação e, no caso concreto da DISC, desceu a Coordenação. Criaram um modelo onde a Educação, o Turismo e Competitividade e a Intervenção Sócio-Cultural constituem 3 Coordenações ao mesmo nível. Elas estão dependentes do mesmo Vereador. Há aqui sempre a devida articulação no relacionamento daquilo que é o desenvolvimento das diferentes atividades. Parece-lhes, salvo melhor opinião,

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

que esta Estrutura, se for aprovada, vai corresponder melhor àquilo que são as expectativas deste Executivo, em relação ao relacionamento com serviços. Consideram que é o modelo organizacional que melhor responde às necessidades. Mas, não irão acontecer, obviamente, sucessivas alterações. Se esta Estrutura for aprovada é esta Estrutura que vai dar corpo, e serão suspensos os procedimentos, relativamente à outra situação e, obviamente, que se iniciarão os processos de concurso para a nova Estrutura Orgânica.

José Tomé:

Referiu que esta proposta acolhe a concordância do Grupo do Partido Socialista, no tocante às dinâmicas que o atual Executivo, certamente, tem por base. Assim, respeitarão este trabalho, que supostamente e, do ponto de vista deste Grupo, face às explicações dadas agora pelo Vereador Fernando Oliveira, está condizente com aquilo que são as situações, em termos operacionais que o atual Executivo quer dinamizar e, portanto, respeita-se, obviamente, esse trabalho e esta proposta, que lhes é apresentada neste momento.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Proposta 05 – ” MODELO DA ESTRUTURA ORGÂNICA DA CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ”**, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com 17 votos a favor e 11 votos de abstenção, num universo de 28 presenças. Estava ausente, aquando da votação, 1 membro.

PONTO VIII – Proposta 06 – Discussão e votação da proposta relativa ao “PLANO DE AÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE ENERGÉTICA, SEAP (SUSTAINABLE ENERGY ACTION PLAN)”, que em baixo se transcreve:

“ASSUNTO: *Plano de Ação para a Sustentabilidade Energética, SEAP (Sustainable Energy Action Plan).*

O Pacto dos Autarcas (Covenant of Mayors), do qual somos signatários desde 24 de setembro de 2010, é uma iniciativa das autarquias locais e regionais europeias, que voluntariamente se comprometem a aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis nos seus territórios. Com o seu compromisso, os signatários do Pacto pretendem atingir e ultrapassar o objetivo da União Europeia de reduzir as emissões de CO2 em 20% até ao ano 2020.

Com efeito, em 2008 a União Europeia adotou um “pacote” legislativo no âmbito da Energia e Clima (combate às alterações climáticas) com objetivos definidos para 2020. Por iniciativa da Comissão Europeia, as autoridades locais e regionais foram chamadas a contribuir para o alcance destas metas, já que se estima que mais de 80% do consumo de energia e das emissões de CO2 estão associadas às atividades urbanas. Para além da Comissão Europeia,

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

que estabeleceu e financia o Gabinete do Pacto dos Autarcas, também o Comité das Regiões, o Parlamento Europeu e o Banco Europeu de Investimento apoiam o Pacto dos Autarcas na esfera das suas competências e atribuições.

O compromisso assumido com Pacto dos Autarcas é uma forma dos signatários concretizarem em medidas e projetos concretos a sua decisão política, traduzido na apresentação de dois documentos-chave: o Inventário de Referência das Emissões e o Plano de Ação para a Sustentabilidade Energética, SEAP (Sustainable Energy Action Plan). Para além das economias de energia, o resultado esperado da implementação do SEAP é variado: criação de emprego qualificado e estável, melhor ambiente e qualidade de vida, maior independência energética, entre outros.

Assim, considerando que sendo o SEAP da Lourinhã um plano estratégico de sustentabilidade energética, e compete à Assembleia Municipal a sua aprovação, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,

PROPONHO

*Em cumprimento da deliberação tomada pela Câmara Municipal, em sua reunião extraordinária de **13/02/2015**, que esse Órgão Deliberativo delibere aprovar o SEAP da Lourinhã (Plano de Ação para a Sustentabilidade Energética), que junto se anexa à presente proposta.*

Lourinhã, 16 de fevereiro de 2015.

O Presidente da Câmara,

(João Duarte Anastácio de Carvalho)”

Após uma explanação, por parte do Sr. Vereador Vital do Rosário sobre este assunto, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** tomou a palavra para dizer que os membros que desejassem intervir, poderiam fazer a sua inscrição. Verificaram-se as seguintes inscrições:

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS:

Filomena Frade:

Referiu que a adesão tinha sido em 2010 e o Plano chega passados 5 anos, para um horizonte de 2020. Portanto, já decorreu metade do tempo para se conseguir atingir as metas que estão estabelecidas. Por outro lado, questiona se existe conhecimento real do concelho, quando aparece no Plano fichas como medidas de eficiência energética para o edifício das piscinas. Também é referido no relatório as emissões energéticas de origem privada, nomeadamente, os transportes. As mesmas têm algum peso significativo no Concelho, pela caracterização que é apresentada. Mas, é referido no relatório que esta é uma área de intervenção aonde o

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

município não terá tanta capacidade de atuação, é da esfera privada. Assim pergunta: quais são as metas? Dado que estas metas da esfera privada também estão aqui definidas e contabilizadas, para a redução das emissões de carbono, como é que a Câmara pensa mobilizar estes setores privados para atingirem estes objetivos?

Jorge Sousa:

Referiu que, como é sabido, Portugal 2020 e as metas europeias para 2020, no tocante ao desenvolvimento sustentável e à emissão de gases CO², são exigentes e são desafios que a Europa e Portugal têm pela frente. Portugal aprovou recentemente e lançou recentemente o compromisso para o crescimento verde. Congratulam-se também com este Pacto dos Autarcas e com este Plano. Como disse a sua colega Filomena Frade, esperavam um bocadinho mais, ou seja, 5 anos para fazer um estudo preliminar julgam que é algum tempo, até porque, para o 2020, metade do tempo já passou. Portanto, queria também deixar esta nota. Também perguntou o seguinte: quando, efetivamente, ir-se-á começar a tomar medidas concretas para baixar as emissões de CO², no que diz respeito, por exemplo, à eficiência energética de edifícios sob tutela da Câmara? Por outro lado, no que diz respeito aos privados, na indústria e na agropecuária, de que forma a Câmara tenciona fazer a fiscalização?

Ana Caixaria:

Referiu que esta bancada vai um pouco ao encontro daquilo que a membro Filomena Frade disse. O Plano apresentado parece bom e em detalhe, mas não querem que seja só um conjunto de boas intenções. Gostariam que depois de implementado houvesse, semestralmente, uma comunicação, por parte do executivo, à assembleia municipal, sobre o andamento dos trabalhos. Também gostariam de partilhar algumas ideias: a primeira tem a ver com ações ou programas de sensibilização, aprendizagem e de divulgação, a toda a comunidade, para que ela também possa implementar essas mesmas ideias. A outra ideia é o *carsharing*, que já é um conceito bastante comum em Portugal e que já existe em vários sites e que visa a partilha do carro. Quantas pessoas se deslocam diariamente na sua própria viatura, da periferia para a vila, para trabalhar, mesmo sabendo que a vizinha também faz o mesmo? Porque não dinamizar esta ideia? Criar uma visão, um slogan: Missão 30/30! Em 2030 menos 30 por cento de redução das emissões.

Presidente da Câmara:

Referiu que já existia muito trabalho feito nesta área, mais concretamente, já têm painéis fotovoltaicos montados em alguns edifícios da Câmara; já mudaram todo o sistema semafórico para Led; está a decorrer o concurso relativo a abranger 50% de iluminação pública em Led.

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

Vão possuir agora uma viatura elétrica, que estará ao serviço da Câmara. A sua entrega, salvo erro, é a partir do dia 07.03.2015. Já estão a preparar um espaço onde a bateria da viatura poderá ser carregada através de painéis fotovoltaicos. Já fizeram o levantamento de todos os edifícios da Câmara Municipal com vista ao respetivo enquadramento nos próximos programas comunitários, para se poderem candidatar e apetrecharem estas situações. Ao nível de painéis fotovoltaicos e de aquecimento de águas sanitárias, existe um conjunto de situações que podem melhorar em diversas vertentes. Portanto, está contemplado neste documento o que podem fazer. Este trabalho foi feito para 12 Câmaras. Quando analisaram este documento, em sede de Câmara, pediram, inclusive, que estivesse presente um técnico da Oeste Sustentável, para os esclarecer sobre algumas situações. Portanto, quando foi feito este estudo apurou-se que têm 86.500 toneladas, sendo preciso reduzir 20%, que representa 17.000 toneladas. Este é o objetivo até 2020. Portanto, há muito trabalho a fazer, onde todos têm que dar o seu contributo e, com este Plano aprovado, têm condições para apresentar as respetivas candidaturas.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Proposta 06 – ” PLANO DE AÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE ENERGÉTICA, SEAP (SUSTAINABLE ENERGY ACTION PLAN)”**, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade, com 29 votos a favor, num universo de 29 presenças.

PONTO IX – Proposta 07 – Discussão e votação da proposta relativa à ” **CONTRATAÇÃO DE 2 ASSISTENTES OPERACIONAIS (1 PEDREIRO E 1 AUXILIAR DE AÇÃO EDUCATIVA)** ”, que em baixo se transcreve:

“ **ASSUNTO:** *Contratação de Assistentes Operacionais (1 pedreiro e 1 auxiliar de ação educativa)*

O Mapa de Pessoal e o Orçamento do Município da Lourinhã para 2015, aprovados em sessão da Assembleia Municipal de 21/11/2014, sob proposta da Câmara Municipal de 30/10/2014, preveem o preenchimento de:

- *1 Posto de trabalho de Assistente Operacional (pedreiro), através da constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para satisfação de necessidades permanentes na Coordenação de Obras Municipais da Divisão de Serviços Operacionais;*
- *1 Posto de trabalho de Assistente Operacional (auxiliar de ação educativa), através da constituição de relação jurídica de emprego público a termo resolutivo certo, por 7 meses, na Coordenação de Educação, para apoio a crianças com necessidades educativas especiais no ensino pré-escolar em cumprimento dos princípios orientadores do DL nº 3/2008, de 07/01, na*

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

sequência de despacho autorizador da DGEstE, nomeadamente, do Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, datado de 06/10/2014.

Fundamentação legal: *Alínea f) do nº 1 do art.º 57º da Lei do Trabalho em Funções Públicas aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20/06.*

1. Atendendo que:

a) Existem Reservas de Recrutamento Internas válidas no município, constituída ao abrigo do nº 1 do art.º 40º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua redação atual, para ocupação dos postos de trabalho de Assistente Operacional (pedreiro) e de Assistente Operacional (auxiliar de ação educativa) cuja caracterização e justificação são idênticas às supra referidas, desde 27/01/2015 e 29/12/2014, datas de homologação das respetivas listas de ordenação final de candidatos aprovados, respetivamente;

b) As Reservas de Recrutamento Internas suprarreferidas integram candidatos sem relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, tornando-se necessário obter a autorização da Assembleia Municipal para o respetivo recrutamento, para cumprimento do disposto na Lei do Orçamento de Estado para 2015;

2. Considerando ainda que o artigo 64º da Lei nº 82-B/2014, de 31/12 (Lei do Orçamento de Estado para 2015) é aplicável ao Município da Lourinhã nos termos dos dados fornecidos e do despacho constantes da Informação nº 3-RH/2015, de 27/01/2015, os requisitos legais para efetuar este pedido de autorização estão cumpridos:

a. O município não se encontra em qualquer das situações previstas no nº 1 do art.º 62º (LOE 2015);

b. Foi cumprida a redução de 2% de trabalhadores imposta pelo art.º 62º da LOE 2014;

c. Proceder-se-á a avaliação periódica e rigorosa da evolução das despesas com pessoal e aquisições de serviços a pessoas singulares durante o corrente ano para cumprimento da margem de aumento que decorra da aplicação do nº 4 do art.º 62º (LOE 2015);

d. A despesa resultante da contratação do Assistente Operacional (auxiliar de ação educativa), acima referido, enquadra-se na exceção prevista na alínea b) do nº 5 do art.º 62º (LOE 2015);

e. Por um lado, não foi possível ocupar os postos de trabalho em causa por trabalhadores com vínculo por tempo indeterminado por mobilidade interna, dada a especificidade das funções a desempenhar, por outro, não está constituída ainda a Entidade Gestora da Requalificação (Lei nº 80/2013, de 28/11);

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

f. *Cumpriram-se os deveres de informação previstos na Lei nº 57/2011, de 28/11, na redação atual;*

g. *É urgente a contratação de pessoal para acompanhamento específico de criança com Necessidades Educativas Especiais no Pré-Escolar;*

h. *É urgente a contratação de trabalhador para exercício de atividades de pedreiro na Coordenação de Obras Municipais, dada a existência de apenas dois trabalhadores desta área afetos a toda a Divisão de Serviços Operacionais, e nenhum à Coordenação de Obras Municipais;*

i. *Foram emitidas as fichas de cabimento e de compromisso em anexo, em cumprimento da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.*

3. *E, considerando ainda que a Câmara Municipal, em sua reunião extraordinária de 13/02/2015, deliberou aprovar a contratação dos dois Assistentes Operacionais supramencionados;*

PROPONHO

Que, nos termos do art.º 4º do DL nº 209/2009, de 03 de setembro, do art.º 30º da Lei do Trabalho em Funções Públicas aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20/06, e do nº 2 do art.º 40º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro, essa Assembleia Municipal autorize, a partir das reservas de recrutamento internas acima referidas, a contratação de:

– *1 Assistente Operacional (pedreiro), por tempo indeterminado para a Coordenação de Obras Municipais da Divisão de Serviços Operacionais;*

– *1 Assistente Operacional (auxiliar de ação educativa), a termo resolutivo certo, por 7 meses, para a Coordenação de Educação, para apoio a crianças com necessidades educativas especiais no ensino pré-escolar em cumprimento dos princípios orientadores do DL nº 3/2008, de 07/01, resultante de despacho autorizador da DGEstE, nomeadamente, do Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, datada de 06/10/2014.*

Fundamentação legal: Alínea f) do nº 1 do art.º 57º da Lei do Trabalho em Funções Públicas aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20/06.

Lourinhã, 16 de fevereiro de 2015.

O Presidente da Câmara,

(João Duarte Anastácio de Carvalho) ”

Após uma explanação, por parte da Sr.^a Vereadora Carla Custódio sobre este assunto, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** tomou a palavra para dizer que os membros que desejassem intervir, poderiam fazer a sua inscrição. Não se verificaram inscrições.

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Proposta 07 – CONTRATAÇÃO DE 2 ASSISTENTES OPERACIONAIS (1 PEDREIRO E 1 AUXILIAR DE AÇÃO EDUCATIVA)**”, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade, com 29 votos a favor, num universo de 28 presenças.

PONTO X - Proposta 08 – Discussão e votação da proposta relativa ao **”1.º ADITAMENTO AOS ACORDOS DE EXECUÇÃO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARA A CONCRETIZAÇÃO DA DELEGAÇÃO LEGAL DE COMPETÊNCIAS, CELEBRADOS COM AS 8 FREGUESIAS DO MUNICÍPIO”**, que em baixo se transcreve:

“ASSUNTO: 1º Aditamento aos Acordos de Execução de Delegação de Competências para a Concretização da Delegação Legal de Competências celebrados entre a Câmara Municipal de Lourinhã e as Juntas de Freguesia do Município.

Considerando que:

1. *A Assembleia Municipal, em sessão ordinária de 20/12/2014, sob proposta do Presidente da Câmara aprovada em reunião de câmara ordinária de 12/12/2014, ao abrigo das disposições conjugadas na alínea k), do nº 1, do artº 25º e na alínea m), do nº 1, do artº 33º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12/09, revogou os critérios para a fixação dos recursos financeiros necessários ao exercício das competências legalmente delegadas, previstos na cláusula 4ª dos acordos de execução de delegação de competências assinados com as Juntas de Freguesia de Moita dos Ferreiros, Reguengo Grande, Santa Bárbara, Ribamar e Vimeiro e com as Uniões de Freguesias de Lourinhã e Atalaia, Miragaia e Marteleira e São Bartolomeu dos Galegos e Moledo, bem como, a aprovação dos novos critérios conforme previsto no anexo I à referida Proposta;*

2. *Por lapso foi indicado na Proposta, que a verba a transferir seria no valor global de 743.551,00 € paga em 12 prestações mensais às citadas Autarquias;*

3. *Em cumprimento do estabelecido na alínea g), do nº 1, do artº 9º e na alínea j), do nº 1, do artº 16º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12/09, as Assembleias de Freguesia respetivas, sob propostas dos seus Presidentes da Junta aprovadas pelas Juntas de Freguesia aprovaram a alteração de critérios nos termos Propostos pelo Município de Lourinhã;*

4. *Em 27/01/2015, foram efetuados o 1º Aditamento ao acordo de execução para a concretização da delegação legal de competências celebrados com as Juntas de Freguesia do Município, os quais incidiram nas suas cláusulas 4ª (Critérios) e 5ª (Recursos Financeiros), mantendo-se o demais aí referenciado; e*

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

5. Dos respetivos aditamentos constou o valor correto da verba global a transferir que é de 743.512,00 €, conforme consta do anexo II à mesma Proposta e dos documentos emitidos pela Coordenação Financeira, designadamente as Fichas e as Informações de Compromisso bem como as Informações relativas aos Encargos Plurianuais, todas datadas de 27/01/2015. Nestes termos, e em cumprimento da deliberação tomada pela Câmara Municipal, sua reunião extraordinária de **13/02/2015**,

PROPONHO QUE:

Essa Assembleia Municipal ratifique os Aditamentos aos acordos de execução para a concretização da delegação legal de competências celebrados com as 8 Juntas de Freguesia do Município, que junto se anexam a presente proposta.

Lourinhã, 16 de fevereiro de 2015.

O Presidente da Câmara,

(João Duarte Anastácio de Carvalho)”

Após uma explanação, por parte do Sr. Presidente da Câmara sobre este assunto, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** tomou a palavra para dizer que os membros que desejassem intervir, poderiam fazer a sua inscrição. Não se verificaram inscrições.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Proposta 08 – “1.º ADITAMENTO AOS ACORDOS DE EXECUÇÃO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARA A CONCRETIZAÇÃO DA DELEGAÇÃO LEGAL DE COMPETÊNCIAS, CELEBRADOS COM AS 8 FREGUESIAS DO MUNICÍPIO”**, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade, com 29 votos a favor, num universo de 29 presenças.

PONTO XI – Proposta 09 – Discussão e votação da proposta relativa à **”CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO, NO MONTANTE DE 900.000,00 €”** que em baixo se transcreve:

“ASSUNTO: - CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO NO MONTANTE DE 900.000,00€.

Considerando que o n.º 1, do artigo 50.º da Lei das Finanças Locais, (Lei nº 73/2013, de 03 de setembro), permite que os municípios possam contrair empréstimos de curto prazo, apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, e que devem ser amortizados até ao final do exercício económico em que foram contratados;

Considerando ainda que a Câmara Municipal, em sua reunião extraordinária de **13/02/2015**, deliberou concordar com a contratação de um empréstimo a curto prazo no montante de 900.000,00 €, para ocorrer a dificuldades de tesouraria;

PROPONHO

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

Que essa Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea f), do n.º 1 e do n.º 4, ambos do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugados com os n.ºs 1 e 5 do artigo 49º e n.º 1 do artigo 50.º da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro, aprove a contratação de um empréstimo para a finalidade acima referida, no montante de 900.000,00 €, a liquidar até 31 de dezembro de 2015.

Lourinhã, 16 de fevereiro de 2015.

O Presidente da Câmara,

(João Duarte Anastácio de Carvalho)”

Após uma explanação, por parte do Sr.^a Vereadora Carla Custódio sobre este assunto, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** tomou a palavra para dizer que os membros que desejassem intervir, poderiam fazer a sua inscrição. Verificaram-se as seguintes inscrições:

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS:

Duarte Conceição:

Referiu que a Vereadora Carla Custódio, aquando da sua explanação, disse que apenas ir-se-ia utilizar um determinado montante. Portanto, não se iria utilizar os 900 mil euros na sua totalidade. Assim, pergunta: qual é a previsão, em termos de planeamento financeiro, do valor a ser utilizado.

Vereadora Carla Custódio:

Referiu que existe a previsão que, possivelmente, 500 mil euros chegarão. No entanto, a questão é que não se pode só contar com a Câmara, pois tem que se contar com um aspeto muito importante, mais concretamente, o Estado Central, que muitas vezes se atrasa nas transferências. Assim, já que se vem solicitar um empréstimo, é preferível ter uma margem de manobra, do que depois estar-se a falhar com os fornecedores ou com as juntas de freguesia, coisa que não fazem.

José Soeiro:

Referiu que já na última reunião da Assembleia houve um empréstimo, no montante de 350 mil euros, a curto prazo. Portanto, na sua opinião, quando se fez esta solicitação à Assembleia Municipal, poderia ser, talvez, um pouco mais claro o seu objeto. Vai votar favoravelmente, mas tem a seguinte dúvida: quando estes valores são contratualizados com o objetivo de satisfazer valores que deveriam ter chegado da parte de outrem, que neste caso é do Governo, quem é que paga os juros? Isto tem um pouco a ver com a contratualização do Decreto-lei 130 e com as questões financeiras, com as transferências e com as descentralizações que existem por parte do Governo. Existe um compromisso de uma obra,

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

assumida pelo Estado, mas depois não existem os meios financeiros para que a mesma seja executada. Depois, tem que ser a Câmara a contrair um empréstimo e pagar juros para que a obra não pare. Na sua opinião existe aqui um grave problema.

Paula Marinho:

Referiu que até poderiam perceber a necessidade desta ferramenta financeira como uma almofada de segurança. Mas, gostaria de lembrar que na Assembleia de 21.11.2014, esta bancada dizia que esta prática (contratação de empréstimos) era recorrente e o Executivo disse que não era verdade, que não se lembrava de nenhum pedido de empréstimo feito à esta Assembleia para ser aprovado. Mas era verdade, isto é, foi aprovado anteriormente pedidos de empréstimo e querem que seja aprovado de novo. Esta bancada, por uma questão de coerência, também disseram na mesma assembleia, a menos que lhes apresentassem um motivo de força maior, que não aprovaria no escuro. Esta posição reforçada com um aumento da receita cobrada, em 2014, no IMI, cujo valor final deverá ser no mínimo 2,5% dos mais de 500 mil euros, conforme referiu o Sr. Presidente da Câmara em entrevista ao jornal local no final do ano passado, para além do aumento das taxas de saneamento e o custo da água em cerca 13,8%, conforme também referiu a Sr.^a Vereadora Carla Custódio ao mesmo jornal. Há que não esquecer, tal como já foi também referido antes, que, se este empréstimo for utilizado, não há garantia de ser utilizado na totalidade. Mas se o for (está a ser aprovado para isso), os juros vão ser mais de 20 mil euros.

Vereadora Carla Custódio

Em relação à intervenção da membro Paula Marinho, referiu que as receitas do IMI, de facto, aumentaram. No entanto, o município só vai receber as receitas provenientes do IMI em maio, setembro e dezembro. Por outro lado, para se abrir os concursos precisam de ter agora os fundos disponíveis. Se abrirem os concursos em maio as coisas não estarão prontas para a escola abrir em tempo útil. Se calhar era o que muita gente gostava. Não diz que é o caso da membro Paula Marinho, mas havia muita gente que gostava. Mas não vai acontecer.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Proposta 09 – “CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO, NO MONTANTE DE 900.000,00 €”**, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com 25 votos a favor e 4 votos de abstenção, num universo de 29 presenças.

PONTO XII – Proposta 10 – Discussão e votação da proposta relativa à **“1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA, RELATIVO AO ANO FINANCEIRO DE 2015”**, que em baixo se transcreve:

ASSUNTO: - 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA DE 2015.

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

“Nos termos da alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, conjugado com a alínea c), do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submete-se à aprovação dessa Assembleia Municipal a **1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA DE 2015**, devidamente aprovada pela Câmara Municipal, por maioria, em sua reunião extraordinária de **13/02/2015**.

Paços do Município da Lourinhã, 16 de fevereiro de 2015

O Presidente da Câmara,

(João Duarte Anastácio de Carvalho) ”

Após uma explanação, por parte da Sr.ª Vereadora Carla Custódio sobre este assunto, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** tomou a palavra para dizer que os membros que desejassem intervir, poderiam fazer a sua inscrição. Verificaram-se as seguintes inscrições:

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS:

Joaquim Barbosa:

Referiu que, por princípio, o CDS-PP não gosta de inviabilizar ou votar contra qualquer alteração ao Orçamento, a menos que seja um evidente atropelo às regras básicas orçamentais. Mas não tendo este Grupo Parlamentar qualquer membro no Executivo, nem detendo toda a informação técnica que lhe possibilite um juízo correto, também não votará favoravelmente. Assim sendo, esta bancada irá abster-se, aguardando pela apresentação das contas finais de 2015. Esse juízo definitivo e global, então sim, se votará favoravelmente ou contra a execução do orçamento.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Proposta 10 – “1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA, RELATIVO AO ANO FINANCEIRO DE 2015”**, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com 19 votos a favor e 10 votos de abstenção, num universo de 29 presenças.

PONTO XIII – Para Conhecimento - **Informação n.º 05/2015, de 03/02 da Coordenação Financeira** - relativa à **“POSIÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, ASSUMIDOS DE 01 A 31 DE DEZEMBRO DE 2014”**, nos termos da Informação em anexo.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento:

-----**ELEIÇÕES**-----

PONTO XIV – **XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses – Eleição de dois presidentes de Freguesia/União de Freguesias (1 efetivo e 1 suplente)**, nos termos da circular n.º 131/2014, de 18/12, da ANMP, que se anexa.

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que foi apresentada uma proposta, através da Sr.ª Presidente da Moita dos Ferreiros, em nome da Associação de Freguesias do

ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

Concelho da Lourinhã, a indicar o Sr. Presidente da União de Freguesias de Lourinhã e Atalaia Pedro Manuel Marques Margarido, como efetivo, e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara, Sérgio Dionísio Costa Ferreira, como suplente. Não havendo mais nenhuma proposta, ir-se-á designar a proposta acima mencionada como Lista A.

De seguida, procedeu-se à respetiva votação, através de escrutínio secreto, tendo-se apurado a seguinte votação:

Lista A:

Favor: 29

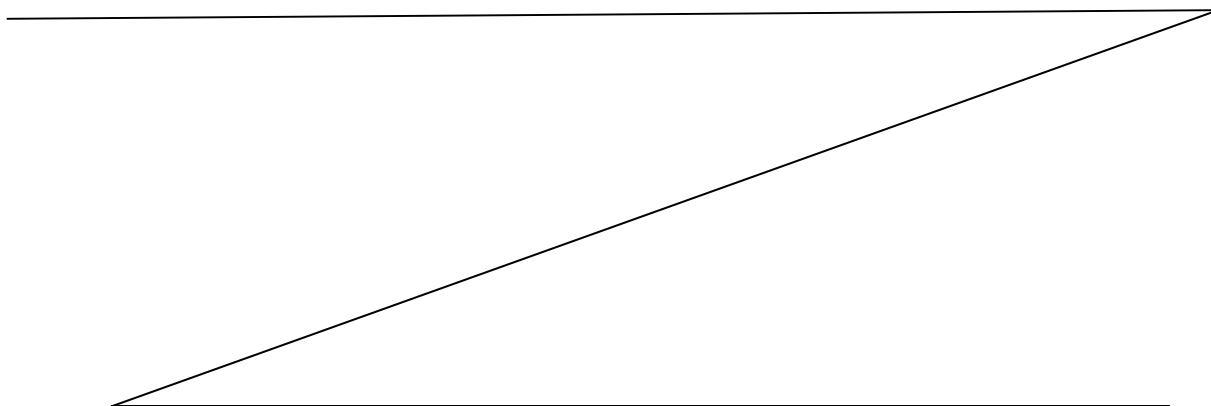
Desta forma, foram eleitos para representar o município da Lourinhã, na qualidade de presidentes de junta de freguesia, no XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, o Sr. Presidente da União de Freguesias de Lourinhã e Atalaia, Pedro Manuel Marques Margarido, como efetivo, e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara, Sérgio Dionísio Costa Ferreira, como suplente.

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, solicitou o voto de confiança, para aprovar a presente ata em minuta. Tendo sido concedido.

Os documentos fazem parte integrante da minuta da presente ata.

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a reunião quando eram 02,30 horas. Lavrou-se a presente ata que vai ser assinada pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** e por nós que a subscrevemos.

_____ (Presidente da Assembleia Municipal) -----
_____ (1º Secretário) -----
_____ (2º Secretário) -----



ATA 01/2015
Reunião Ordinária de 27 de fevereiro de 2015

